



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

SAMUEL SANTOS SILVA

**DO CASTANHAL ÀS FAZENDAS DE GADO: dinâmicas espaciais
em São Geraldo do Araguaia-Pará**

ALTAMIRA/PA

2024

SAMUEL SANTOS SILVA

**DO CASTANHAL ÀS FAZENDAS DE GADO: dinâmicas espaciais
em São Geraldo do Araguaia-Pará**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia – PPGeo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Federal do Pará – UFPA, Como partes dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum

ALTAMIRA/PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237c Santos Silva, Samuel.
DO CASTANHAL ÀS FAZENDAS DE GADO: dinâmicas
espaciais em São Geraldo do Araguaia-Pará / Samuel Santos Silva.
— 2024.
105 f.: il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. João Santos Nahum Dissertação
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2024.

1. castanhal Fortaleza. derrubadas. pecuária. vila Fortaleza. fazendas de
gado. I. Título.

CDD 910.1333

SAMUEL SANTOS SILVA

DO CASTANHAL ÀS FAZENDAS DE GADO: dinâmicas espaciais em São Geraldo do Araguaia-Pará

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia – PPGeo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Federal do Pará – UFPA, Como partes dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Santos Nahum
(Orientador – PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. José Antônio Herrera
(Examinador interno - PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. José Antonio Magalhaes Marinho
(Examinador interno - PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. Rogério Rego Miranda
(Examinador externo – ICH/UNIFESSPA)

*Dedico esta dissertação de mestrado
à minha família, em especial,
minha mãe Raquel;
minha avó Maria e
minha irmã Sofia.
Com amor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço pela vida, força divina e fé que me fez ter motivação e disciplina para acreditar na realização desta dissertação de mestrado.

Ao meu orientador, Professor João Santos Nahum, pela paciência, experiência valiosa e conhecimento instigante essenciais para a elaboração deste trabalho.

Ao Programa de pós-graduação em Geografia da UFPA (PPGEO/UFPA), em especial ao núcleo de Altamira, por ter aceitado meu projeto de pesquisa, onde desenvolvi esta dissertação de mestrado.

Aos professores da banca examinadora: José Antônio Herrera, José Marinho e Rogério Miranda pelas críticas e apontamentos fundamentais para a defesa desta dissertação de mestrado.

Aos entrevistados e entrevistadas pelas informações indispensáveis para esta pesquisa de mestrado. Cito o sr. Pedro Arcanjo, em nome dos participantes da pesquisa na vila Fortaleza, que por duas vezes me levou a roça comunitária da vila referida, assim como, o sr. Francivaldo por ter me recebido em sua aldeia na terra indígena Suruí-Sororó.

À minha família, especialmente, minha irmã Havilla pela ajuda com a transcrição das entrevistas, assim como, meu pai Sivaldo, minha avó Maria e meu avô Luiz pelas entrevistas concedidas durante a pesquisa de campo.

Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro. (Heródoto, 484-425 a.C.).

Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades. Mas o tempo não para. Não para, não para. (Arnaldo Brandao; Cazusa, 1988).

RESUMO

A área de pesquisa desta dissertação de mestrado denomina-se Fortaleza, localizada no município de São Geraldo do Araguaia/PA, antiga área de castanhal situada no Polígono dos castanhais do sudeste paraense. Esses castanhais foram apropriados nos anos de 1920 por famílias, ligadas ao governo do Pará, conhecidas como oligarquias dos castanhais, pois controlavam o extrativismo e comércio da castanha-do-pará. A partir da década de 1960, a criação da SUDAM, a descoberta do ferro em Carajás, a abertura de estradas, a guerrilha do Araguaia e outros acontecimentos ocorridos no sudeste do Pará levaram ao declínio do extrativismo da castanha-do-pará e os castanhais, incluindo o castanhal Fortaleza, são disputados através de conflitos violentos entre as oligarquias, fazendeiros e posseiros. Após, o fim das disputas pelos castanhais, estes transformam-se em projetos de assentamentos (P.A.) e posteriormente são derrubados e transformados em pastagens para fazendas de gado. Em relação ao castanhal Fortaleza houve a formação de uma vila onde ficava a sede do castanhal. Tendo isso em foco, pergunta-se: como ocorreu a transição do castanhal Fortaleza para a vila Fortaleza e fazendas de gado próximas? Que elementos da paisagem e da configuração espacial podem indicar essa transição? Portanto, essa dissertação de mestrado analisa as dinâmicas espaciais, enquanto mudanças e permanências, do castanhal Fortaleza para a vila Fortaleza e fazendas de gado em São Geraldo do Araguaia/PA, especificamente, objetiva-se compreender como ocorreu essa transição e quais elementos da paisagem e da configuração espacial indicam tal processo. A análise desta pesquisa de mestrado se fundamenta na noção de transição e situação geográfica, logo, o método analítico foca em três momentos: situação geográfica inicial – SG1 centrada no extrativismo da castanha-do-pará e no castanhal Fortaleza; transição onde prevalece a extração de madeira e a implantação da pecuária; a situação geográfica atual – SG2 voltada para as fazendas e a vila Fortaleza.

Palavras-chave: castanhal Fortaleza. derrubadas. pecuária. vila Fortaleza. fazendas de gado.

ABSTRACT

The research area of this master's thesis is dubbed Fortaleza, located in the municipality of São Geraldo do Araguaia/PA, an old chestnut grove area located in the Castanhais Polygon of southeastern Pará. These chestnut plantations were appropriated in the 1920s by families linked to the government of Pará, known as chestnut oligarchies, as they controlled the extraction and trade of Brazil's nuts. From the 1960s onwards, the creation of SUDAM, the discovery of iron in Carajás, the opening of roads, the Araguaia guerrilla and other events that occurred in the southeast of Pará led to the decline of Brazil nut extraction and chestnut plantations, including Fortaleza's chestnut grove, are disputed through violent conflicts between oligarchies, farmers and squatters. After the end of disputes over chestnut plantations, they all become settlement projects (PA) and are later cut down and transformed into pastures for cattle farms. In relation to Fortaleza's chestnut grove, a village was formed where the grove's headquarters was located. With this in mind, the question arises: how did the transition from Fortaleza's chestnut grove to the Fortaleza's village and nearby cattle farms occur? What elements of the landscape and spatial configuration may indicate this transition? Therefore, this master thesis analyzes the spatial dynamics, as changes and permanence, from the Fortaleza's chestnut forest to the Fortaleza's village and cattle farms in São Geraldo do Araguaia/PA, specifically, it aims to understand how this transition occurred and which elements of the landscape and spatial configuration indicate such a process. The analysis of this master's research is based on the notion of transition and geographic situation, therefore, the analytical method focuses on three moments: initial geographic situation – SG1 centered on the extraction of Brazil nuts and the Fortaleza chestnut grove; transition where wood extraction and livestock farming has prevailed; the current geographical situation – SG2 facing the farms and the village of Fortaleza.

Keywords: The brazil nut tree area. deforestation. livestock. village of Fortaleza. cattle farms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da vila Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia/PA.....	9
Figura 2 - Cobertura vegetal e uso da terra em São Geraldo do Araguaia/PA (1988-2021)....	13
Figura 3 - Croqui representado a sede do castanhal Fortaleza	33
Figura 4 - Gráfico com o número de assassinatos nos anos 1980 no sul e sudeste do Pará....	45
Figura 5 - Croqui da vila Fortaleza e arredores em 1999	57
Figura 6 - Configuração espacial da área da Fortaleza.....	67
Figura 7 - Localização da TI Suruí – Sororó próxima à vila Fortaleza.....	76
Figura 8 - Usos da Terra pelos aikewaras.....	79
Figura 9 - Configuração espacial da vila Fortaleza - São Geraldo do Araguaia/PA.....	81
Figura 10 - Usos da terra na vila Fortaleza.....	83

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Principais dados dos projetos de assentamentos criados em São Geraldo do Araguaia/PA	49
Quadro 2 - Distribuição dos trabalhadores por função na serraria da Fortaleza	57
Tabela 1 - Quantidade em metros cúbicos de madeira em tora extraídas no município de São Geraldo do Araguaia/PA (1990-2006).....	62
Tabela 2 - Municípios do Pará com mais trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo em fazendas de gado (1995-2023).....	74

LISTA DE SIGLAS

ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
GETAT	Grupo especial de terras do Araguaia-Tocantins
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IMPA	Indústria Madeireira Paraense
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras do Pará
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Pcdob	Partido Comunista do Brasil
PESMA	Parque Estadual da Serra dos Martírios e Andorinhas
PGC	Projeto Grande Carajás
PIN	Plano de Integração Nacional
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SIALAT	Seminário Internacional da América Latina e Caribe
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TDA's Títulos da Dívida Agrária

TI Terras Indígenas

UC Unidade de Conservação

UHE Usina Hidroelétrica

UFPA Universidade Federal do Pará

UNIFESSPA Universidade federal do sul e sudeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS.....	9
1.1 Configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais	10
1.2 A transição dos castanhais à pecuária	17
CAPÍTULO II - OS CASTANHAIS DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA ANTES DA PECUÁRIA.....	22
2.1 Os castanhais e o sudeste paraense	22
2.2 O castanhal Fortaleza em São Geraldo do Araguaia/PA.....	30
CAPÍTULO III – TRANSIÇÃO: A PECUÁRIA NO CASTANHAL FORTALEZA	41
3.1 Posseiros e os conflitos por terra no castanhal Fortaleza	41
3.2 Passando a boiada! derrubadas e fazendas de gado no castanhal Fortaleza	52
CAPÍTULO IV – VILA FORTALEZA - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA - ATUAL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....	66
4.1 Olha a poeira: fazendas de gado e estradas próximas à vila Fortaleza	66
4.2 O que restou! O extrativismo da castanha-do-pará pelos aikewaras	76
4.3 Além do gado: uso e ocupação da terra pelos moradores da vila Fortaleza	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	92

INTRODUÇÃO

Desde minha infância as enormes castanheiras (*Bertholletia excelsa*) me impressionam tanto por sua grandiosidade como pelos frutos deliciosos que generosamente oferece aos seres humanos e demais seres vivos. Cresci num lugar chamado Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia/PA, antiga sede de um castanhal homônimo. Logo, o ímpeto para a realização deste trabalho surgiu do desejo de conhecer um pouco das memórias dos castanheiros, tropeiros e outros atores que vivenciaram e construíram o passado do local onde cresci. Por ter nascido na segunda metade dos anos de 1990, tenho pouca lembrança do período de transição dos castanhais para as fazendas, entretanto, ao olhar álbuns de fotos de família pude ver em algumas fotos, ao fundo, as imensas castanheiras, secas e mortas em pé, isoladas sobre a pastagem e o rebanho bovino.

A escolha por pesquisar sobre Fortaleza em São Geraldo do Araguaia/PA, justifica-se por essa vontade já citada de conhecer como se deu a formação desse lugar onde vivi. Durante minha infância e adolescência pouco ouvi sobre o passado dessa localidade. Os mais velhos falavam apenas coisas vagas como “antigamente era atrasado” ou “tinha muita mata aqui”. O estímulo inicial para a realização dessa pesquisa de mestrado se deu em novembro de 2017, quando participei como ouvinte do SIALAT - Seminário Internacional da América Latina e Caribe em Belém/PA.

Nesse evento tive acesso a algumas coletâneas de artigos do NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, entre eles havia um que tratava da temática da castanha-do-pará na região de Marabá, o que me levou a perceber que o lugar onde eu morava estava dentro da área mencionado o artigo. A partir disso, procurei outros artigos sobre o tema, comecei a conversar com as pessoas mais velhas sobre isso e pude confirmar que o lugar chamado Fortaleza era uma sede de Castanhal. Com isso, resolvi pesquisar sobre esse lugar no meu trabalho de conclusão de curso em 2018, apreciei tanto que, apesar de ter feito um trabalho rápido e curto, decidi que iria dar continuidade a essa pesquisa na pós-graduação. Após várias mudanças na parte conceitual, metodológica e no recorte espacial, iniciei em 2022 o que desejava desde 2018.

Além dessa trajetória pessoal, a realização dessa pesquisa de mestrado, talvez, seja a primeira ao nível de pós-graduação sobre a vila Fortaleza e sua formação, bem como sobre a gênese de um lugar em São Geraldo do Araguaia/PA, existem ainda outras pesquisas que citam Fortaleza ao tratar dos conflitos de terra que houve nesse local. Pereira (2013) em sua tese de doutorado, refere ao local como Fazenda Fortaleza, pertencente à Almir Moraes, ao tratar das disputas por terra e crimes cometidos nesse lugar. O referido proprietário dessa fazenda também

é citado por Peixoto (2013) que discute os desdobramentos da guerrilha do Araguaia no sudeste do Pará e cita o castanhal supracitado, subdivido em Fortaleza I e II.

Fora do campo acadêmico, Fortaleza é lembrada por Nossa (2012) em seu livro sobre a guerrilha do Araguaia, escrito com base no arquivo pessoal do Major Curió, principal líder militar na repressão à guerrilha. Nesse livro Nossa (2012) cita tanto esse castanhal como o foreiro Almir Moraes, que segundo o autor, tomou as terras da área dos indígenas suruí e foi um dos colaboradores do exército durante a guerrilha.

Todavia, o que difere esta pesquisa de mestrado das demais supracitadas é o seguinte: nesta dissertação, Fortaleza é o centro da pesquisa, diferindo de outras pesquisas que envolvem temáticas mais abrangentes, a guerrilha do Araguaia e conflitos por terra no sudeste paraense, e citam o referido castanhal devido à sua localização, dentro do espaço de abrangência da guerrilha e dos conflitos de terra mais sangrentos. Além disso, por se tratar de uma pesquisa geográfica, abordar como se encontra Fortaleza no momento atual é indispensável, logo, não trata somente do castanhal no passado, mas da vila no presente, assim como as mudanças que transformaram a sede da nossa área de pesquisa em um povoado e derrubaram as castanheiras para plantar capim e criar gado bovino.

Ademais, a pesquisa de campo para essa dissertação ouviu os relatos e informações dos moradores da Fortaleza que estão no centro da construção desta pesquisa de mestrado, espera-se que os relatos e memórias citados nela cheguem a novas gerações dessa vila e proximidades que com isso poderão perceber que houve uma Fortaleza diferente e a realidade atual pode ser mudada, pois não é a única via possível. Assim sendo, esta dissertação analisa as dinâmicas espaciais, compreendidas enquanto mudanças e permanências, relacionadas à transição do castanhal Fortaleza para a vila homônima e as fazendas bovinas próximas no município de São Geraldo do Araguaia/PA, que possuía áreas de coleta de castanha em seu território e teve sua formação espacial não-indígena iniciada por migrações de castanheiros durante o ciclo da castanha-do-pará (Silva, Pereira e Rodrigues 2019). A área de estudo se limitará à Fortaleza e a pecuária do entorno desse povoado.

Pesquisas sobre o extrativismo da castanha-do-pará e os castanheiros têm sido feitas por pesquisadores de diversas áreas há décadas, como Dias (1959) que abordou a questão da migração de goianos e maranhenses para o sudeste paraense, assim como a relevância econômica de tal atividade no contexto regional. Emmi (2002) trata da apropriação das áreas de castanhais desde o início do século XX bem como os conflitos de terra em Marabá nas décadas de 1970 e 1980, relacionando-os com o poder oligárquico no extrativismo da castanha-

do-pará. Homma (2001) mostra como o Estado contribuiu para a derrubada das matas de Marabá e região. Almeida (2015) perpassa pelos aspectos botânicos e ecológicos da amêndoa amazônica, breve histórico do extrativismo do fruto até a comercialização internacional, assim como, as tentativas de domesticação, projetos e novas possibilidades para a aproveitamento da atividade.

Com o declínio do extrativismo da castanha-do-pará no sudeste paraense na década de 1980, este trabalho busca compreender a transição da dinâmica espacial do castanhal Fortaleza para a vila Fortaleza e as fazendas de gado na zona rural de São Geraldo do Araguaia/PA. A decadência do extrativismo da castanha-do-pará na região de Marabá começa no fim dos anos de 1960 e se confirma na década de 1980 com a não criação do Polígono dos castanhais solicitado pelas oligarquias. Esse declínio é resultado da mudança por qual passou a região sudeste do Pará ao ser afetada pelos projetos e ações da ditadura militar com o propósito de integrar a Amazônia brasileira ao restante do país. Nesse ínterim, ocorre a metamorfose da paisagem regional associada à nova configuração espacial e dinâmicas sociais impostas à região.

Tendo isso em foco, pergunta-se: como ocorreu a transição do castanhal Fortaleza para a vila Fortaleza e fazendas bovinas próximas? Que elementos da paisagem e da configuração espacial podem indicar essa transição? Portanto, este trabalho tem por finalidade analisar as dinâmicas espaciais, enquanto mudanças e permanências, ligadas à transição do castanhal Fortaleza para a vila homônima e as fazendas de gado nas proximidades em São Geraldo do Araguaia/PA, especificamente, objetiva-se compreender como ocorreu essa mudança e quais elementos da paisagem e da configuração espacial indicam tal processo.

Com o intuito de responder às problemáticas acima, a metodologia operacional se subdividiu em revisão bibliográfica e pesquisa de campo realizada em três etapas. De início, fez-se uma revisão bibliográfica sobre o tema em bancos de dados de teses e dissertações, assim como a delimitação da área de estudo onde a realização de pesquisa anterior executada na graduação e a vivência do pesquisador enquanto morador do município por mais de 10 anos foram importantes. A pesquisa de campo foi participativa e se valeu de entrevistas semiestruturadas onde o roteiro de campo foi importante para guiar os diálogos com os entrevistados e o gravador do celular foi indispensável para gravação das entrevistas. Os primeiros diálogos com moradores da vila Fortaleza ocorreram em julho de 2022, com duas entrevistas em dois dias.

A segunda fase da pesquisa de campo ocorreu no fim do ano de 2022 e início de 2023, quando foram realizadas onze entrevistas com moradores da área de estudo e em São Geraldo do Araguaia/PA ao longo de duas semanas. Em junho e julho de 2023, houve um terceiro momento de diálogos feitas em sete dias, além da vila Fortaleza, os encontros ocorreram em Araguaína/TO e São Geraldo do Araguaia/PA. Na vila mencionada e entorno, nesse terceiro momento, fizemos quatro entrevistas, sendo três no povoado em questão com os primeiros moradores.

Em São Geraldo do Araguaia/PA, fomos ao prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) falar com um dos primeiros funcionários do INCRA no município e em Araguaína/TO, e dialogamos com um senhor que morou próximo à vila no período de transição. O capítulo I irá trazer mais detalhes em relação aos procedimentos adotados nos diálogos, a primeira parte da pesquisa mostra a situação geográfica inicial – SG1 - antes da implantação da pecuária e diz respeito ao castanhal. O capítulo I desenvolve o entendimento da pecuária enquanto início da transição na área de estudo.

No segundo capítulo, discorremos sobre a abertura das estradas e a entrada dos posseiros, assim como desmatamento e a introdução dos rebanhos bovinos, que inicia a transição espacial da nossa área de pesquisa. Na parte três, tratamos da situação geográfica atual – SG2, visando entender as mudanças e permanências na área de estudo, bem como as dinâmicas sociais dos moradores da vila referida atualmente. Ressalta-se que essa divisão se dá para facilitar o processo de entendimento da alteração espacial, ou seja, essa separação ocorre unicamente para fins analíticos e tais momentos estão relacionados e precisam ser vistos como uma totalidade.

Nessa reconfiguração espacial que perpassa os três momentos elencados acima, é preciso se atentar ao processo marcado por três atividades econômicas: extrativismo da castanha, exploração da madeira e pecuária, que irão modificar a paisagem e reorganizar o espaço da área de estudo. Dentre essas três atividades, a implantação da pecuária bovina é entendida como o começo da transição que leva a uma nova maneira de usar e ocupar a terra e marca o fim da Situação Geográfica Inicial - SG1 e leva à Situação Geográfica Atual – SG2.

A pecuária associa-se ao desmatamento, potencializado pela abertura de estradas de acordo com pesquisas divulgadas pelo Imazon (2014) e o Eco (2013), todavia há outros elementos (como a pobreza) que viabilizam e estimulam o desflorestamento, como veremos adiante. A ampliação e abertura de estradas irá reconfigurar o espaço local ao se tornar a principal via de circulação que torna o manejo do rebanho bovino no castanhal possível,

levando a transformação da paisagem de Fortaleza, principalmente a partir do fim da década de 1980, com o ápice do desmatamento ocorrendo na década de 1990, conforme observado por Silva, Mendes e Ramos (2021).

Na situação geográfica inicial – SG1, o castanhal Fortaleza tinha uma paisagem formada pela Floresta Amazônica com destaque para as matas de terra firme onde se situavam as castanheiras (*Bertholletia excelsa*) que devido à extração da castanha-do-pará são exploradas economicamente (Emmi 2002; Almeida 2015). Os rios Sororó e Itacaiúnas e o igarapé Sororozinho configuravam o espaço local ao possibilitarem o escoamento das castanhas-do-pará extraídas até Marabá, de onde iam para Belém e seguiam em navios em direção aos Estados Unidos e Inglaterra, principalmente (Almeida 2015). No caso do castanhal supracitado, havia sua sede que possuía uma estrutura composta por pista de pouso, curral e barracão, por exemplo, que davam suporte à extração da castanha-do-pará.

Em relação ao uso e ocupação da terra pelos trabalhadores do castanhal na SG1, além da atividade extrativa, os castanheiros e demais trabalhadores caçavam e pescavam, assim como consumiam frutos como o açaí (*euterpe oleracea*) e o cupuaçu (*theobroma grandiflorum*). No período de entressafra, os trabalhadores que permaneciam na área dedicavam-se a outras atividades como a agricultura e o comércio.

A inserção da pecuária em Fortaleza traz a situação geográfica atual – SG2, onde prevalecem áreas de pastagens para o gado bovino, a centralidade da rede rodoviária como principal eixo de circulação, bem como a formação de uma vila no lugar onde ficava a sede do castanhal. Com as derrubadas, os trabalhadores passaram a se dedicar a outras atividades, como a agricultura, sendo o caso da rizicultura e das fazendas bovinas, principalmente bovina, conforme observado por Silva e Brito (2020). Alguns desses atores trabalharam na atividade madeireira, garimpagem e no serviço público. Uma explanação mais aprofundada sobre situação geográfica e transição será feita no capítulo I.

Para explicar o processo que levou a essa alteração espacial propõem-se as seguintes variáveis: as unidades de paisagem (formação florestal e pastagens representam elementos da paisagem); vias de circulação são variáveis da configuração espacial e as dinâmicas sociais serão mostradas baseadas no uso e ocupação da terra pelos castanheiros, tropeiros e posseiros do castanhal Fortaleza até os moradores atuais da vila Fortaleza.

Este trabalho está subdividido em quatro capítulos. O capítulo I aborda o percurso metodológico da pesquisa que está dividido em dois períodos geográficos: situação geográfica inicial – SG1; transição (s) e Situação geográfica atual – SG2, assim como discute os principais

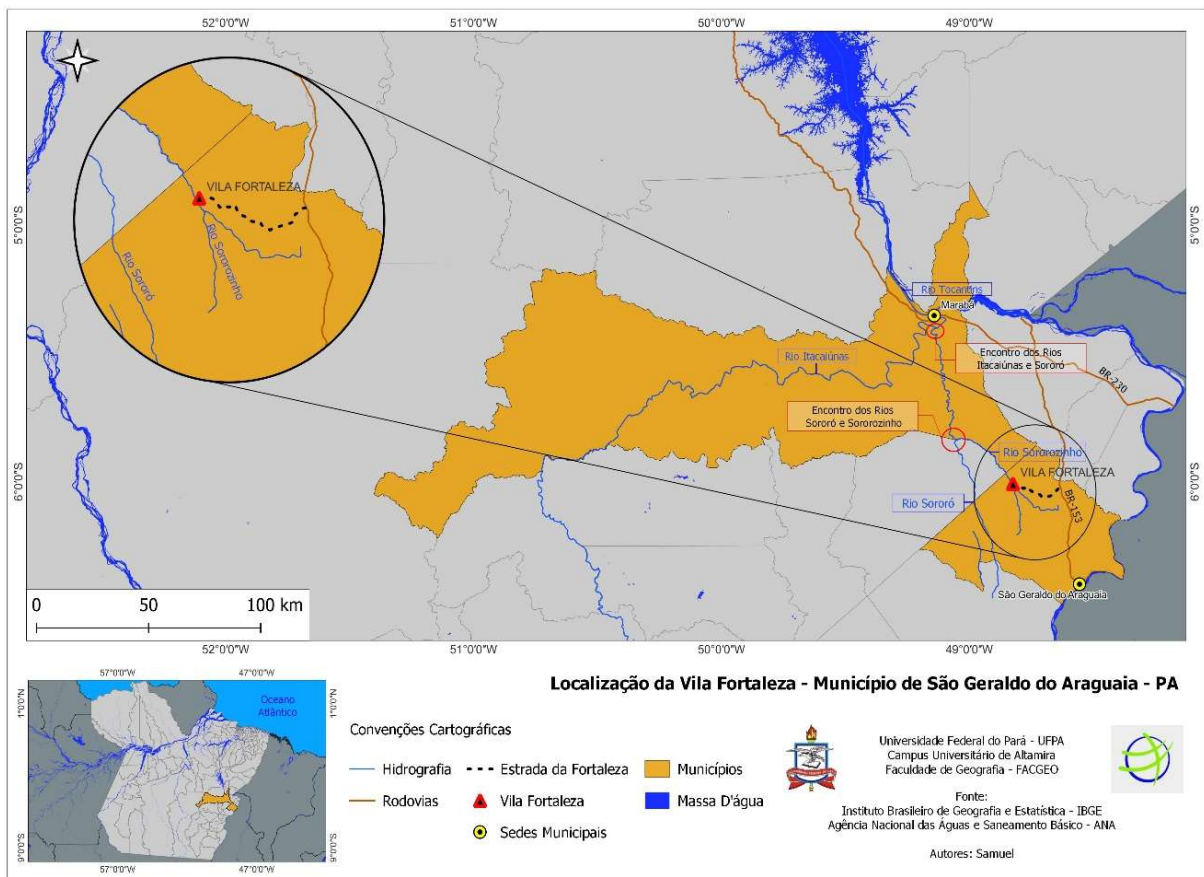
conceitos desta dissertação como a paisagem, configuração espacial e dinâmicas sociais que mudam com as dinâmicas espaciais gerando a dialética entre mudanças e permanências. Esse capítulo também mostra como foram as entrevistas e procedimentos para a execução da pesquisa de campo. No capítulo II há uma discussão sobre o que é um castanhal e trata da região sudeste do Pará onde se localiza a área de estudo tal como aborda a situação geográfica inicial – SG1 do local do estudo.

O capítulo III refere-se à transição espacial do castanhal para a vila Fortaleza e as fazendas bovinas em São Geraldo do Araguaia. Essa mudança leva a implantação da pecuária que está relacionada a abertura da BR-153 durante a ditadura militar e a emancipação de São Geraldo do Araguaia em 1988 com a Lei Estadual nº 5.441/1988 (Pará 1988). O quarto capítulo foca na situação geográfica atual - SG2 – A área de estudo após a implantação da pecuária bovina e mostrará como se encontra a paisagem atual da área de estudo com os elementos trazidos pela transição e as permanências. Ademais, esse capítulo discute mostrar as dinâmicas sociais atuais dos moradores da vila supracitada.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Os principais conceitos aqui apresentados que norteiam esta pesquisa de mestrado são: paisagem, configuração espacial e as dinâmicas sociais. O escopo é mostrar a indissociabilidade entre tais conceitos e a metodologia adotada para a pesquisa empírica, análise e discussão. O intento é selecionar um elemento formador de cada conceito supracitado e com isso analisar as dinâmicas espaciais que levaram a transição do castanhal Fortaleza para a vila de mesmo nome e as fazendas de gado próximas em São Geraldo do Araguaia/PA, destacando a vila Fortaleza, como centro da área de estudo, cuja localização é mostrada pela figura 1.

Figura 1 - Localização da vila Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia/PA



Fonte: Autor (2024)

O espaço de estudo se limita à área da vila cuja localização é mostrada acima e fazendas bovinas do entorno. Essa vila, situada às margens do igarapé Sororozinho, era sede de um castanhal antes das derrubadas das matas e encontra-se distante 72 km da sede municipal e 150 km de Marabá. A ligação desse povoado com a sede municipal é possibilitada pela estrada da

Fortaleza. Da beira do asfalto (BR -153) à Fortaleza, são 27 km de estrada de chão poeirento no período seco e muita lama na época das chuvas. Além da vila referida, existem outras duas vilas que margeiam essa estrada, Dois Irmãos e Cearense. A seguir, apresentam-se os conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais que serão utilizados para demonstrar as principais dinâmicas espaciais ocorridas na área de estudo.

1.1 Configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais

Neste subtópico será demonstrado como os conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais serão utilizados nesta pesquisa de mestrado. Com o intuito de viabilizar metodologicamente esta dissertação, selecionamos um elemento de cada um dos três conceitos em questão. Em relação à paisagem será verificado o avanço das pastagens sobre a vegetação nativa conforme aumenta o uso e ocupação da terra. A configuração espacial levará em conta as vias de circulação da área de estudo. As dinâmicas sociais serão mostradas por meio do uso e ocupação da terra pelos moradores da área de pesquisa, desde os castanheiros e tropeiros até os moradores atuais da vila Fortaleza, levando em consideração as relações de trabalho.

A escolha desses elementos para mostrar as dinâmicas espaciais se explica pela indissociabilidade entre eles, ao passo que a reconfiguração espacial da área de estudo é evidenciada pela nova paisagem fruto das derrubadas e das novas dinâmicas sociais que trazem novas formas de uso e ocupação da terra que passam a abarcar a área da Fortaleza conforme mostraremos nesta pesquisa de mestrado. Essa indissociabilidade entre as variáveis refere-se à produção espacial que levou à transição. Na situação da nossa área de estudo, a produção espacial está relacionada às seguintes atividades econômicas: extrativismo da castanha-do-pará, exploração madeireira e agropecuária. Cada uma dessas atividades, durante seu período de predominância na área de Fortaleza, possuía uma configuração espacial ligada à apropriação espacial, sendo visível na paisagem e nas dinâmicas sociais locais. A seguir, a realização de um apanhado geral desses três conceitos, realçando as variáveis selecionadas para explicar a produção e transição espacial da nossa área de estudo.

A configuração espacial remete a organização do espaço, ou seja, como se dá a disposição dos objetos em uma dada área e que ações são empreendidas ou demandadas por tais objetos (Santos, 2020; 2021). Em relação à configuração espacial onde hoje é a vila Fortaleza existia um castanhal onde predominava a rede hidrográfica, com destaque para o igarapé Sororozinho, e a floresta amazônica, em especial os castanhais nas matas de terra firme,

assim como algumas construções isoladas ou pouco numerosas como o barracão, o paiol, curral, pista de pouso e o ramal de acesso ao castanhal Dois Irmãos na sede da Fortaleza. Além disso, havia roças e pastagens para alimentar a tropa de muares. Com a inserção da pecuária ocorre a quebra dessa estrutura e em seu lugar, temos uma situação atual centrada na vila supracitada e nas fazendas de gado do entorno.

Com o começo da vila, o ramal de acesso ao Dois Irmãos foi ampliado e melhorado e se tornou uma estrada, onde ficava a pista de pouso agora se encontra a rua principal, a praça pública e estabelecimentos comerciais. A área da sede em que ficavam o curral, pastagens, paiol e o barracão hoje se encontra, em grande parte, sob posse da prefeitura de São Geraldo do Araguaia/PA. Nessa região pública do povoado agora acha-se o prédio escolar, o postinho de saúde e o destacamento da polícia militar, localizados na rua principal. A parte dos fundos dessa área próxima ao igarapé Sororozinho foi cedida aos moradores para o plantio de roças de milho, mandioca e banana, assim como a criação de suínos. Nessa parte da vila, no período de transição, ficava a principal serraria que atuou nessa área por mais de uma década até o seu fechamento ser determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no ano de 2007. No capítulo III, onde tratamos desse período de transição, iremos aprofundar como se dava o funcionamento dessa serraria e a extração de madeira na mata.

Atualmente, além da estrutura da vila descrita de maneira geral anteriormente, existem as fazendas bovinas. No entorno dessa localidade, existem ao todo quatro fazendas de gado: são dois imóveis na entrada da Fortaleza no sentido São Geraldo do Araguaia e duas terras na entrada no sentido do município de Marabá. Tem uma fazenda considerada de porte grande a menos de 3 km do povoado. Essa fazenda teve como primeiro dono, um ex-prefeito de São Geraldo do Araguaia e hoje em dia pertence ao dono de um supermercado da cidade mencionada. Ademais, contornando a vila, há a área pertencente ao laticínio, na entrada rumo ao município de Eldorado do Carajás e a mencionada área pública onde ficam os prédios públicos locais e a roça comunitária. O capítulo IV irá detalhar a configuração espacial atual, esmiuçada acima, da vila referida e das fazendas próximas.

Essa configuração espacial da vila descrita acima grosso modo, é percebida na paisagem local, formada por objetos do passado e do presente configurados no espaço, e é um fragmento da configuração espacial (Santos 2021). No caso da área de estudo desta pesquisa tínhamos uma paisagem na situação inicial em que prevalecia a floresta amazônica, principalmente o castanhal Fortaleza nas matas de terra firme, e os rios, sobretudo o igarapé

Sororozinho cuja sede do castanhal mencionado situava-se em sua margem direita. Na mata de terra firme havia muitas castanheiras (*Bertholletia excelsa*), cupuzeiros (*Theobroma grandiflorum*), paxiúbas (*Socratea exorrhiza*), almescão, entre outras espécies vegetais, bem como onças (*panthera onca*), caititus (*pecari tajacu*), jabutis (*Chelonoidis carbonária*), capivaras (*hydrochoerus hydrochaeris*) e aves diversas. Contudo, segundo citado anteriormente, havia uma paisagem construída, ainda que escassa, materializada na sede e sua estrutura, onde destacava o paiol de armazenamento de castanhas, barracão, curral, roças, pastos, ramal e a pista de pouso. O capítulo II embrenhará na configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais desse castanhal.

O fluxo de pessoas ocorria pelos ramais abertos na mata por onde transitava pessoas a pé ou com tropas de burros (*equus asinus*) (pesquisa de campo, 2022). Os rios Itacaiúnas, Sororó e Sororozinho no período de chuvas eram vias de circulação para o transporte de mercadorias e pessoas para as áreas de coleta da castanha e Marabá. A configuração espacial da situação atual centra-se na pecuária, com a multiplicação das formas e objetos devido ao surgimento de cidades como São Geraldo do Araguaia/PA e vilas como Fortaleza. Há fixos como pontes sobre os igarapés e rios, bem como a estrada asfaltada (BR – 153) chamada de “pista” pelos moradores locais.

Esta configuração espacial é revelada por uma paisagem bastante modificada onde predomina as pastagens para o rebanho bovino. A principal área de floresta nativa preservada é a TI -Terra Indígena – Suruí-Sororó denominado de mata dos índios pelos locais. Existem também pequenas porções de matas nas beiras dos rios e em algumas fazendas, bem como a denominada capoeira, vegetação secundária que aparece em áreas de pastos abandonadas. Em relação às espécies vegetais chama atenção a abundância de palmeiras de coco babaçu (*attalea speciosa*).

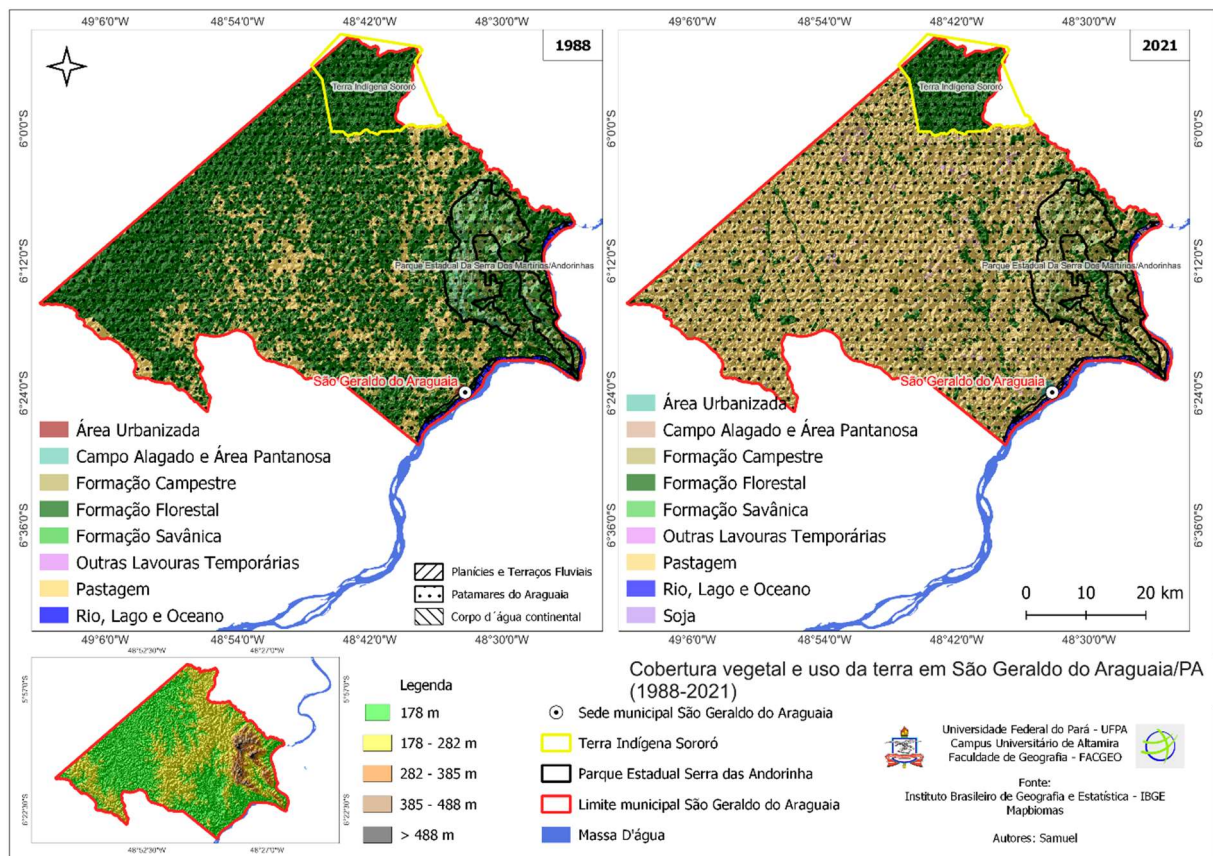
No lugar da sede do castanhal formou-se uma vila homônima cuja estrutura, paisagem e dinâmicas sociais serão abordados no capítulo IV como já citado anteriormente. Durante a transição da área de pesquisa, a paisagem era marcada por pastagens recém-formadas em meio à área de matas remanescentes ou castanheiras que morriam em pé imoladas pelo fogo.

A paisagem da vila Fortaleza, recém-formada, na época da transição era composta por casas rústicas feitas com palmeiras encontradas na mata, como o açazeiro (*euterpe oleracea*) e a embaúba (*cecropia*) em chão de terra batida. Posteriormente, com a instalação da serraria e a popularização dos motosserras, as casas de madeira começam a substituir as palhoças cercadas de palmeiras e cobertas de palha. Nesse período, a energia elétrica utilizada era gerada por

motor a diesel e não havia praça pública nem quadra de esportes como espaços de lazer. A formação dessa vila tal como sua estrutura na época da transição, serão esmiuçadas no capítulo III.

No caso desta pesquisa de mestrado, nossa atenção volta-se para as pastagens que substituem a vegetação nativa. O avanço do pasto é mostrado pelo mapa na figura 2 que traz a cobertura vegetal e o uso da terra entre os anos 1988 e 2021 em São Geraldo do Araguaia, respectivamente, onde fica perceptível a diminuição da formação florestal (cor verde) e o aumento das pastagens (cor marrom) como resultado da mudança espacial pela qual passou o município onde fica a área de estudo.

Figura 2 - Cobertura vegetal e uso da terra em São Geraldo do Araguaia/PA (1988-2021)



Fonte: Autor (2024)

A área do mapa abaixo excede os limites da área de estudo que se detém na vila supracitada e fazendas do entorno, enquanto o mapa da figura 2 traz todo o território do município de São Geraldo do Araguaia. Esse mapa com área ampliada é relevante para mostrar que os processos que tratamos ocorreram na maior parte dessa municipalidade, exceção feita à TI – Terra Indígena Suruí-Sororó cujo limite está próximo da nossa área de estudo e ao parque

estadual da serra dos Martírios/Andorinhas, este situado mais próximo da sede municipal, entre a BR- 153 e o rio Araguaia.

A escolha das variáveis citadas para explicar o processo espacial que transformou o castanhal Fortaleza em vila e fazendas bovinas parte da seguinte premissa: as áreas de matas de terra firme onde se concentravam as castanheiras são onde se encontram os rebanhos bovinos. Essa mudança ocorre devido às novas formas de uso e ocupação da terra, alterando as dinâmicas sociais possibilitadas pela reconfiguração espacial onde se destacam as estradas de madeireiros, posteriormente estradas de carros.

No caso desta pesquisa de mestrado, destacaremos as dinâmicas sociais relacionadas ao uso e ocupação da terra pelos castanheiros, tropeiros, posseiros, agricultores e moradores do passado e atuais da vila Fortaleza envolvidos na transição espacial da área de estudo. O uso e ocupação da terra é influenciado pelas ações combinadas impostas aos lugares funcionalizados na escala da divisão do trabalho, assim como relacionam as dinâmicas sociais, pois, esta reorganiza o espaço e possibilita novas maneiras de uso e apropriação da terra. Contudo, não se trata de uma mudança de mão única, pois, o uso e ocupação da terra também afeta e pode se adaptar a uma nova configuração espacial. Apesar de prevalecer atualmente em nossa área de estudo, o uso e ocupação da terra centrados na pecuária, existe uma pequena área pública entre o igarapé Sororozinho e os limites da vila mencionada onde há o cultivo de roças, principalmente de mandioca, milho e banana, tal como a criação de suínos pelos moradores locais.

As dinâmicas sociais no castanhal estabeleciam relações de dependência dos castanheiros e tropeiros para com o patrão. A vida dos trabalhadores era influenciada por essa dependência que segundo Emmi e Marin (1998) gerava um vínculo pesado e frágil do castanheiro com o patrão que impunha temor. As relações de trabalho pautavam-se no sistema de aviamento que tinha como representação o barracão na sede do castanhal, onde ficava o escrivão que anotava as mercadorias repassadas aos extratores e fazia o cálculo da dívida até o fim da safra. Ademais, o aviamento podia levar a revolta daqueles mais entendidos quando percebiam que estavam sendo “enrolados”, em alguns casos havia tentativas de fuga e o contrabando da coleta por atravessadores. A sobrevivência nesse lugar também dependia da mata, de onde os trabalhadores tiravam frutos e caça para alimentação, assim como palmeiras e madeiras para construir habitações.

O capítulo II vai abordar de maneira aprofundada as dinâmicas sociais, especialmente o uso e ocupação da terra pelos castanheiros e tropeiros no castanhal referido. Na época da

transição, com a chegada dos posseiros, desencadeia-se um processo de ruptura dessa relação de dependência e começam os enfrentamentos entre os posseiros e os pistoleiros contratados pelo foreiro da castanha-do-pará. Os posseiros ocupavam terras do castanhal e o foreiro mandava os pistoleiros fazerem a desapropriação. Após muitos conflitos, mortes e pagamento de indenização ao foreiro, Fortaleza foi liberado em 1988 para demarcação e divisão em lotes de terras distribuídas entre as famílias que ocupavam essa área. Nesse período, com a instalação da primeira serraria e o início das primeiras derrubadas para colocar fazendas de gado, ocorre o começo da vila Fortaleza, onde ficava a sede do castanhal homônimo.

A vida desses posseiros e dos migrantes que chegaram após os conflitos eram marcadas pela pobreza ao ponto de muitos deles terem largado ou vendido suas terras, pois, não tinham recurso para explorar o lote (pesquisa de campo, 2022), outros empecilhos comuns eram a malária que acometia muitas pessoas e a falta de estradas em boas condições, o que resultava na morte de muitos à míngua, pois o trajeto para a cidade na busca por socorro tornava-se difícil. Como ainda havia muita mata nessa época, muitos posseiros e colonos se utilizavam da floresta para fazer a coleta tanto da castanha como do cupuaçu e do açaí, bem como capturavam animais da fauna local para complementar a alimentação que também era retirada das roças de arroz, milho, feijão, mandioca etc. A descrição e análise mais aprofundadas do uso e ocupação da terra por posseiros e colonos prevaletentes no período de transição em Fortaleza será feita no capítulo III.

Na situação atual, os moradores da vila supracitada e fazendas próximas têm basicamente três fontes de renda: funcionalismo público, que emprega pessoas na escola local e no posto de saúde; comércio local e uma empresa de laticínios que fabrica queijos e está localizada na entrada do povoado, próximo ao Sororozinho, estrada no sentido do município de Eldorado do Carajás. Na área pública da prefeitura, mencionada anteriormente, alguns moradores da Fortaleza têm roças, onde plantam milho, mandioca e banana, assim como a criação de suínos na vila dos porcos, denominação dada pelos moradores, situada próxima às roças. Outra atividade praticada pelos moradores é a pesca no igarapé Sororozinho. O quarto capítulo abordará de maneira mais abrangente as dinâmicas sociais atuais da vila em questão.

Após este breve resumo sobre os conceitos utilizados nesta dissertação e sua operacionalização para explicar a realidade local, convém abordar como foram as entrevistas realizadas para analisar como se deu a transição espacial da nossa área de pesquisa. Considerando as variáveis selecionadas, a metodologia operacional deste trabalho se subdividiu em duas etapas. A princípio, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema em bancos de

dados de teses e dissertações, e a delimitação da área de estudo que se valeu de pesquisa anterior realizada na graduação no ano de 2018. O reconhecimento da área de estudo advém desse trabalho anterior e da minha vivência enquanto morador do município de São Geraldo do Araguaia por mais de 15 anos.

A pesquisa de campo foi participativa e executada a partir de entrevistas semiestruturadas, sendo o roteiro de campo o guia fundamental nesse processo. Os primeiros diálogos com os moradores da Fortaleza ocorreram em julho de 2022 e foram realizadas em dois dias. Nesse mês fizemos duas entrevistas usando gravador de celular e roteiro de campo, o primeiro diálogo foi com um tropeiro que atualmente trabalha como vigia na escola do povoado, e o segundo encontro foi realizado na casa do entrevistado, um senhor que trabalhou como castanheiro e hoje possui uma pequena terra próxima ao povoado, bem como uma oficina de motos, sendo um dos responsáveis pela roça comunitária citada anteriormente. Um segundo momento da pesquisa de campo ocorreu no fim de 2022 e início de 2023, durante duas semanas, quando foram realizadas onze entrevistas com moradores da área de estudo e em São Geraldo do Araguaia/PA.

Dentre essas onze entrevistas realizadas nesse segundo momento, oito foram na residência do interlocutor e três em estabelecimentos comerciais cujos entrevistados são proprietários, nesse momento, somente um diálogo foi em São Geraldo do Araguaia onde entrevistamos uma mulher que morou muito tempo em área de castanhal e próximo à Fortaleza. Em relação aos dez encontros realizados nessa vila, apenas um foi com uma mulher que é uma das primeiras moradoras do local, sendo a responsável pelo primeiro restaurante da localidade. Entre os nove homens entrevistados há ex-madeireiro ex-castanheiro, pastor da igreja Assembleia de Deus, cooperador da congregação cristã do Brasil, motorista; dono de posto de gasolina e dono de farmácia.

Em junho e julho de 2023, houve um terceiro momento de conversas executadas no período de sete dias na vila Fortaleza, Araguaína/TO e em São Geraldo do Araguaia/PA. Na vila e entorno fizemos quatro entrevistas, sendo três com os primeiros moradores do lugar, dois deles já havíamos entrevistado antes: o pastor da igreja Assembleia de Deus e um trabalhador rural. O terceiro participante é morador antigo do lugar e tem uma pequena terra às margens do Sororozinho e da área pública. A quarta pessoa com quem dialogamos nesse momento foi uma mulher, a primeira professora da vila referida, que mora a 5km da localidade na estrada que vai para o município de Marabá.

Em São Geraldo do Araguaia, fomos ao prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) onde dialogamos com um dos primeiros funcionários do INCRA na cidade, que nos relatou como ocorreram os conflitos de terra, a demarcação e a criação dos Projetos de Assentamentos (P.A.) Na cidade de Araguaína/TO, na véspera da realização do concurso para professor do Estado do Tocantins, aproveitamos a estadia para conversar com um senhor que morou próximo à Fortaleza no período de transição. Além das entrevistas, foram feitos registros fotográficos da paisagem e utilizou-se a cartografia temática através de dois croquis: um do castanhal Fortaleza e outro da vila Fortaleza no fim dos anos de 1990, elaborados com base nos relatos dos entrevistados e em imagens de satélite. Ademais, foi utilizada uma ficha individual onde preenchemos os dados dos participantes e as informações relevantes para esta dissertação.

De modo geral, os diálogos foram abertos, sendo o roteiro de campo um guia para não nos perdemos em conversas paralelas. O fato de ser conhecido dos entrevistados (e em alguns casos até mesmo familiar) facilitou o andamento das entrevistas e acelerou o processo pois não houve a necessidade de grandes apresentações e conversas introdutórias com o intuito de ganhar a confiança do participante. Portanto, grosso modo, os encontros ocorreram de maneira tranquila. A última fase da metodologia corresponde à análise e interpretação das informações colhidas pautadas na periodização espacial tratada no tópico a seguir.

1.2 A transição dos castanhais à pecuária

Neste subtópico vamos tratar do método de análise desta pesquisa de mestrado. Ele nos auxiliará a pensar as dinâmicas espaciais construídas devido: ao extrativismo da castanha-do-pará, à exploração madeireira e pecuária no castanhal e na vila, igualmente essas atividades econômicas relacionam-se a recortes temporais diferentes da nossa área de estudo. Para delimitar esses recortes temporais e analisar as dinâmicas espaciais com base nos conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais, esta dissertação levará em conta a periodização espacial pautada na situação geográfica e na noção de transição. A identificação do processo de transição dá início à compreensão da formação espacial da nossa área de estudo. Com base em Santos (2021) entende-se a formação espacial como as dinâmicas humanas em uma dada área cujos processos revelam-se mediante elementos como a paisagem, configuração espacial e as dinâmicas sociais que se alteram de forma contínua e com mais rapidez quando há transições.

Levando em consideração a ideia de evento de Santos (2020a), a análise desta pesquisa de mestrado, conforme citado acima, se baseia no conceito de transição que assim como o evento, a transição delimita as dinâmicas espaciais de um lugar. O entendimento da existência de um evento é uma forma de periodização espacial, pois os eventos são demarcadores de um período geográfico (Nahum 2019). Cada novo evento resulta em um conjunto diferente de formas-conteúdos (Santos 2020a). A transição assinala um marco no espaço-tempo e por isso divide a constituição do local onde acontece em antes e depois da sua ocorrência. Isso leva a uma periodização relacionada a uma situação geográfica que resulta da influência da transição sobre os lugares (Silveira 1999). A situação geográfica está atrelada a uma área de ocorrência definida pela configuração do espaço (Silveira 1999).

Portanto, alicerçado na ideia de situação geográfica somada a noção de transição como um demarcador temporal, constrói-se a análise desta pesquisa de mestrado. A metodologia analítica fundamenta-se nos períodos geográficos – situação geográfica inicial (SG1), transição(s) e situação geográfica atual (SG2). Como vimos no subtópico anterior, tanto a situação inicial como a situação atual da nossa área de estudo são o resultado da combinação de uma configuração espacial e dinâmicas sociais que se tornam concretas na paisagem na medida que a transformam. A substituição do extrativismo da castanha-do-pará pelas fazendas bovinas ocasiona uma grande alteração na paisagem local, derrubado para colocar roça e, principalmente, pasto para o rebanho bovino. Partindo desse entendimento, a pecuária é vista como uma nova forma de uso e ocupação da terra na área em questão e, devido a isso, consideramos a implantação pecuária como demarcadora de uma transição na formação espacial do nosso espaço de estudo, conforme explicaremos a seguir.

A compreensão da implantação da pecuária como o início da transição que começa um novo período geográfico (SG2) na área de estudo é o ponto de partida do percurso metodológico deste trabalho. Há elementos do passado na paisagem como o igarapé Sororozinho e as castanheiras remanescentes em meio as pastagens relacionadas a um período anterior às fazendas bovinas. Esse período denominamos de situação geográfica inicial – SG1, cuja área de ocorrência situava-se na sub-bacia do rio Sororó, afluente do Rio Itacaiúnas. Destaca-se, nesse contexto, o igarapé Sororozinho, tributário da margem direita do Sororó, que tem atualmente localizada em suas margens a vila Fortaleza, que na SG1 era uma sede de castanhal. Esse igarapé possibilitava o escoamento da castanha-do-pará coletada tanto em Fortaleza como em outros castanhais situado próximo ao seu leito, e através desse curso d'água, os castanheiros subiam de Marabá rumo as áreas de coleta da castanha. Portanto, na situação inicial a rede

hidrográfica era via de circulação, principalmente no período chuvoso, coincidindo com a safra da castanha-do-pará.

Além dos rios Sororó e Itacaiúnas e o igarapé Sororozinho, podemos destacar na SGI os ramais abertos na mata que possibilitavam o recolhimento das castanhas-do-pará nas colocações de onde eram levadas pelos tropeiros para as sedes do castanhal assim como o ramal que ligava Fortaleza ao castanhal Dois Irmãos. A paisagem era composta principalmente por elementos naturais como a mata de terra firme onde se situavam as castanheiras, predominando o bioma amazônico, mais especificamente uma floresta ombrófila aberta ou densa (Sampaio, Watrin e Venturieri 2000).

Era nas áreas conhecidas como matas de terras firmes onde se encontrava as castanheiras cujo agrupamento denomina-se castanhal. A exploração econômica da castanha-do-pará dinamizou a sociedade local na situação inicial. As castanheiras, a princípio, eram bens públicos e livres para extração por coletores autônomos (Barreiros, Fernandes e Andrade 2017). No entanto, no sudeste paraense da década de 1920 em diante, oligarquias passam a comandar a economia ao se apropriarem do extrativismo da castanha-do-pará. Nesse contexto, prevaleceu a força das oligarquias e a predominância do extrativismo na ocupação e uso da terra. O segundo capítulo aborda em sua primeira parte sobre a apropriação dos castanhais no sudeste paraense pelas oligarquias.

A implantação da pecuária em grande escala é entendida como o começo da transição na área de estudo pois, reforçando o que foi dito anteriormente, representa uma mudança na forma de uso e ocupação da terra. Antes dos rebanhos bovinos, o uso da terra limitava-se ao extrativismo da castanha-do-pará e do mogno (*Swietenia macrophylla*) retirados da mata e as poucas aberturas existentes geralmente pertenciam ao foreiro do castanhal. Nessas aberturas na mata ficavam a sede do castanhal onde havia pequenas roças e pastagens para alimentar as tropas de burros que carregavam as castanhas (pesquisa de campo 2022). Com a chegada dos posseiros tem início o processo violento de luta pela terra, em meio a isso cresce o discurso, inclusive pelo Estado através de órgãos como o INCRA, que não bastava ocupar a terra era necessário derrubar a mata para ter direito a posse (pesquisa de campo 2022).

Em 1988 ocorre a demarcação de Fortaleza transformado em projeto de assentamento e dividido em lotes que são distribuídos às famílias recém-chegadas ou que já ocupavam a área. Contudo, a falta de capital e auxílio estatal fez com que muitos assentados desistissem ou vendessem a terra por um preço baixo (pesquisa de campo 2022). Os compradores dessas terras eram pessoas que possuíam dinheiro para investir, e nesse caso a implantação da pecuária era

vista como a atividade mais rentável por uma série de fatores, desde o baixo custo de produção à relativa simplicidade para criar os rebanhos (Rivero et al 2009).

Além disso, os migrantes que vieram para a área do castanhal, além de possuírem capital, já possuíam experiência com bovinos em seus estados de origem. No caso da nossa área de estudo, destacam-se os goianos e mineiros como os primeiros fazendeiros tal como o segundo prefeito do recém-emancipado município de São Geraldo Araguaia, este último, foi o primeiro dono de uma das maiores fazendas próxima à Fortaleza na atualidade. Essa fazenda localiza-se na estrada sentindo BR – 153 e está a cerca de 2 km da vila supracitada (pesquisa de campo 2022).

O processo espacial resultante na pecuária é potencializado pela abertura das rodovias na Amazônia brasileira. Em São Geraldo do Araguaia destacamos a BR-153 aberta pelo exército durante a guerrilha do Araguaia e a estrada da Fortaleza que liga a vila homônima a BR citada. A partir da abertura dessa rodovia ocorre a abertura de estradas vicinais como a estrada citada, arrastões ou ampliação dos ramais de tropa para a entrada de madeireiros e posseiros nas matas, incluindo as áreas de coleta da castanha.

Com a abertura e ampliação de estradas ocorreu o desmatamento tanto por madeireiros à procura de madeiras-de-lei como o mogno (*Swietenia macrophylla*) e a castanheira, como por posseiros, agricultores e latifundiários. Para a implantação da pecuária, antes da derrubada da mata, era necessário realizar o broque: limpeza da vegetação rasteira e árvores de pequeno porte. Após isso, era feito a queimada para limpar e formar a terra para plantar capim e criar gado (pesquisa de campo 2022). Com a introdução da pecuária em larga escala temos o início de uma nova situação geográfica que perdura até os dias atuais, por isso será denominada de situação geográfica atual – SG2. A situação atual tem sua área de ocorrência atrelada as estradas, principais meio de circulação, e as pastagens, elemento da paisagem fundamental para a pecuária extensiva praticada na área de estudo.

Este capítulo focou, em sua primeira parte, nos conceitos de paisagem, configuração espacial e dinâmicas sociais que compõe a fundamentação teórica desta dissertação. Na parte dois tratamos da metodologia calcada no entendimento da introdução da pecuária como o começo de uma transição, pois simbolizou uma quebra no padrão de uso da terra na área de estudo. As fazendas bovinas introduziram uma nova situação geográfica, substituindo os castanhais derrubados em meio a esse processo espacial.

Com o escopo de mostrar como se deu esse processo é importante entender como era a área de estudo no tempo da castanha-do-pará. Como era sua paisagem, configuração espacial,

dinâmicas sociais dos trabalhadores em Fortaleza. Nesse sentido, o próximo capítulo destrincha sobre esse castanhal, realçando sua situação geográfica, no tópico dois. Ademais, esse capítulo em sua primeira parte apresenta um panorama da gênese do sudeste paraense, destacando o extrativismo da castanha-do-pará, com o intuito de contextualizar nossa área de estudo na escala regional.

CAPÍTULO II - OS CASTANHAIS DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA ANTES DA PECUÁRIA

Neste capítulo trataremos da situação geográfica inicial – SG1, destacando o castanhal Fortaleza em São Geraldo do Araguaia. Antes de abordarmos a paisagem, configuração espacial e dinâmicas sociais desse castanhal, é necessário compreender, ainda que de maneira geral, a região onde ele se situava. Trata-se da região sudeste do Pará, cuja síntese da sua formação espacial é feita na primeira parte desse capítulo, enquanto a segunda parte versa sobre o castanhal referido.

2.1 Os castanhais e o sudeste paraense

Segundo frisado acima, para uma melhor compreensão da área da Fortaleza é importante expor traços gerais da constituição espacial da região sudeste do Pará ou região intermediária de Marabá, principal centro urbano regional (IBGE 2017). Por região entende-se como um espaço com funções em comum num determinado período num espaço maior que varia de uma unidade subnacional ao globo (Santos 2020). Nesta dissertação, optou-se pela regionalização que usa o termo sudeste do Pará, pois tal regionalização é mais usual tanto na linguagem acadêmica como nas ações de Estado, tanto que a principal universidade pública da região é denominada Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

A formação espacial do sudeste paraense começa com os povos indígenas que chegaram à região amazônica milhares de anos antes dos colonizadores portugueses. No caso, do sudeste do Pará pode-se citar etnias indígenas como os suruí e os gaviões como habitantes dessa região antes da colonização. A presença portuguesa no sudeste paraense se inicia na segunda metade do século XVIII, no limite do trecho navegável do rio Tocantins onde a coroa portuguesa fundou um forte militar denominado Alcobaça, atual Tucuruí (Lopes 2015).

Ainda no século XVIII, os lusitanos fundam outro entreposto militar com o nome de São João do Araguaia com localização privilegiada na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, hoje próximo à divisa de três estados brasileiros: Pará, Maranhão e Tocantins (Lopes 2015). Entretanto, o principal núcleo urbano do sudeste do Pará foi fundado cem anos após os portugueses fundarem São João do Araguaia. Há divergência quanto ao ano exato de fundação da cidade de Marabá, contudo é certo que o povoado precursor dessa cidade teve origem na última década do século XIX.

Segundo Lopes (2015) a origem de Marabá relaciona-se a revolta de Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis/TO, situada às margens do rio Tocantins, no então Estado de Goiás. Com o fim de tal revolta, os derrotados encabeçados por Carlos Gomes Leitão resolveram descer o rio Tocantins à procura de terras férteis para agricultura. Auxiliados pelo governo do Pará, os dissidentes da revolta de Boa Vista fixaram-se no encontro dos rios Itacaiúnas e Tocantins, onde fundaram o burgo agrícola do Itacaiúnas cujo nome revelava a intenção de praticar a agricultura por tais paragens (Lopes 2015).

Todavia, em meio ao auge do ciclo da borracha, a descoberta do caucho (*castilla ulei*) inseriu a região no circuito da produção da borracha. O caucho emana um líquido gomífero de qualidade inferior ao látex da seringueira (*hevea brasiliensis*), mas com valor comercial. Contudo, de acordo com Lopes (2015) a extração da borracha do caucho era bastante predatória, pois, além de extrair o líquido da árvore, os coletores derrubavam-na, o que resultou na extinção desse recurso natural. Ademais, a extração do látex na Amazônia irá entrar em colapso devido à extração racionalizada do sudeste asiático.

Com isso, Marabá e região precisaram encontrar outras possibilidades econômicas. O substituto do caucho como principal produto regional se encontrava em abundância nas matas do rio Itacaiúnas e afluentes. A castanha-do-pará, como ficou conhecida popularmente, trata-se, na verdade, da semente do fruto chamado ouriço, o qual floresce nas copas das grandiosas castanheiras e começam a cair nos meses chuvosos da região amazônica, quando inicia a safra do fruto.

Um agrupamento de castanheiras forma um castanhal. Do ponto de vista ecológico, os castanhais são agregados naturais formados, em média, por 50 a 100 árvores de castanha-do-pará (Almeida 2015). Conforme esse autor, as castanheiras são árvores sociáveis, mas não têm um padrão para o agrupamento entre elas. Áreas com grande concentração de castanheiras podem ser encontradas em toda a bacia amazônica desde o Peru ao sudeste do Pará, onde se localizava o supracitado Polígono dos castanhais.

Tal distribuição espacial levantou hipóteses acerca de uma possível ação humana em relação à dispersão de castanheiras e distribuição dos castanhais. Contudo, tais postulações ainda carecem de evidências arqueológicas e aspectos como a dificuldade de germinação da planta em condições naturais enfraquecem tais considerações (Almeida 2015).

Outra noção utilizada para definir um castanhal é dada pelo Instituto de terras do Pará (INTERPA) o qual com o escopo de ceder terras devolutas para a extração de recursos florestais, a partir da lei estadual n° 913 de 4 de dezembro de 1954, considerava como castanhal

uma área que possui em média 3.600 hectares de extensão. Considerando a configuração espacial, Emmi (1999) pondera que, além da definição acima com seus limites legalmente instituídos, o castanhal possuía algumas formas espaciais as quais combinadas constituíam sua estrutura. Entre tais formas destaca-se o barracão ou sede que indicava o domínio de alguém sob tal espaço amparado pela lei.

Os castanhais do sudeste do Pará são apropriados na década de 1920 pelas oligarquias do Tocantins, referência ao principal rio da região, assim chamada por Emmi e Marin (1998). Esse período coincide com a expansão da extração da castanha-do-pará, que leva a região de Marabá a ocupar o posto de principal área de fornecimento desse fruto no Pará. As oligarquias dos castanhais eram formadas por famílias que detiveram o poder sobre as áreas de coleta associado ao domínio da extração atrelado aos interesses das casas aviadoras de exportação (Emmi e Marin, 1998).

Nos anos de 1920, quem se destaca em meio a tais oligarquias é o secretário de governo do Pará, Deodoro de Mendonça e sua família, que permanecem como principal força oligárquica até o fim da década de 1940. Durante o domínio dessa família, a principal forma de cessão das áreas de coleta era os arrendamentos. Para Emmi (2002: 6), os arrendamentos eram “uma arma usada pela oligarquia castanheira para exercer o poder político e econômico sobre alguns médios e pequenos produtores da castanha-do-pará”.

O governo do Pará na década de 1930, durante a era Vargas, representado pelo interventor federal Magalhães Barata, com o intuito de diminuir a força das oligarquias, tomou de volta para o estado os castanhais arrendados. Nessa época, Deodoro de Mendonça e família começam a perder o controle sobre o extrativismo da castanha-do-pará na região de Marabá (Barreiros, Fernandes e Andrade 2017).

Outrossim, o arrendamento era criticado pelas próprias oligarquias, por isso foi gradualmente substituído por outras formas de conceder as áreas de coleta aos requerentes. Segundo Emmi (2002: 7): “A partir de 1954, com a entrada em vigor da Lei n. 913, o aforamento se generaliza como forma principal de aquisição de castanhais”. Essa autora complementa com o seguinte:

Essa forma de apropriação surgiu a partir de reivindicações dos grandes arrendatários de castanhais que passaram a postular não somente um tempo de permanência maior nas áreas de castanhais, uma vez que os arrendamentos eram temporários (contratos por uma ou mais safras), mas uma apropriação de fato das áreas de castanhais e de maneira permanente (Emmi 2002: 7).

O aforamento beneficiou os foreiros que expandiram sua influência regional e autonomia sobre a produção, essa forma de concessão aumentou a concentração das áreas de coletas sob o domínio de poucos grupos oligárquicos. “Se agruparmos os foreiros por famílias, aparece de maneira mais clara a concentração das áreas de castanhais” (Emmi 2002: 7). Esse período de mudança na concessão de uso dos castanhais coincide com o fortalecimento de outra família em Marabá, os Mutrans. Essa família ascendente de comerciantes sírios se estabeleceu em Marabá na década de 1920 e nos anos de 1950 assumem o posto de principal família da oligarquia do extrativismo da castanha-do-pará no sudeste paraense (Barreiros, Fernandes e Andrade 2017).

Para Barreiros, Andrade e Fernandes (2017) esse domínio dos Mutrans tem sua gênese nos anos de 1930, quando essa família é apadrinhada pelo interventor federal do Pará, Gama Malcher, o qual concedeu benefícios aos Mutrans na concessão dos castanhais. Ademais, a falência da casa aviadora Dias & Cia, ligada a Deodoro de Mendonça, no fim dos anos de 1940 possibilitou o fortalecimento da família Mutran sobre o vácuo deixado pela casa aviadora supracitada. A hegemonia dos Mutrans sob o extrativismo da castanha-do-pará e a política regional vai perdurar até meados da década de 1960, quando novas ações e eventos prenunciam a decadência das oligarquias em Marabá e região.

Entre tais ações que enfraquecem as oligarquias houve o Plano de Integração Nacional (PIN) instituído pelo Decreto-lei 1.106, de 16 de junho de 1970. Apesar de não ter tido como objetivo principal a desarticulação das oligarquias, O PIN proporcionou isso ao propiciar novas formas de uso da terra com os assentamentos e incentivos fiscais para a introdução de grandes projetos agropecuários.

Com o PIN são abertas as principais rodovias que atravessam a região sudeste do Pará nos anos de 1970, como a BR-230 (Transamazônica) em 1972; PA-150; BR-153 e o ramal ligando Marabá à rodovia Belém-Brasília, implantada ainda nos anos de 1960. A abertura dessas rodovias representa o início da mudança por qual a região passaria. O estímulo dado a implantação de empresas agropecuária pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) atraiu novos atores para a região, resultando na reorganização do espaço regional.

No bojo do PIN, outra medida importante tomada pela ditadura militar é a inclusão de Marabá como área de segurança nacional em 1970, em meio a eclosão da guerrilha do Araguaia, movimento de caráter revolucionário empreendido pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ocorrido na região do Baixo Araguaia, próximo a Marabá. Essa guerrilha ocorreu em meio à

Guerra Fria e tinha como inspiração a revolução comunista chinesa. O principal objetivo da guerrilha era iniciar um levante popular rural para derrubar a ditadura militar. Todavia, a guerrilha do Araguaia foi fortemente reprimida pelo exército brasileiro e os guerrilheiros foram massacrados. Houve muitas torturas nesse período e a maioria dos corpos sequer foi encontrado. É em meio a essa forte repressão que surgiu outra figura controversa na história do sudeste paraense, Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido popularmente como major Curió (Barreiros, Fernandes e Andrade 2017).

O major Curió, além de ter atuado na repressão ao movimento guerrilheiro no Araguaia, foi encarregado de comandar a exploração do garimpo de Serra Pelada no início da década de 1980. Esse garimpo, situado a 150 km de Marabá, considerado a maior área de exploração mineral artesanal ao ar livre do mundo, foi ocupado por milhares de garimpeiros em busca do sonho do Eldorado que se converteu em pesadelo para a maioria, pois poucos enriqueceram e houve muitos óbitos devidos às condições severas de trabalho.

Segundo Emmi e Marin (1998) outra atividade mineral que irá dismantelar as oligarquias dos castanhais e reconfigurar o espaço local é o Projeto Grande Carajás (PGC) o qual foi implantado com a intenção de extrair o ferro descoberto na Serra dos Carajás em meados dos anos de 1960. A exploração mineral na Serra dos Carajás ficou a cargo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) ou Vale como é conhecida atualmente.

Houve a necessidade da construção de empreendimentos nessa região para possibilitar a extração e escoamento do ferro em Carajás. Entre os tais: destaca-se a construção da estrada de ferro Carajás, responsável por levar o ferro extraído ao porto marítimo de Itaqui em São Luís do Maranhão e a Usina hidrelétrica de Tucuruí (UHE – Tucuruí) erguida sobre as águas do rio Tocantins, ao norte de Carajás, em cidade homônima.

Além dos megaprojetos, conforme Emmi e Marin (1998) a atuação de órgãos estatais também diminuíram o poder oligárquico. Entre tais entidades governamentais, destacam-se: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) atuará de 1970 em diante no processo de regularização fundiária e colonização das terras do sudeste paraense; O Grupo Especial de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado pelo Decreto-lei n.º 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, tinha como função principal resolver conflitos pela posse da terra que aumentaram no sudeste do Pará com a abertura de estradas, desmatamento e a exploração mineral, principalmente, dos anos de 1980 em diante (Brasil, 1980).

Entretanto, o GETAT não cumpriu com seu objetivo, pois, durante sua existência, não realizou a reforma agrária e acirrou os conflitos de terra na região, tendo em vista que favorecia

grileiros e fazendeiros e atuava de maneira truculenta em relação aos posseiros. Segundo Miranda (2023) o GETAT abriu o caminho para a apropriação de grandes áreas de floresta e terras pelo capital financeiro, o que resultou em grande exploração madeireira e desmatamento.

Nesse processo de desmatamento e a exploração de madeira nem as castanheiras foram poupadas. Para Homma (2001), apesar de protegida contra desmatamento desde os anos de 1960, as castanheiras passaram a ser derrubadas devido à perda de competitividade do extrativismo da castanha-do-pará frente a outras atividades econômicas consideradas mais lucrativas e acessíveis, como a exploração da madeira e conversão das matas em pastos para pecuária. Outro fator que contribuiu para a destruição dos castanhais relaciona-se ao tamanho dos lotes distribuídos para os posseiros. A dimensão de tais lotes tornou a extração da castanha-do-pará pouco lucrativa quando comparada com culturas anuais, venda das árvores para madeireiros e a transformação da mata em pastagens (Homma 2001).

O desmatamento no sudeste paraense, assim como em outras partes da Amazônia, foi facilitado pela abertura de estradas (IMAZON 2014; OECO 2013) as quais possibilitaram a entrada de grande fluxo de migrantes que vieram para ocupar a terra com atividades agropecuárias contrapondo-se ao extrativismo da castanha-do-pará. Nesse cenário, os rebanhos bovinos substituíram o extrativismo devido à viabilidade e vantagens econômicas oferecidas por essa atividade, como a redução do custo para o escoamento da produção via eixo rodoviário; baixo investimento de capital para instalação e a pouca necessidade de preparar o solo (Rivero *et al* 2009).

A abertura de estradas trouxe para o sudeste do Pará atores com interesses diversos como posseiros, madeireiros, grileiros, grandes empresários, garimpeiros, os quais vão entrar em atrito, bem como pressionar as oligarquias regionais. Nesse cenário, a região tornou-se foco de tensão e conflitos pela terra que perduram até os dias atuais. Esses conflitos começam com a entrada de castanheiros em territórios indígenas, causando o extermínio indígena e a morte de muitos coletores de castanha (Lopes 2015). Com a chegada dos migrantes nas décadas de 1970 e 1980, tais conflitos se alastram pelos castanhais reivindicados pelas oligarquias e ocupados por posseiros.

Esses migrantes posseiros, diferentemente dos castanheiros, não estavam presos a relação de dependência e não reconheciam o domínio oligárquico. A tentativa de manter a posse das áreas de coleta da castanha pelas oligarquias gerou conflitos violentos nas décadas de 1970 e 1980, com destaque para uma chacina ocorrida em 1985 que resultou na morte de dezenas de

posseiros em castanhais situados entre os municípios de Marabá e Xinguara (Emmi e Marin 1998).

De acordo com Mazutti (2019) outra tentativa das oligarquias em conservar seu poder preservando as áreas de coleta se deu com o uso de meios legais como a proposta de criação da área do Polígono dos Castanhais em meio aos conflitos fundiários da região. o projeto de institucionalização do Polígono dos castanhais foi defendido pela primeira vez no I Simpósio Nacional da Castanha do Brasil realizado em 1982. Esse Polígono compreenderia os municípios de Marabá, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Eldorado dos Carajás e Piçarra.

Em 1983, a Associação dos Exportadores de Castanha do Pará e o Sindicato Rural de Marabá propuseram a demarcação do Polígono, o que implicou no projeto de lei n.º 2036/83, aprovado pela Câmara em 1986, no entanto não passou pelo Senado, sendo arquivado (Emmi 2002), e com o fracasso dessa proposta, as matas continuaram sendo ocupadas e derrubadas. Apesar da atuação dos órgãos federais na questão fundiária, os conflitos rurais permaneceram em Marabá e região. A criação de Projetos de Assentamentos (P.A.) em áreas ocupadas por posseiros cessou os conflitos de terra nos castanhais. Contudo, as disputas de terra continuaram ocorrendo em áreas de grandes fazendas.

Em 17 de abril de 1996 ocorreu um dos episódios mais marcantes e com grande repercussão: o massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido no município homônimo, marcado pela repressão do Estado contra trabalhadores sem-terra que reivindicavam a posse de uma fazenda chamada Macaxeira. Apesar da repressão e violência, há uma resistência camponesa amazônica às investidas do capital. Hébette (2004) entende que se formou um campesinato no sudeste paraense à maneira da região. Camponeses com consciência dos seus direitos e dignidade lutando contra o avanço das forças exógenas sob a região.

Em meio à mudança marcada por abertura de estradas, derrubadas e conflitos de terra, ocorre no sudeste do Pará a reorganização da divisão política-administrativa com a fundação de novos municípios nas décadas de 1980 e 1990 tal como uma proposta mais recente de separação dessa região do restante do Pará e a criação do Estado de Carajás. Em relação às novas emancipações para efeito de comparação na década de 1960, antes do PIN e as estradas, o sudeste paraense contava com 8 cidades e no fim dos anos de 1990 esse número subiu para 39.

Nesse processo destaca-se a instalação do município de Parauapebas, polo do projeto Grande Carajás, através da Lei Estadual n.º 5.443, de 10 de maio de 1988 (Pará 1988). Nessa

mesma data, foi criado o município de São Geraldo do Araguaia, que compreende a área de estudo desta pesquisa de mestrado. Outras municipalidades com destaque regional criados nesse período foram Xinguara e Redenção, através da Lei estadual n.º 5.028, de 13 de maio de 1982, ambos desmembrados de Conceição do Araguaia (Pará 1982). Na década de 1990, na esteira do Projeto Grande Carajás, houve a emancipação de Canaã do Carajás, desmembrado de Parauapebas.

Para Rocha (2013) a criação de novos municípios em escala nacional relaciona-se à dinâmica da ordem política e institucional brasileira marcada por períodos de maior centralização, como a ditadura militar e os momentos de descentralização, como a redemocratização. Além disso, há os fatores de caráter regional e local que no caso da Amazônia brasileira e do sudeste paraense referem-se às políticas públicas de integração, as quais com a abertura de estradas trouxeram levas de migrantes para a região. A área com maior incidência de emancipações foi chamada de arco de municipalização do território por Rocha (2013) compreende os espaços mais afetados pela integração amazônica, principalmente, nos Estados do Pará, Tocantins e Rondônia.

Outra proposta de reordenamento político-administrativo do sudeste paraense foi a tentativa de instalação do estado de Carajás com base no Decreto Legislativo n.º 136, de 2011 (Brasil 2011). Com esse decreto houve um plebiscito no Pará em 11 de dezembro de 2011 com o intuito de consultar a população paraense sobre a criação dos Estados de Carajás (sudeste do Pará) e Tapajós (oeste do Pará). O resultado do plebiscito mostrou que 66% do eleitorado paraense votou contra a divisão do sudeste do Estado (G1, 2011).

Para Trindade Jr. (2012) a possibilidade de criação do Estado de Carajás representou uma tentativa da nova elite regional formada por empresários e políticos em ter mais poder político, por conseguinte, a cidade de Marabá por ser o principal centro regional desde a época da castanha apareceu como possível capital e polo irradiador de tal proposta. Outro marco importante recente na história regional é a instalação da UNIFESSPA em 5 de junho de 2013, pela Lei Federal 12.824, como resultado do desmembramento do Campus Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA). A UNIFESSPA conta com campus em Marabá (sede), Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara. Contudo, sua área de abrangência vai além dessas cidades, envolvendo toda a região, ainda com potencial impacto no norte do Tocantins, sul do Maranhão e norte do Mato Grosso (Brasil 2013).

Hoje em dia, além da pecuária, da mineração e da produção de energia, a economia do sudeste do Pará conta com uma ampla participação do setor terciário, com destaque para cidade

de Marabá e, em menor grau, Parauapebas, Tucuruí e Redenção, centros sub-regionais segundo o IBGE (2020). Marabá dispõe de uma variada rede de serviços e comércio desde shopping centers, grandes supermercados, centro de convenções, hospital regional e aeroporto de porte médio entre os dez mais movimentados da região norte do Brasil, cuja lista ainda inclui o aeroporto de Carajás em Parauapebas segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Dentro desse setor terciário, existe o potencial turístico com capacidade de movimentar a economia regional, destacam-se as praias do rio Araguaia em Conceição do Araguaia, São Geraldo e Palestina, que atraem milhares de pessoas durante a temporada de praia tal como o Parque Estadual da Serra dos Martírios e Andorinhas (PESMA), criado pela lei estadual 5.982 de 25 de julho de 1996, no município de São Geraldo do Araguaia. Esse parque estadual tem potencial turístico devido às suas inúmeras cachoeiras, trilhas e cavernas, assim como sua importância ambiental, científica e histórica enquanto Unidade de Conservação (UC) localizada nos limites dos biomas amazônicos e cerrado.

Outro lugar com potencial turístico na região de Marabá é o Bioparque Vale Amazônia, situado dentro da Floresta Nacional de Carajás em Parauapebas. Essa floresta nacional criada pelo Decreto n.º 2.486 de 2 de fevereiro de 1998 (Brasil 1998) tem grande importância para a preservação do bioma amazônico no sudeste paraense, uma das áreas mais afetadas pelo desmatamento em toda a Amazônia. Ainda na esteira de áreas protegidas, a região conta com várias terras indígenas (TI) como a TI Kayapó, criada pelo Decreto n.º 316, de 29 de outubro de 1991, no território de São Félix do Xingu, sendo a maior TI em área do sudeste paraense (Brasil 1991).

Após esse resumo sobre a região sudeste do Pará, desde as oligarquias dos castanhais, passando pela ocupação dos posseiros, conflitos de terra, grandes projetos e o reordenamento espacial com a fundação de novos municípios e a tentativa de criação do estado de Carajás. O próximo tópico foca no castanhal Fortaleza em São Geraldo do Araguaia antes da implantação da pecuária.

2.2 O castanhal Fortaleza em São Geraldo do Araguaia/PA

Neste subcapítulo trataremos da situação inicial – SG1 que consiste no castanhal Fortaleza, destacando sua paisagem, configuração espacial e as dinâmicas sociais com foco no uso e ocupação da terra pelos trabalhadores do castanhal, castanheiros e tropeiros, principalmente. Os castanheiros eram os responsáveis pela coleta da castanha, enquanto os

tropeiros ficavam encarregados de conduzir as tropas de burro que carregavam as castanhas colhidas pelos coletores para a sede. Conforme frisado no subtópico anterior, o período dos castanhais foi marcado pelo poder das oligarquias que controlavam a produção e o transporte da castanha-do-pará, obtendo assim prestígio político e poderio econômico.

Em São Geraldo do Araguaia, destacamos Almir Moraes, foreiro do castanhal Fortaleza que englobava nossa área de estudo. Esse castanhal situava-se nas proximidades do igarapé Sororozinho ou Sororó como é chamado pelos locais. Esse curso fluvial, nasce cerca de 30 km ao sul da vila Fortaleza e desemboca no Rio Sororó grande, no município de Eldorado do Carajás, ao norte do povoado supracitado. Essa vila está situada onde era a sede do castanhal citado e está a 72 km da sede municipal de São Geraldo do Araguaia e 150 km de Marabá. O acesso saindo de Marabá se dá pela BR- 230, BR 153 e a estrada vicinal que leva à localidade citada. No tempo da extração da castanha-do-pará, o igarapé Sororozinho, permanência na paisagem atual, possibilitou que os castanheiros tivessem acesso ao castanhal Fortaleza, assim como no período de maiores cheias era a via de escoamento da castanha-do-pará para Marabá.

No período seco entre os meses de abril e agosto com o intuito de melhorar a locomoção, era feita a limpeza da vegetação próxima aos rios, conforme afirmação do entrevistado 1. “Esse Sororozinho aqui e o grande quando era no verão¹ o pessoal passava de motosserra limpando para melhorar o acesso dos barcos na safra” (Entrevistado 1, pesquisa de campo 2022). Era as margens desse rio onde ficava o barracão ou paiol onde as castanhas eram armazenadas na espera dos barcos que subiam de Marabá. “A castanha era armazenada em um barracão feito de tábuas assoalhadas, alto do chão!”. (Entrevistado 1, pesquisa de campo 2022). Conforme essa fala, o barracão ou paiol de armazenamento tinha uma estrutura parecida com as palafitas e eram construídos no período seco em áreas inundáveis próximas aos rios com o intuito de facilitar o carregamento das castanhas nos barcos.

Antes de ser transportada, a castanha era lavada no igarapé Sororozinho pelos lavadores e medida pelo encarregado. A unidade de medida utilizada era o hectolitro, que consistia numa caixa ou lata com capacidade para suportar uma centena de litro. Nem sempre era possível ao castanheiro acompanhar a medição realizada geralmente na sede, facilitando assim o processo de fraude. Consoante às falas dos participantes, o escoamento da castanha-do-pará a princípio era feito de batelão, embarcação que se desloca a remo ou a reboque. Com a introdução dos barcos movidos a motor, esses passam a ser o principal transporte utilizado no fluxo da

¹ Na região sudeste do Pará, o verão é o período seco que acontece entre os meses de abril e setembro.

castanha. Segue a afirmação do entrevistado 2 (pesquisa de campo 2022) descrevendo como se dava esse escoamento no castanhal Fortaleza:

Quando cheguei aqui no começo da Fortaleza a gente tirava a castanha era de batelão pelo Sororó e depois de passou antigamente a ser tirado de motor para Marabá em dois dias e meio mais ou menos. Na embarcação iam três, o piloto e dois marinheiros, levando em média 400 até 600 hectolitro de castanha dependendo do tamanho do barco.

Conforme o entrevistado 1 (pesquisa de campo 2022) os motores dos barcos eram acionados apenas nos rios Sororó e Itacaiúnas, em igarapés como o Sororozinho eram usadas varas para controlar e fazer os barcos navegarem. A duração da viagem associava-se ao regime de chuvas que aumentavam o leito dos rios, caso as chuvas diminuíssem era necessário atracar os barcos nas margens e esperar as chuvas. “A duração da viagem dependia das águas, se abaixasse em meio de estrada aí amarrava! Amarrava porque tinha uma corda para amarrar o barco e esperava chover” (Entrevistado 1, pesquisa de campo 2022). Um ditado regional referente a dependência da cheia dos rios para locomoção ainda falado pelos mais velhos é: “conforme as águas vou até Marabá”.

A rede hidrográfica responsável pela ligação entre o castanhal e Marabá, além do igarapé Sororozinho, era composta pelo Rio Sororó ou Sororó Grande, onde o Sororozinho deságua na zona rural de Eldorado do Carajás. O Rio Sororó é tributário do Rio Itacaiúnas que se junta ao Rio Tocantins na cidade de Marabá, de onde por esse último rio as castanhas colhidas em Fortaleza e em outras áreas de coleta seguiam para Belém.

A configuração espacial do castanhal em questão contava ainda com as casas dos tropeiros, o barracão de aviamento; a casa do encarregado ou gerente, representante do foreiro; pista de pouso para avião e helicóptero; pequeno pasto e curral para tropa de animais; roça com plantação de mandioca e milho, principalmente, e os ramais abertos na mata que se direcionavam para as colocações dos castanheiros (Entrevistado 1; entrevistado 3, Pesquisa de campo 2022).

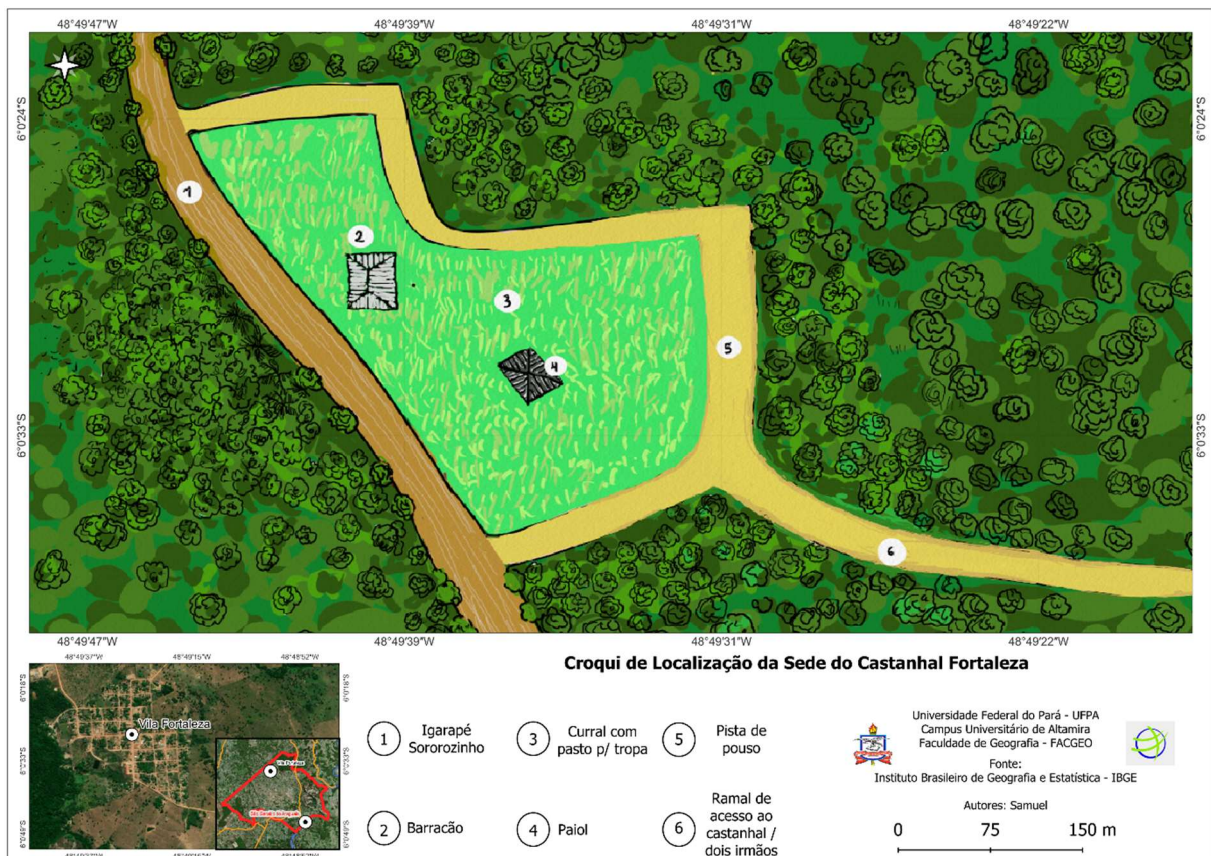
A casa dos tropeiros, geralmente, ficava na sede do castanhal, segundo o entrevistado 4 (pesquisa de campo 2022). De acordo com o entrevistado 1 (pesquisa de campo 2022) “tinha as casas do tropeiro é que nem hoje as fazendas não têm a casa do vaqueiro. Só que naquele tempo era casinha de palha cercada de pau a pique e de chão batido”. O trabalho dos tropeiros consistia em conduzir as tropas de burros que carregavam as castanhas das colocações para as margens do rio, onde as castanhas seriam transportadas para Marabá. “O tropeiro tinha que

carregar e botar a castanha no ponto onde os barcos pegavam e levavam a castanha pra Marabá” (Entrevistado 1, pesquisa de campo 2022).

Além da moradia dos tropeiros, como citado anteriormente, havia na sede do castanhal o barracão de aviamento, galpão feito de madeira que ficava em uma área elevada com vista para o igarapé, era onde os castanheiros pegavam as mercadorias necessárias para o trabalho de coleta, bem como alimentos como a farinha. “Lá no barracão a gente comprava de tudo, a espingarda era alugada, comprava a calça, a botina, facão de cintura e de cortar a castanha que era chamado de castanheiro, cortava o ouriço em uma única vez” (Entrevistado 2, pesquisa de campo 2022).

Segundo os relatos, o barracão situava-se em um ponto elevado com vista privilegiada do igarapé Sororozinho e a 350 metros de onde ficava a pista de pouso segundo a representação da figura 3. Hoje o local fica em uma curva da rua do posto, próximo ao fim da parte asfaltada dessa rua em vila Fortaleza. Segundo os relatos obtidos em campo ainda existe um coqueiro nesse ponto plantado na época da castanha.

Figura 3 - Croqui representado a sede do castanhal Fortaleza



Fonte: Autor (2024)

Nesse barracão havia ainda remédios, e tudo o que os castanheiros ou outros trabalhadores consumiam ao longo da safra era anotado pelo encarregado para o acerto de contas no fim da empreitada, segundo a narração do entrevistado 2. Quando não tinha o produto no barracão era necessário fazer um pedido para quem fosse para Marabá, barqueiros, condutores das embarcações que transitavam pela rede hidroviária local, ou tropeiros, condutores das tropas de burros, conforme o relato do entrevistado 4 (pesquisa de campo 2022):

O que nós comprávamos era o óleo, o açúcar que vinha no motor e a gente comprava do patrão. Carregava o barco de mercadoria em Marabá para levar para o barracão, aí o que não tivesse você fazia o pedido e eles traziam. O gerente fazia a nota, aí quando o motor subia já levava. Demorava cerca de uma semana a oito dias para ir e voltar.

Pelo ramal mostrado na figura acima transitavam as tropas formadas por tangidas de burros que correspondia a um grupo formado por seis burros. O burro com sela de montar ia à frente e mais cinco burros o seguiam atrás. Cada burro tinha encaixado no dorso uma cangalha onde eram colocados os paneiros e dentro desses as castanhas recolhidas nas colocações. Em relação às outras vias destacam-se pistas de pousos para aviões de pequeno porte e helicópteros conforme o entrevistado 1 (pesquisa de campo 2022) relata:

A pista de avião tinha que ser num lugar plano, aí depois empiçarrava ela todinha. Carregava a piçarra em lata nos lombos de burro, aí, além da pista, desmatava as duas pontas chamada de alagação que era para o avião pousar. O avião era daqueles tecotecos que carregavam até 4 pessoas e tinha o bonanza. Eu ainda andei de avião três vezes nesse tempo, indo para Marabá, e eu achava bom demais!

Conforme o croqui da figura 3 mostrado anteriormente no castanhal referido, a pista de pouso ficava à margem direita do rio Sororozinho em uma área de mata de terra firme onde agora se encontra a rua principal da vila Fortaleza. O entrevistado 3 (pesquisa de campo 2022) nos informou o seguinte sobre a pista de pouso nesse local:

O dono do castanhal vinha aqui num avião pequeno. naquele tempo, não tinha estrada! A pista que pousava ia daquela curva da churrascaria até mais ou menos onde hoje é a igreja católica, era 600 metros. Era um avião pequeno bonanza ele trazia rancho para o povo, pois era muito longe para ir buscar de tropa.

Além de trazer o foreiro para olhar o andamento do trabalho, o avião conforme o relato acima trazia rancho para os trabalhadores. Em alguns casos de doença mais grave, os enfermos eram levados de avião para cidade. “Quase todo castanhal tinha uma pistazinha que era para

essas coisas mesmo! aí mandavam uma carta para o patrão dizendo que tinha 2, 3 doentes, aí logo o avião baixava” (Entrevistado 4, pesquisa de campo 2022).

Na paisagem dos castanhais, destoando das matas, havia pastos para alimentar a tropa que carregava a castanha-do-pará para margens dos rios. Segundo o entrevistado 4 (pesquisa de campo 2022) “Para a tropa tinha pasto, tinha milho, pois, todo ano, o dono do castanhal plantava roça, engramava, plantava milho, feijão, tudo tinha. Não era atrasado não! A produção dos cereais dava de manter no inverno!”.

Conforme a representação da figura 3 e nos relatos de campo, o curral e o pasto começavam no início da pista de pouso na saída do ramal de acesso ao castanhal Dois irmãos. Havia uma cerca delimitando o curral que seguia reto até o fim da pista de pouso, onde dobrava à esquerda e descia terminando às margens do Sororozinho. Saindo da sede tinham os ramais de tropa que levavam os castanheiros e tropeiros para as colocações de cada castanheiro. Geralmente, no período seco era feita a limpeza desses ramais para facilitar a locomoção durante a safra, segundo nos contou o entrevistado 2 (pesquisa de campo 2022):

Ai a gente ia para lá no mês de outubro roçando o ramal, fazendo mata-burro que é uma pinguela que a gente coloca assoalho em cima e umas longarinas e aquelas três estivas de açai (*Euterpe oleracea*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*) ou embaúbão (*Cecropia*) para os burros passarem por cima no inverno. E outra vez era colocar piçarra em uns baldes, não tinha carrinho de mão naquela época, nos lugares que tinha sumidor aí endurecia.

Esses ramais são um elemento da configuração espacial e paisagem que irão permanecer na situação atual. Em Fortaleza, o principal ramal existente ligava a sede da Fortaleza ao castanhal Dois irmãos, cujo foreiro era o mesmo. Saindo de Dois irmãos, esse ramal seguia até chegar a antiga OP-2, atual BR- 153, estrada aberta pelo exército no decurso da guerrilha do Araguaia, conforme mencionado no tópico anterior. Alguma dessas aberturas nas matas foram aproveitadas pelos madeireiros na atividade de extração de madeira, conforme será discutido no capítulo III. Sobre isso segue fala do entrevistado 2 (pesquisa de campo 2022):

Quando nos mudamos para cá você ia até o Raimundo Branco, era só mata. As estradas eram iguais, estou falando para tu só para a tropa mesmo! Aí depois que já começou por causa dos madeireiros. Aí os madeireiros foram fazendo as estradas para tirar madeira, aí eu me lembro o tempo que o velho Almir Moraes vendeu o mogno aqui.

Com base no relato acima destaca-se outra atividade econômica praticada no tempo da castanha: a extração do mogno (*Swietenia macrophylla*) cujo escoamento nos primórdios era feito pelo rio antes da abertura dos arrastões pelos madeireiros para retirada da madeira em

caminhões. Segundo as informações obtidas, a exploração do mogno foi feita pelos próprios foreiros de castanha.

A safra da castanha-do-pará coincidia com o período chuvoso e ia de outubro a março. O processo de arregimentação dos castanheiros ocorria em Marabá, onde muitos deles se hospedavam nos hotéis ou pensões locais bancados pelo patrão (Almeida 2015). Havia ao mesmo tempo castanheiros, que eram na entressafra agricultores e ficavam nos castanhais e procuravam o encarregado do castanhal quando saía o boato da procura por coletores de castanha, segundo nos relatou o entrevistado 2 (pesquisa de campo 2022).

Eram 6 meses que os castanheiros ficavam embrenhados nas matas à procura de ouriços. Dentre os itens usados pelo castanheiro destacam-se os paneiros, cestos feitos de palhas de palmeiras da mata, colocados nas costas, onde serviam de recipiente para os ouriços recolhidos com o pé de bode, ferramenta cuja ponta servia para recolher os ouriços do chão e lançá-los às costas onde estava o paneiro, logo, não havia necessidade do castanheiro se abaixar, o que agilizava a coleta.

Para cortar os ouriços tinha o facão próprio que abria o ouriço com um único golpe segundo a fala do entrevistado 2 (pesquisa de campo 2022) citada anteriormente. A coleta e o corte de castanha-do-pará exigiam mão-de-obra de dezenas senão centenas de homens. Segue fala do entrevistado 3, ex- barqueiro e tropeiro no castanhal em questão:

Tinham 80 homens, às vezes 90. No verão, ficava pouquinha gente aqui. sempre tinha gente para ficar zelando, pois tinha uns pastinhos! ficava aqui (Fortaleza) e no Carrasco. A maior parte era no carrasco. Aqui a base era de 150 a 200 homens que chegavam, pois tinha o tropeiro, castanheiro, gerente, lavador, barqueiro no inverno (Entrevistado 3, pesquisa de campo 2022).

Segundo essa fala, o trabalho no extrativismo da castanha-do-pará não se resumia à coleta da castanha-do-pará. Havia muitos trabalhadores exercendo funções diversas, desde o castanheiro ao barqueiro. Esses trabalhadores, principalmente, os castanheiros, estavam atrelados ao sistema de aviamento. Para Almeida (2015: 108)

Ao entrar no castanhal, o castanheiro ia equipado com o necessário para a sua manutenção na mata e para a realização do serviço de coleta das castanhas. Era o típico sistema de aviamento ou aviar produtos em troca da safra extraída. Esse adiantamento aumentava ainda mais a dívida do castanheiro com os patrões.

O aviamento correspondia a um adiantamento dado ao castanheiro pelo trabalho a ser realizado. Esse adiantamento, em muitos casos, consistia no fornecimento dos equipamentos de trabalho e na alimentação vendidos a preços altíssimos, acarretando dívida para os castanheiros.

Esse sistema dificultava ainda mais a vida na selva e segundo as falas ouvidas na pesquisa de campo, poucos castanheiros conseguiam saldo. Segue fala do entrevistado 3: “Era assim: a gente trabalhava e não tirava saldo porque o patrão não deixava! o preço das mercadorias do barracão, não dava suporte para você fazer saldo”.

Além do aviamento, havia outras dificuldades enfrentadas pelos castanheiros como ataque de animais ferozes, principalmente, a onça-pintada, confronto com indígenas e doenças como a malária. Fortaleza era um território ocupado inicialmente pelos indígenas suruí autodenominados aikewaras. Essa etnia foi expulsa desse território durante a extração da castanha-do-pará. Uma parte dessa terra foi retomada graças a criação da TI Suruí – Sororó conhecida regionalmente como Mata dos Índios.

Em relação à malária, o participante 3 nos relatou ter pegado malária várias vezes e o tratamento era casca de pau. Já o entrevistado 4 disse o seguinte sobre isso: “Adoeci, tive malária que naquele tempo dava até em macaco! Quando adoecia, levava para a beira até o barracão. Lá tinha remédio, se piorasse, ia para Marabá” (Entrevistado 4, pesquisa de campo 2022). Nesse contexto de controle e tratamento de doenças, destaca-se a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), órgão responsável pelo controle de endemias e erradicação de doenças na zona rural do Brasil.

Os castanhais eram divididos em colocações, denominação dada às áreas de coleta da castanha, onde ficavam ao menos dois castanheiros. Segundo o entrevistado 1 (pesquisa de campo 2022): “Cada castanheiro tinha sua colocação e tinha nome deles! já ia sabendo o limite de sua área e não podia invadir a área do outro”. As divisas de colocações eram, geralmente, ramais ou grotas, segundo os relatos obtidos no campo. A habitação do castanheiro era feita de lona e palha das palmeiras encontradas na mata. Segundo o participante 2 (pesquisa de campo 2022), os coletores de castanha dormiam em redes e usavam palha de ubim (*genoma maxima*) para cobrir a cabana onde ficavam. Uma das primeiras tarefas do castanheiro era embolar, ou seja, juntar os ouriços. Segundo o entrevistado 4 (pesquisa de campo 2022):

Primeiro a gente embolava que é juntar os ouriços em um monte. Aí depois a gente ia cortar aquela castanha e depois de cortada ia carregar para o lugar onde desse da tropa vim buscar. Fazia um monte e limpava, aí a tropa vinha, ensacava aquela castanha e levava para o barracão.

Para embolar, termo referente à junção dos ouriços num ponto específico, os castanheiros saíam coletando os ouriços de castanha no chão com o pé de bode e colocava-os nos paneiros em suas costas. Na primeira fase da coleta da castanha havia abundância de frutos,

por isso era conhecida como “grosso”. No final da safra, quando os ouriços rareavam, ocorria a catação. “A gente cortava a castanha no grosso, aí depois ia para a catação, que era onde às vezes você ganhava mais dinheiro! O grosso é quando ela (castanha) está muito mesmo debaixo do pé (castanheira) aí” (Entrevistado 1, pesquisa de campo 2022).

A alimentação dos castanheiros era tirada, principalmente, das matas onde achavam caças como o jabuti (*Chelonoidis carbonária*), tatu (*dasyrodidae*), caititu (*pecari tajacu*), entre outros. A farinha era o principal alimento consumido pelos coletores de castanha. Além dela, havia o leite da castanha-do-pará ralado na paxiúba (*Socratea exorrhiza*) e consumido com o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*). Outros frutos encontrados na mata era o açai (*Euterpe oleracea*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e o uxi (*endopleura uxi*). Segue fala do participante 1 sobre a alimentação nos castanhais: “A alimentação era tatu, jabuti com leite de castanha. Era duzentas castanhas catadas no monte aí a gente ralava na paxiba e colocava na comida com farinha. Ninguém comia arroz não!” Entre as caças fornecidas pela mata, o jabuti era bastante consumido, pois, é um animal lento cuja captura é mais fácil. “Acontecia muito de você comer antes de ir trabalhar de manhazinha jabuti e depois cupu com farinha, comida forte! Aí você aguentava até 3 horas da tarde sem comer!” (Entrevistado 2, pesquisa de campo 2022).

A paisagem no tempo da castanha segundo descrição da entrevistada 6 (pesquisa de campo 2022) era formada pela mata fechada onde além das castanheiras, árvores mais altas, havia o almesção ou almescla (*protium heptaphyllum*) cuja arvore dá um fruto comestível de sabor adocicado que se reparte em quatro bandinhas ao cair no chão. Ademais, tinha o cipó timbó, possuidor de diversas utilidades confirmadas pela fala da participante 6 (pesquisa de campo 2022): “Aquele cipó (timbó) a gente os tirava. Tinha gente que raspava ele para fazer o paneiro, outros colocavam de molho porque ele saia a casca toda, aí fazia paneiro, fazia vassoura etc.”.

Outra espécie vegetal aproveitada era a arumã (*ischnosiphon polyphyllum*), banana braba, cuja palha servia para fazer quibano, peneira grande que era muito usada nesse período para limpeza de cereais onde tinha roças. A paisagem era composta por outras espécies vegetais cuja madeiras-de-lei seriam extraídas, principalmente, na fase de transição espacial. Entre essas árvores ressaltamos o cedro-manso (*cedrela spp., meliaceae*), maçaranduba (*manilkara huberi*) e o jatobá (*hymenaea courbaril*).

Na entressafra, a maioria dos castanheiros ia para Marabá ou voltava para os seus lugares de origem. Entretanto, havia aqueles trabalhadores que ficavam de maneira permanente. Tratava-se, principalmente, de tropeiros. “Na entressafra, muitas vezes a gente ficava no

castanhal mesmo! fazia rocinha” (Entrevistado 1, pesquisa de campo 2022). Ainda sobre isso, segue a fala do entrevistado 2 (pesquisa de campo 2022):

Só em algumas situações iguais aqui na Fortaleza, o cara fazia uma rocinha. nas Sete barracas (outro castanhal) eu ouvi falar de alguns que tinham um pedaço de roça, aqueles que ficavam direto aqui, ele não era quase castanheiro mesmo. Ele morava permanente, não era que nem esses outros que moravam na cidade e vinham para cá. O morador permanente achava bom! porque ficava aí, oh aí, plantava a torinha de mandioca e fazia farinha ou comprava no barracão e matava veado e essas coisas da mata aí”.

Em relação à vida no tempo do castanhal, o trabalho com roça permanece até os dias atuais. Como será tratado no próximo capítulo, com a ocupação dos posseiros e a instalação dos projetos de assentamentos (P.A), as roças vão aumentar em meio à derrubada da mata. Além da roça, outro elemento da paisagem existente nessa situação inicial que se multiplica desde a transição são as pastagens. Sobre a paisagem predominante no período dos castanhais, há atualmente a permanência já mencionada do rio Sororozinho e de poucas áreas de vegetação nativa, geralmente restrita às margens desse rio e presente na terra indígena dos Suruí-Sororó.

De modo geral, a configuração espacial do castanhal Fortaleza centrava-se na pista de pouso, igarapé Sororozinho e nos ramais de tropas. A paisagem preponderante era formada pela mata onde além das castanheiras, os cupuzeiros² (*theobroma grandiflorum*) e o mogno (*swietenia macrophylla*) se destacavam como árvores exploradas economicamente e entre os animais o jabuti por ser presa fácil era o mais consumido entre os castanheiros. A paisagem modificada era composta pela sede, ramais, assim como, o curral, pastagens para tropas e roças de milho e mandioca, principalmente, pois, a farinha de mandioca era um dos alimentos mais consumido na época.

As dinâmicas sociais tinham uma relação de trabalho pautada pelo sistema de aviamento exercido pelo foreiro do castanhal, que mantinha os extratores de castanha subjugados em regime de escravidão por dívida. Ouvimos de tropeiro em Fortaleza que o patrão era gente boa e trabalhadora, devido a isso não teve coragem de “tirar terra” na época da ocupação dos posseiros (pesquisa de campo 2022). Outro castanheiro nos alegou que na época dos castanhais o povo tinha medo e respeitava, por isso muitos não tinham coragem de ocupar a terra (pesquisa de campo 2022).

Essas duas falas exemplificam bem a relação de dependência entre o patrão e os trabalhadores. A relação entre os trabalhadores que ficavam no castanhal podia se pautar tanto

² Nome regional para os cupuaçuzeiros, árvore do cupuaçu que pode medir entre 10 e 15m de altura.

nos laços de camaradagem, principalmente, entre os castanheiros que costumavam trabalhar em grupos ou podia haver rivalidade e competição, como exemplo nos foi relatado por um tropeiro que acontecia situações em que um tropeiro desamarrava o burro do outro com o intuito de fazer o colega de trabalho ir procurar o burro quando levantasse e com isso se atrasar para o carregamento (pesquisa de campo, 2022).

Ademais, as funções dos castanheiros e tropeiros se transmutavam na entressafra, onde alguns destes permaneciam na mata para realizar serviços de manutenção dos ramais de tropa ou mesmo brocar e derrubar a mata para colocar roça ou pasto. O capítulo III discute como se deu essa transição dos castanhais para as fazendas de gado, dando destaque ao castanhal Fortaleza que devido à chegada de posseiros e outros migrantes nas décadas de 1980 e 1990 é tomado por conflitos pela terra e torna-se uma vila voltada para a extração de madeira e a pecuária.

CAPÍTULO III – TRANSIÇÃO: A PECUÁRIA NO CASTANHAL FORTALEZA

No presente capítulo vamos discutir como se deu a implantação da pecuária em grande escala no município de São Geraldo do Araguaia, realçando a área de estudo - vila Fortaleza que conforme frisado no capítulo anterior tem sua origem relacionada à ocupação dos posseiros, criação do P.A, rizicultura, extração de madeira e a implantação das fazendas bovinas. Este capítulo está dividido em dois tópicos, o primeiro aborda a abertura e ampliação de estradas; conflitos pela terra e o extrativismo da castanha-do-pará e do cupuaçu na fase de transição. O subcapítulo dois dissecou sobre a formação da vila supracitada, desmatamentos para cultivo de roças e a rizicultura; a extração de madeira e conversão do castanhal em pastagens para a instalação da pecuária bovina.

3.1 Posseiros e os conflitos por terra no castanhal Fortaleza

A relação entre a abertura de estradas e o desflorestamento na Amazônia é perceptível desde a implantação de grandes projetos na região dos anos de 1960 em diante (IMAZON 2014; OECD 2013). As grandes estradas abertas na Amazônia possibilitaram a chegada de migrantes à procura de terras ou outras riquezas naturais como o minério, bem como propiciaram a dilapidação da floresta com os chamados arrastões ou entradas de caminhões madeireiros cujos em determinadas áreas utilizaram os ramais de tropas abertos para o extrativismo da castanha-do-pará. Todavia, essa relação nem sempre é direta, haja vista que a estrada possibilita a chegada e a circulação de pessoas, entretanto, o desmatamento relaciona-se também em muitas situações à falta de alternativas econômicas, pobreza dos recém-chegados e a viabilidade econômica da pecuária (Rivero *et al* 2009; Homma 2001).

No caso da BR-153, antiga OP-2, nos interessa a estrada aberta no km 45 dessa BR saindo da sede de São Geraldo do Araguaia. Essa via, denominada anteriormente de estrada da Fortaleza, ligou o castanhal homônimo à BR- 153. Essa ligação atraiu muitos posseiros para o castanhal controlado pelas oligarquias. A fixação de posseiros resultou em muitos conflitos agrários e mortes frutos da ação de pistoleiros contratados pelo foreiro do castanhal e o revide dos posseiros segundo mencionado no capítulo anterior. Portanto, este subcapítulo aborda a ocupação dos posseiros, os conflitos por terra e a demarcação feita pelo INCRA, assim como a

ampliação e fluxo pela estrada da Fortaleza no período de transição com a demarcação do P.A Lagoa Bonita que resulta em desmatamentos para cultivo de roças de arroz ou outros alimentos.

Em São Geraldo do Araguaia, conforme mencionado anteriormente, houve a ampliação da BR-153, ligando a sede desse município, às margens do rio Araguaia, a BR-230, próxima à cidade de Marabá. A BR-153, denominada inicialmente de OP2 foi expandida pela ditadura militar durante a guerrilha do Araguaia. A princípio, o objetivo dessa estrada era facilitar a ofensiva do exército brasileiro contra os guerrilheiros nas matas do Araguaia. Com o fim da guerrilha, a OP-2 se tornou parte da BR-153 que começa na cidade de Aceguá/RS e atravessa o Brasil no sentido norte-sul até São Domingos do Araguaia/PA onde se conecta com outra rodovia colossal e problemática, a Transamazônica (BR – 230).

A abertura dessas estradas federais na Amazônia ocorreu de maneira impositiva sem qualquer estudo de viabilidade socioeconômica e ambiental. A BR – 153 atravessou espaços próximos à serra das Andorinhas onde após a ampliação dessa rodovia, o governo do Pará criaria o parque estadual da serra dos Martírios e Andorinhas – PESMA. Essa via cruzou igualmente a TI – Terra indígena dos Suruí – Sororó autodenominados Aikewaras, etnia que já tinha sido expulsa das matas da Fortaleza e foi cooptada pelo exército na repressão a guerrilha do Araguaia (Peixoto 2013).

Com a expansão da BR- 153, segundo a pesquisa de campo, no início da década de 1980 já existiam entradas ligando a rodovia citada ao castanhal Fortaleza. Essas entradas, de fato, eram ramais de tropas ou arrastões abertos por madeireiros, haja vista que nesse período já havia sido feita a exploração do mogno (*swietenia macrophylla*) retirado dessa região desde o início dos anos de 1970. De acordo com as informações obtidas em campo, a extração do mogno foi empreendida pelo foreiro, como outrora mencionado no capítulo II, bem como por serrarias como a indústria madeireira paraense (IMPA).

Segundo os relatos de campo, no início dos anos 1980 já existia tráfego de carros, além dos caminhões madeireiros, na supracitada estrada da Fortaleza. Esse fluxo de veículos, contudo, ainda era incipiente e havia muitos entraves impossibilitando uma circulação mais intensa, entre os quais podemos citar as condições precárias da via devido à falta de manutenção, assim como as chuvas que eram mais duradouras, pois, se tratava de um espaço até então pouco desmatado. Os primeiros migrantes a chegarem nesse período transitavam a pé até a Fortaleza e proximidades. Segue fala do participante 8 (pesquisa de campo 2022) que chegou à área de estudo no início da década de 1990 quando já havia se formado uma pequena povoação onde ficava o castanhal referido.

Tinha uma vicinal aí! A primeira vez que eu entrei para cá eu andei mais de pé que de carro! Só tinha um carro que vinha aqui 2 vezes por semana e como eu morava longe para lá não sabia! o pessoal que morava aqui não tinha nem como conversar!

O supracitado participante desta pesquisa chegou à Fortaleza após os conflitos entre posseiros e pistoleiros, assunto que ainda será abordado neste tópico. O objetivo do entrevistado 8 era colocar um comércio no povoado recém-formado. Contudo, percebeu que se tratava de um lugar ainda muito carente onde a maioria da população tinha poucas condições segundo nos afirmou. Com isso, passou a trabalhar como operador de motosserra ou motoqueiro, denominação utilizada pela população local para as serrarias instaladas no povoado e posteriormente, se tornou madeireiro.

Outros participantes também nos relataram como era o fluxo pela estrada da Fortaleza entre o fim da década de 1980 e o início dos anos de 1990. O tempo era mais lento em razão das condições precárias da estrada, segundo atesta o entrevistado 7 sobre o trajeto para São Geraldo (pesquisa de campo 2022) “Era mais de um dia para poder ir! dois dias para ir e vim. Não tinha esse negócio de ir e voltar no mesmo dia, não!”. Esse participante complementou informado o seguinte sobre o fluxo da estrada nesse período:

As pessoas, quando falecia, levavam tiro aí para dentro, traziam na rede até aqui (Fortaleza) e aqui ficavam esperando por um carro de linha que vinha e que fosse para levar, se tivesse como escapar, escapava, se não tivesse morria! As pessoas com malária também que não se aquietava, aí atava a rede nos pés de pau esperando chegar os carros de linha.

A prática de carregar os enfermos, acidentados ou até falecidos em redes era bastante comum em áreas onde ainda não havia estrada por onde passasse carro. Geralmente, essas pessoas eram conduzidas até um ponto onde passavam carros, sendo este o caso do antigo castanhal Fortaleza, que se transformou numa vila e era fim de linha para o tráfego de carros, pois, o igarapé Sororozinho era uma barreira natural para a circulação de veículos para além dessa localidade. Tal situação só foi resolvida com a construção de um aterro e ponte sobre o igarapé no mandato do segundo prefeito eleito no município de São Geraldo do Araguaia, Zezinho do Ananias, que foi ainda um dos primeiros fazendeiros nas proximidades da vila Fortaleza. Ainda sobre o término da linha de veículos no povoado citado, o entrevistado 9 (pesquisa de campo 2022) nos informou o seguinte:

“Aqui na época, o carro da linha só vinha até aqui. O ponto final era bem ali no Tica, que na época era do Geneci. Para frente, aqui não tinha estrada para carro não! Então, o carro vinha até aqui na Fortaleza e daqui ele voltava. Aí, quando o pessoal vinha da

cidade para cá daqui para frente naquele tempo, usava o paneiro...aham e aí colocava as compras dentro do paneiro e jogava nas costas e viajava aí para dentro”.

Esse relato também exemplifica como os paneiros continuaram a ser usados nessa fase de mudança pelos moradores locais, principalmente, para carregar compras feitas na cidade. Ademais, o trajeto era feito em muitos casos a pé em conformidade com o mencionado acima, pois nem todo mundo tinha condições de possuir um animal de carga. Nesse sentido, outra fala do participante 9 (pesquisa de campo 2022) confirma isso:

Tropa naquela época era jumento. Quem tinha! Inclusive lá embaixo os irmãos que vinha visitar aí de dentro vinha montando em jumento né. Aí naquela época quem tinha um burro, um cavalo bom... naquela época era seu fulano!”.

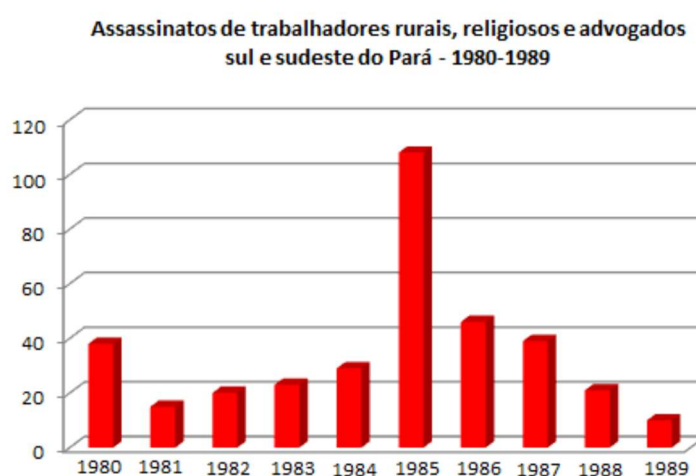
O entrevistado em questão se mudou para a vila no início dos anos de 1990 com o objetivo de fundar a primeira igreja do povoado. A igreja foi construída e o participante da pesquisa elencada permanece até os dias atuais como pastor dessa igreja. Outras informações citadas por ele que complementam a citação acima eram sobre a importância dos tropeiros nesse momento de transição, pois, geralmente, eram os únicos com tropa disponível para carregar as compras dos moradores que vinham da cidade tal como a mudança dos migrantes recém-chegados.

Em relação à melhoria e ampliação das estradas existentes nesse período, além da atuação do Estado representado pelo poder público municipal, os participantes citaram a importância dos madeireiros e serrarias. “A Madeireira deu uma reformada nessas estradas. Tinha pessoas que doaram castanheiras só em prol de receber o benefício da estrada” (Entrevistado 8, pesquisa de campo, 2022). Essa fala demonstra que essa melhoria das estradas pelas serrarias, além de visar a melhoria da circulação, tinha por escopo ter acesso a novos estoques de madeira barganhada pelos colonos como moeda de troca pela benfeitoria nas estradas.

A ampliação das estradas ou entradas na mata alterou a configuração espacial da nossa área de pesquisa e possibilitou a chegada de migrantes à Fortaleza, contudo, para conseguirem a posse da terra esses migrantes conhecidos como posseiros, diferente dos colonos trazidos pela colonização oficial ou particular, ocupavam as terras com o intuito de obter a posse das terras ocupadas. Os colonos, em sua maioria, chegam depois da criação do Projeto de Assentamento (P.A.) e compram as terras de assentados, grileiros ou se apropriam de lotes abandonados. Os colonos transformam a terra em imóvel rural e renda fundiária enquanto o posseiro não é proprietário, pois, tem apenas a posse da terra. Os posseiros geralmente se organizavam em

grupos e faziam os chamados enfrentamentos contra as milícias armadas de pistoleiros contratados pelo foreiro do castanhal, bem como a polícia e a justiça que pendiam para o lado do foreiro (Pereira 2013). Apesar de resistirem, os posseiros não tinham as mesmas condições nesses conflitos. Como resultado, houve muitas mortes nesse período de transição, sendo a década de 1980, principalmente o ano de 1985, a mais sangrenta, segundo demonstra o gráfico abaixo.

Figura 4 - Gráfico com o número de assassinatos nos anos 1980 no sul e sudeste do Pará.



Organizado por Pereira (2013).

Fonte: Setor de documentação da Comissão pastoral da terra – CPT nacional (2010).

A brutalidade de tais conflitos parecia uma continuação da malfadada guerrilha do Araguaia, onde o exército reprimiu com crueldade, fazendo uso de tortura e subjugação da população local, incluindo os indígenas, para contribuir na caça aos guerrilheiros (Peixoto 2013). De acordo com Peixoto (2013) as forças de repressão da guerrilha criaram um padrão de violência na região, fortalecido pela impunidade, tal modelo foi reproduzido, com aval e participação do Estado, contra a população pobre durante o processo de ocupação dos castanhais no sudeste paraense. Como justificativa para tais atrocidades, inventou-se o fantasma da revolução comunista no campo, resquício da guerrilha do Araguaia. Portanto, os repressores alegavam estar protegendo o país e lutando contra a onda revolucionária representada por posseiros que ansiavam pelo acesso à terra.

Em Fortaleza e castanhais próximos, como o castanhal Dois irmãos, a repressão aos posseiros foi comandada por um dos pistoleiros mais temidos do sudeste do Pará naquela época.

Trata-se de Sebastião da Terezona que contava com um bando armado a serviço dos senhores dos castanhais e latifundiários da região. Esses pistoleiros eram na maioria das vezes denominados de fiscais, conforme atesta o seguinte relato: “Era difícil fugir do castanhal, pois, tinha fiscal que hoje é o pistoleiro! Cada castanhal daquele tinha no mínimo 5 fiscal, aí o cara não fazia nada! Se achasse bom ou ruim, tinha que ficar calado!” (entrevistado 4, pesquisa de campo 2022).

Segundo o trecho supracitado, o fiscal tinha a função de vigiar os trabalhadores. Todavia, com a chegada de novos migrantes que não estavam presos ao sistema de aviamento exercido pelos donos de castanhais, houve uma quebra nas dinâmicas sociais, pois, os posseiros, para além do uso da floresta para fins extrativos, pretendiam tomar posse da terra. Nesse processo, o fiscal assumiu a função de pistoleiro que deveria barrar as pretensões dos posseiros recém-chegados. Nessa mudança das dinâmicas sociais, os posseiros tiveram função importante ao contestarem a concentração das terras e tomarem iniciativa no processo de luta pela terra (Hébette; Moreira 1997). Na esteira disso, o participante 1 (pesquisa de campo 2022) nos informou o seguinte:

Os donos de castanhais não tinham documento desses castanhais, só pagavam um papel que chama aforamento de castanha, aí era um mundo véi o cara rodava o dia todinho num ponto de castanha, só de um cidadão, sem documento! Aí os caras foram vendo isso aí e foram invadindo!

O entrevistado 2 (pesquisa de campo 2022) acrescentou o seguinte sobre a época da ocupação. “Eu não sei se 82, 83 por aí assim, não me lembro direito o ano que o pessoal começou invadir os castanhais. Aí pronto, acabou esse negócio de castanha! Para você ter uma ideia, aqui ó do Coqueiro até no Raimundo Branco era tudo do Almir Moraes”. Os trechos anteriores demonstram a insatisfação dos posseiros com o controle da terra por poucos, assim como, o estudo da situação jurídica das terras a fim de saber se tinham donos. Em Fortaleza, houve chacinas realizadas ao bel-prazer de pistoleiros, como o citado Sebastião da Terezona. Nos diálogos em campo, o participante 3 (pesquisa de campo 2022) que trabalhou muito tempo na área como tropeiro e teve contato direto com o pistoleiro mencionado, relatou uma situação envolvendo a morte do posseiro Lázaro. Segue a fala:

A morte que presenciei foi do finado Lázaro, que os pistoleiros mataram. O Bastião da Terezona, conhecido pistoleiro do sul do Pará, pegou essa área (Fortaleza e Dois irmãos) para extrair castanha e chamou todos os posseiros para uma reunião que foi aqui (Fortaleza). Aí na reunião, o Bastião disse que não era para o posseiro cortar castanha na área dele. Aí todo mundo ficou calado! Aí o Lázaro falou assim: - Corto castanha onde eu quiser! O castanhal é do município. O Bastião respondeu: - Não, Lázaro, o que eu estou pedindo é um acordo com vocês: se cortar, vende para mim. Eu vendo para quem eu quiser foi a resposta do Lázaro! Aí o Bastião levantou e falou:

se tu cortar castanha daqui para lá, eu te mato! Quando estava com uns quinze dias, chegaram me falando: - Olha, o Lázaro está entrando todo dia e ele foi avisado. Quando for quarta-feira, o Bastião vai buscar ele no Dois irmãos e é para matar! Aí eu fui de noite, mutei num burro, fui aonde o Lázaro estava e falei para ele. Quando eu saí, sabe o que ele falou? o Lucas quer é comprar castanha, desse jeito! Quando foi no dia certinho, ele (Bastião) foi e o Lázaro tinha ido para o São Geraldo. Aí, quando vinha vindo de São Geraldo, os meninos foram atrás dele e falaram para ele não vir, mas não adiantou. Se ele ficasse lá, os pistoleiros não iam lá! e aí ele veio de presepa em cima da caminhonete e quando chegou não fez nada. Tinha uma espingarda, não deu um tiro no sem-vergonha! aí pegaram ele e trouxeram para cá (Fortaleza).

O relato acima demonstra que os conflitos entre posseiros e os foreiros do extrativismo da castanha-do-pará estavam relacionados até mesmo ao extrativismo da castanha. A morte do posseiro Lázaro em Fortaleza também é relatada por Pereira (2013). De acordo com este autor, o assassinato do posseiro envolveu sessões de tortura e seu corpo foi esquartejado, colocado em um saco e jogado no igarapé Sororozinho.

A vinda de posseiros para essa área, conforme mencionado antes, causou uma ruptura nas dinâmicas sociais locais que na situação inicial mostrada no capítulo III estava atrelado ao sistema de aviamento pautado pela dependência do castanheiro em relação ao patrão e um regime de trabalho escravo. Os posseiros recém-chegados, principalmente do Nordeste, eram agricultores e chegavam com o intuito de ter a posse da terra. Todavia, conforme já mencionado, esse processo foi trágico e custou a vida de muitos. Os posseiros não foram passivos e em muitas situações se utilizaram das mesmas artimanhas do lado oposto.

A luta dos posseiros no sudeste paraense foi resultado de uma conjuntura que envolveu a atuação dos sindicatos, a comissão pastoral da terra (CPT) e as comunidades eclesiais de base (CEBs). De acordo com Hébette e Moreira (1997) a igreja católica atuou através da CPT e auxiliou os posseiros no fortalecimento dos sindicatos, possibilitado pela integração e reuniões propiciadas pelas CEBs. A partir dessa organização e união, criou-se a perspectiva de luta posseira pela terra.

O relato do entrevistado 7 traz um apanhado geral de como se deram esses conflitos em Fortaleza. “Aí quando juntava os posseiros, aí a briga aumentava, né morria posseiro e pistoleiro, né. Aí foi indo até que ele (Almir Morais, foreiro do castanhal) não deu mais conta! Aí os posseiros juntaram mais gente até tomar de conta!” (entrevistado 7 pesquisa de campo 2022). O participante acima da nossa pesquisa chegou nesse lugar no início dos anos 1990, após o fim dos conflitos mais violentos e quando já havia se formado um pequeno povoado no lugar, cuja constituição será tratada no subcapítulo dois deste capítulo.

A força e o tamanho do movimento dos posseiros nessa área também foram citados pelo participante 3 (pesquisa de campo 2022) “Aqui encheu de posseiro. Tinha posseiro até nos

galhos de pau! Quando seu Almir saiu daqui, é porque não dava mais conta de tanto posseiro. Essa área aqui da entrada dos Pacus para cá foi indenizada”. Houve em Fortaleza uma grande ocupação pelos posseiros, apesar da forte repressão contra eles. A indenização citada pelo entrevistado acima refere-se ao TDAs (Títulos da Dívida Agrária) concedido às oligarquias pelo então ministro da reforma e do desenvolvimento agrário, Jader Barbalho.

O Estado representado, principalmente, pelo GETAT e pelo INCRA foi parcial e ineficiente. O GETAT não tentou impedir os conflitos agrários, pelo contrário, na maioria das situações, ficava ao lado dos fazendeiros e donos de castanhais. Entre os pistoleiros, não era incomum encontrar policiais e a justiça era leniente e servia apenas para atender às demandas dos latifundiários (Pereira 2013). O INCRA atuava de forma tardia após o início dos conflitos ou quando estes já haviam cessado com a consumação da ocupação dos posseiros. O participante 2 (pesquisa de campo 2022) reforçou que o INCRA só atuava após as ocupações. “E o certo mesmo era o governo antes ver a situação do terreno, medir e entregar o lote para cada um, mas não! Eles incentivavam o pessoal a entrar, aí depois que o pessoal entrava é que o INCRA chegava para demarcar”. A ação do INCRA ocorre após o fim dos conflitos e a indenização paga ao foreiro do castanhal.

O entrevistado 8 (pesquisa de campo 2022) nos contou os discursos proferidos pelo INCRA no processo de ocupação e demarcação das terras em Fortaleza “Trabalhei vários anos para serraria e na época que a gente chegou para cá o que a gente ouvia falar pelo pessoal do INCRA era que o povo tem que entrar nas terras!” (Entrevistado 8 pesquisa de campo 2022). Essa fala confirma a importância de ocupar a terra para ter a efetivação de sua posse. Outro relato revelador do participante acima é o seguinte:

Então, na época, eles disseram assim para todos os órgãos, tanto o INCRA, GETAT e os outros que eram influídos com esse negócio de terra. Eles diziam para o povo: - Tem que derrubar a metade da terra para você ganhar o resto da mata.

Esse trecho demonstra a nova forma de ocupação e uso da terra pretendida para a região, onde não havia mais espaço para a floresta e o extrativismo. O desmatamento foi imposto como condição para ter acesso à terra e em muitos casos era a única opção, tendo em vista que a maioria dos posseiros não tinha rentabilidade suficiente advinda do extrativismo, sendo um dos motivos para isso a extensão insuficiente dos lotes de terras distribuídos (Homma 2001).

A demarcação e distribuição das terras da Fortaleza pelo INCRA se deu com a criação do P. A - Projeto de assentamento – Lagoa Bonita no fim do ano de 1988, que representou uma mudança na configuração espacial e dinâmicas sociais desse lugar. Esse P.A. foi um dos oitos

projetos de assentamentos criados e situados, totalmente, no município de São Geraldo do Araguaia, segundo mostra o quadro 1. Segundo dados do INCRA elencados no quadro abaixo, Lagoa Bonita foi o segundo P.A criado em São Geraldo do Araguaia, sendo o maior em extensão e número de famílias assentadas (INCRA 2015).

Quadro 1 - Principais dados dos projetos de assentamentos criados em São Geraldo do Araguaia/PA

Nome do P. A - Projeto de assentamentos	Área em hectares	Quantidade de lotes	Número de Famílias assentadas	Data de Criação
1. Lagoa Bonita	19859	396	301	19/12/1988
2. Abóbora	12478	248	152	16/07/1988
3. Terra Nova	6116,5215	122	77	22/09/1999
4. Tira Catinga	1455,419	40	35	20/12/1999
5. Miguel Gomes da Silva	1313,4362	36	35	30/12/1999
6. Boqueirão	2692,4133	65	59	27/12/1999
7. Vale do mucura II	9026,9768	260	206	02/12/2004
8. Nova Jerusalém	593,641	25	23	21/11/2005

Fonte: Relatório dos assentamentos – INCRA – Regional de Marabá (2015).

Com a instalação do P.A., os posseiros transformam-se em assentados ou colonos, pois os assentamentos são uma tentativa de colonização oficial cujo objetivo, na verdade, era limpar a terra para a entrada da colonização particular representada pelos pecuaristas. A imposição desse novo modo de ocupação da terra, a condição financeira instável e o tamanho insuficiente dos lotes para gerar o extrativismo rentável fizeram muitos colonos em Fortaleza e proximidades venderem seus lotes. O entrevistado 7 (pesquisa de campo 2022) nos atestou isso na seguinte fala: “Tinha gente que nem aguentava tocar à terra porque não tinha condição de fazer despesa, aí vendia baratinho, né de graça. Para comprar terra aqui, quando eu cheguei aqui, você comprava a terra, dava uma burra, um jumento”.

Esse relato demonstra como a falta de condição financeira pode resultar na venda dos lotes de terra por muitos colonos. Aliado a isso, não havia nessa área, oferta de empregos, pois

os assentados não tinham condições de pagar trabalhadores. O participante 9 (pesquisa de campo 2022) confirma essa falta de trabalho. “Quando eu cheguei aqui, nem serviço a gente achava! Quando achava serviço, a maioria dos donos de terra não tinha condição de pagar o trabalhador”. Esse mesmo participante nos informou que no início dos 1990, só conseguiu trabalho próximo a São Geraldo, distante mais de 40 km de Fortaleza.

Aliada à falta de ajuda estatal e capital, havia outros aspectos que dificultaram a fixação dos colonos em seus lotes, como as dívidas com os bancos atreladas aos lotes e não à pessoa. Isso fazia com que muitos abandonassem os lotes quando recebiam o financiamento. Além disso, a venda do lote com dívida era mais difícil, pois o novo dono deveria assumir a dívida (Fearnside 2010). Apesar dessa dificuldade, muitos lotes foram vendidos, o que fez o INCRA segundo Fearnside (2010) citar a existência de uma “indústria da invasão” ao se referir aqueles que ocupavam uma terra apenas para vendê-la quando se tornava o dono da terra e com isso ir atrás de outra terra para ocupar e vender novamente, criando um ciclo vicioso e formando uma população flutuante na região.

De acordo com o autor citado, geralmente, o segundo lote adquirido por uma pessoa era registrado no nome do cônjuge ou filho, pois, havia um limite de apenas um lote no nome de cada pessoa. Em relação a esse processo de especulação fundiária e venda de lotes nesse espaço, o entrevistado 1 (pesquisa de campo 2022) disse o seguinte:

Ah não! aí não tinha jeito porque os homens ricos foram dando fé (tomando conhecimento da existência das terras e comprando) e os pobres só entram só para invadir! aí os ricos foram tomando de conta. Hoje pode caçar um aqui nessas regiões próximas à Fortaleza dos que invadiram aí para ver se acha! não acha. Os que invadiram venderam tudo para os fazendeiros e racharam no mundo”.

O relato acima revisita o movimento da fronteira ocorrido em Fortaleza, em que a venda dos lotes para uma segunda leva de migrantes com dinheiro prevaleceu. Para Martins (1996), a fronteira remete ao limite do humano, ou seja, ao fim do mundo, onde há uma divisa entre civilização e mundo selvagem. Para o mesmo autor, existe a frente de expansão relacionada ao avanço da civilização sobre a fronteira e a frente pioneira atrelada ao desenvolvimento capitalista trazido por agentes econômicos para a fronteira. Outra observação referente à especulação fundiária e o ciclo vicioso de ocupação e venda de terras foi feita pelo participante 2 (pesquisa de campo 2022): “Geralmente, os ‘invasores de terra’ não querem terra para trabalhar e sim para negócio, ou seja, na hora que a terra valoriza um pouquinho, é vendida e a pessoa vai caçar outra terra para tirar”.

As duas falas anteriores mostram como em Fortaleza prevaleceu o discurso que via muitos posseiros como invasores de terra. Essa visão potencializada por órgãos como o GETAT se sobressaiu sobre a realidade local ao simplificar a especulação fundiária, o abandono ou a venda de lotes, pois não considera a falta de ajuda financeira e assistência técnica dada aos colonos. Com a chegada dos fazendeiros para criar gado bovino nos assentamentos, a derrubada é acelerada, resultando no pico da extração de madeira entre 1990 e 1995. Nesse período dos anos de 1990, a serraria da vila funcionava 24 horas por dia e tinha 50 funcionários aproximadamente, conforme será mostrado no próximo subtópico.

Além da madeira e da castanha-do-pará, outra atividade extrativa existente nesse período era a coleta do cupuaçu (*theobroma grandiflorum*) de acordo com o participante 9 (Pesquisa de campo 2022) naquela época tinha muito cupu e havia um comprador de cupu na época com umas 20 mulheres que formaram uma associação onde cortavam a polpa do cupu na Fortaleza para esse comprador. Segundo outros relatos, a extração do cupuaçu (*theobroma grandiflorum*) era umas das principais atividades econômicas ao lado da castanha-do-pará nessa área antes das grandes derrubadas. O relato do entrevistado 17 (pesquisa de campo 2024) sintetiza como se dava esse processo da extração e transporte do cupu até lugares aonde chegavam carros:

Tinha cupu demais! Eu procurava mais o meu irmão na mata. Entrava cedo na mata procurando cupu. Os caras vinham nos burros com caçoa (cesto de couro similar ao paneiro) buscar os cupus três vezes por semana durante a safra. Antes de 2000 praticamente não tinha cupu de sítio, era tudo da mata!

Com o desmatamento, os cupuaçuzeiros nativos foram destruídos e a atividade de extração e corte do cupuaçu em escala comercial diminuiu. A permanência do cupuaçu se deu através da plantação de árvores desse fruto nos sítios e quintais das casas. Isso ocorreu graças ao armazenamento das sementes dos frutos nativos e a produção de mudas. Nesse período, virada de milênio, a paisagem local já estava completamente mudada e restavam pouca mata devido à abertura de estradas que tratamos neste subcapítulo e as derrubadas para colocar roças de arroz e fazendas abordadas no próximo tópico.

Conforme se discutiu neste tópico, as dinâmicas sociais da Fortaleza mudaram com a chegada dos posseiros que confrontaram o poder do foreiro do castanhal, opondo-se à relação de dependência do castanheiro. As novas dinâmicas sociais levam uma nova forma de uso e ocupação da terra centrada em atividades agropecuárias, com a criação do projeto de assentamento e a divisão do castanhal em lotes. Essa forma de uso e ocupação da terra é fruto da nova configuração espacial da área em questão, que se altera com a abertura das estradas,

chegada dos posseiros, conflitos agrários e a diminuição do prestígio político das oligarquias. Entretanto, a nova configuração espacial não propiciou as condições para a maioria dos colonos permanecer nas terras, principalmente, devido à pobreza, falta de políticas públicas e incentivos governamentais. Com a saída dos colonos, forma-se uma configuração espacial centrada nas estradas, bem como a vila Fortaleza com a serraria e as usinas de arroz; as roças de arroz e as fazendas bovinas transformam a paisagem e condicionam as dinâmicas sociais, segundo a discussão feita no próximo subtópico.

3.2 Passando a boiada! derrubadas e fazendas de gado no castanhal Fortaleza

Retomando o assunto tratado no tópico anterior, a ocupação do castanhal referido chegou ao ponto onde a pistolagem não conseguiu mais intimidar os posseiros, o que levou a atuação do INCRA com a demarcação do P.A. Lagoa Bonita. Com a ocupação definitiva se inicia o processo de conversão do castanhal, inicialmente em pequenas roças, pois a maioria dos colonos não dispunha de capital para investir e formar a terra, ou seja, fazer grandes derrubadas com motosserras, segundo as falas mencionadas na primeira parte deste capítulo.

Conforme os relatos de campo citados anteriormente, os colonos, inicialmente, utilizavam machadões para derrubar árvores maiores, bem como foices e facões para cortar a vegetação menor na fase denominada broque, anterior ao corte das árvores maiores. Nesse processo, destaca-se também a ação dos madeireiros, os quais passam a negociar com os colonos a compra das madeiras-de-lei. A ação mais intensiva dos madeireiros em Fortaleza está relacionada à instalação de uma serraria onde ficava a sede do castanhal. Essa serraria atraiu mais pessoas para trabalhar nesse lugar, dando origem a uma localidade com uma configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais abordadas neste tópico. Para além do começo da vila, esta parte do capítulo III trata da rizicultura, extração da madeira e a implantação da pecuária após as derrubadas.

Na conversão do castanhal em fazendas de gado houve um período em que as roças, principalmente as de arroz, foram predominantes ou dividiram o uso da terra com a criação bovina. Segundo os relatos dos participantes, a cultura do arroz na área de Fortaleza foi relevante na década de 1990 e entrou em decadência no início dos anos 2000. A rizicultura está relacionada às chamadas “roças de toco” que correspondiam às primeiras plantações colocadas em terras recém desmatadas quando ainda havia muito restos de árvores no chão.

Para colocar essas roças de arroz e outros alimentos, os colonos do P.A. Lagoa Bonita na área da Fortaleza em muitos casos venderam castanheiras centenárias para madeireiros. O

entrevistado 7 (pesquisa de campo 2022) corrobora isso a seguir: “O povo vendia os pés de castanhas baratinho, por isso é que desmatou mais! porque vendia o pé de castanha baratinho para poder fazer um rancho para poder comer”. O desmatamento era uma opção para muitos de deixar a terra nua, formada para colocar roça ou pasto. O ato de desmatar tinha implicações diferenciadas e dependia da condição financeira e meios técnicos disponíveis para os diferentes colonos.

O pequeno colono que chegava com poucas condições financeiras geralmente derrubava a mata com foice e machado pois, de acordo com os relatos obtidos em campo, a maioria não possuía motosserras. o uso dos motosserras seria restrito aos latifundiários que chegaram depois e tinham condições de comprar o equipamento para serrar madeira ou pagar algum operador de motosserras. O participante 5 (pesquisa de campo, 2022) narra o seguinte sobre a lógica do desmatamento praticada pelo posseiro. “Geralmente as pessoas não derrubavam a castanheira, principalmente o pequeno posseiro que tinha terra pequena que derrubava para roça, geralmente derrubava no machado, um alqueire”. O entrevistado 7 (pesquisa de campo, 2022) complementa: “Naquele tempo, para fazer derrubada era no machado. Passava muitos dias para poder derrubar uma roça, aí depois chegou a facilitada do motosserra”. O participante 9 (pesquisa de campo, 2022) reforçou que os colonos não tinham motosserras e faziam derrubada no machado.

O processo de desmatamento tinha as seguintes etapas: broque, roça da vegetação menor, corte e derrubada das árvores maiores e queimadas. Em relação à primeira etapa, o broque, o participante 5 (pesquisa de campo 2022) relata o seguinte: “Primeiro vem o broque que é o roço do mato mais fino da mata com foice e facão e aí, sim, aí eram vários homens! Esse lá parece que foi de vinte a trinta homens que fizeram quarenta alqueires de broque”. Esse participante complementa afirmando isso: “O broque possibilita a entrada de motosserra porque para trabalhar com motosserra na mata fechada não tem como! Porque é preciso correr das árvores, que precisam estar com o tronco sem mato e sem cipó ao redor para cortar”. O entrevistado em questão trabalhou como operador de motosserra e ajudante no princípio das grandes derrubadas em São Geraldo no fim dos anos de 1980 e nos anos de 1990.

Após o boque, acontecia o corte e derrubada das árvores de maior porte que conforme citado anteriormente era feito em muitos casos com machados, principalmente, no início do processo de desmatamento na área de estudo. Essas derrubadas menores feitas com foice e machado tinham por objetivo colocar roças de arroz e outros alimentos. As derrubadas maiores para implantação das fazendas bovinas começaram, posteriormente, com a chegada de

migrantes, principalmente do centro-sul, que possuíam renda tanto para comprar terras como para viabilizar o desmatamento.

A última fase do desflorestamento, a queimada, estava condicionada pelo regime de chuvas, como atesta a fala do participante 9: “Quando eu cheguei aqui (Fortaleza), o último prazo de queimada era 20 de agosto. Porque no 20 agosto quem queimou, queimou, quem não queimou não queimava mais, porque a chuva não deixava queimar mais!”. A queimada era essencial, pois se não queimasse bem a vegetação cortada, não havia possibilidade de plantar o arroz, de acordo com o entrevistado 5 (pesquisa de campo 2024). O clima era importante nessa etapa, pois o excesso de chuva, segundo mencionado acima, poderia atrapalhar as queimadas, e, conseqüentemente, as roças.

Segundo o participante 5 (pesquisa de campo 2024) o período de queimar e colocar roça era até agosto e começo de setembro. Depois, desse período, as pessoas temiam fazer queimada, pois decerto iria chover. O entrevistado acima confirmou que após a plantação do arroz os cuidados com a roça eram os seguintes: “Os cuidados com a roça de toco era só limpar o mato com facão ou foice. Não dava para usar nem enxada, pois tinha muitos restos de árvores no solo” (Entrevistado 5 pesquisa de campo 2024).

Em relação à colheita do arroz, o participante 5 disse que havia duas formas de fazer a colheita e ambas eram manuais. Na primeira forma, se apanhava os cachos de arroz e os arrancava do solo com as mãos e a segunda maneira consistia em cortar o cacho de arroz no tronco com uma ferramenta conhecida como cutelo. Essa última forma tornava a colheita mais rentável, de acordo com o entrevistado 5 (pesquisa de campo 2024).

Na cultura do arroz, uma dinâmica social com relevo eram os chamados mutirões ou trocas de diárias. Essas relações ocorriam devido à pouca condição financeira dos colonos que se ajudavam principalmente na parte do broque, derrubada e colheita. Muitos desses colonos vieram juntos ou já se conheciam nos seus lugares de origem. O participante 5 (pesquisa de campo 2024) nos informou o seguinte sobre o sistema de troca de diárias:

Cada colono tinha ali 5 ou 6 vizinhos bem próximos que chamava de extrema de terra que ajudavam, principalmente, na parte da colheita do arroz! A troca de diária acontecia, principalmente, na colheita que exigia mais rapidez no processo, pois, se o arroz demorar a ser colhido, ele perdia!

A extrema de terra citada acima faz referência aos limites da terra de cada colono e aos seus respectivos vizinhos com terras próximas. Esses vizinhos de terra se uniam em ajuda mútua

conforme citado na fala acima. O participante 16 (pesquisa de campo 2024) relatou o seguinte sobre essas relações de trabalho na cultura do arroz:

O mutirão cortava o arroz, aí deixava lá secando. Com 7 dias, se tivesse um sol bom, o pessoal se juntava para bater! Após bater o arroz, podia ensacar e levar para limpar”. Quando tinha poucas pessoas para trabalhar na roça, eles faziam o seguinte: iam cortando o arroz e empilhando. Depois que ia bater e ensacar.

Além de citar o mutirão, o entrevistado 16 falou dos processos que envolviam o arroz após a colheita. Depois da colheita, era necessário limpar o arroz, ou seja, descascá-lo. Essa fase podia ser feita manualmente no pilão ou usando a máquina de limpar arroz. Em Fortaleza, na década de 1990 e início dos anos 2000, tinha três usinas com máquinas de limpar arroz. Essas usinas funcionavam até como depósitos de guardar o arroz limpo ensacado, pois, muitos colonos não possuíam paiol ou espaço em casa para armazenar o arroz (Entrevistado 2 pesquisa de campo 2024).

O transporte do arroz tal como o fluxo da castanha-do-pará, utilizava as tropas para carregar os sacos de arroz para os locais onde havia estrada para escoar a produção. De acordo com o participante 5 (pesquisa de campo 2024) a utilização de tropas no transporte de mercadoria e locomoção de pessoas foi essencial em Fortaleza até a segunda metade da década de 1990, quando as estradas começaram a melhorar e a população começou a comprar motos e carros. Ademais, houve o aumento do fluxo de caminhões madeireiros e caminhões de leite que transportavam até mesmo pessoas e outras mercadorias para além da madeira e o leite, respectivamente.

Em meio às roças de arroz, houve uma relação comercial parecida com o aviamento da época do castanhal, muito utilizada por quem comercializava o arroz. Tratava-se de vender o arroz na palha, ou seja, o colono vendia o arroz ainda na roça antes da colheita. O objetivo com isso era obter um adiantamento antes da colheita. “Vendia muito arroz na palha, antes de colher, e pegava um adiantamento para comprar as coisas que faltavam em casa, material escolar e remédios” (Entrevistado 5 pesquisa de campo 2024).

Essa forma de comercialização se dava devido à pouca condição financeira da maioria dos colonos, que em muitas situações precisavam de dinheiro para comprar bens e materiais, como os supracitados. Contudo, apesar da semelhança, a venda do arroz na palha se distinguia do aviamento na medida que neste último, o castanheiro não possuía a terra e tinha apenas a quantidade de castanha recolhida, com a qual pagava pelos produtos e itens necessários na coleta da castanha, conforme tratamos no capítulo II. No comércio do arroz na palha, o colono

tinha a terra e o arroz, porém, não tinha o dinheiro para comprar itens como remédios e roupas, por exemplo. A diferença entre o aviamento da castanha-do-pará e a venda do arroz na palha estava também na forma de adiantamento e no uso da terra.

Durante esse período da rizicultura, o arroz, em muitos casos, era uma moeda de troca, conforme os relatos de campo. Segundo o participante 5 (pesquisa de campo 2024), uma diária de serviço na roça equivalia a um saco de arroz. Nesse mesmo sentindo, o entrevistado 17 (pesquisa de campo 2024) disse que muita gente trocava arroz pelo rebanho bovino. A própria limpeza do arroz nas usinas era paga com o arroz limpo pelo dono da usina. “A gente levava o arroz para usina, onde o cara que ia limpar já tirava a parte dele no arroz! Não pagava para limpar, pois quem limpava já tirava o valor devido na produção do arroz!” (Entrevistado 17 pesquisa de campo 2024). A cultura do arroz foi importante no começo da vila Fortaleza, pois esse lugar era um ponto de venda do arroz e fim de linha dos caminhões que transportavam o arroz para as cidades.

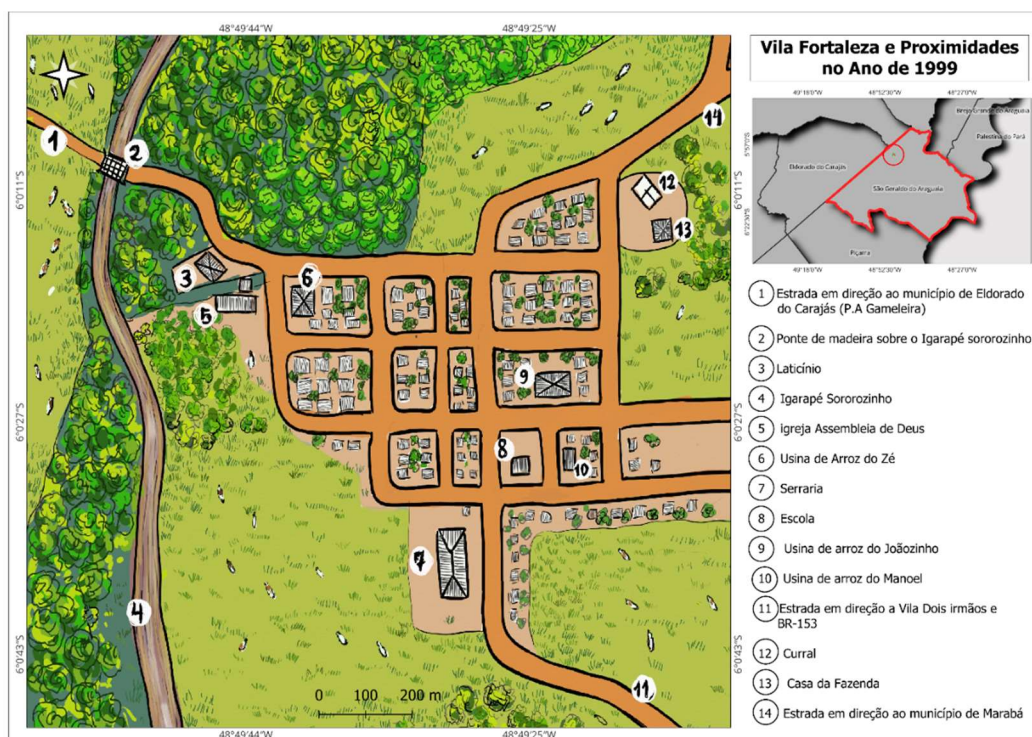
Nesse povoado existiam 3 usinas de limpar o arroz conforme demonstra o croqui da figura 5. A constituição da vila supracitada se inicia antes da instalação do P.A. Lagoa Bonita em 1988 e se relaciona a ocupação dos posseiros na sede do castanhal tratada no tópico anterior. Em conversa com uma das primeiras professoras da vila, moradora desde 1987, ela relatou o seguinte sobre a primeira escola do lugar: “A primeira escola da vila começou em março de 1988 e tinha 86 alunos! Era atrás de onde hoje é a quadra de esportes. Lá tinha um casarão grande onde ficavam os vaqueiros, a escola funcionou nesse lugar até 1993” (Entrevistada 11 pesquisa de campo 2023).

Essa fala exemplifica como se dá o processo de reutilização de objetos no espaço. Em Fortaleza, a casa dos vaqueiros do castanhal virou escola. Além dessa casa, outros elementos da configuração espacial da antiga sede foram ressignificados no começo da vila em questão, são eles: a pista de pouso e o barracão. A pista de pouso transformou-se na principal rua da localidade de onde o lugar cresceu com a abertura de novas ruas e a construção de casas, como demonstra a figura 5. O barracão foi derrubado, porém suas telhas foram aproveitadas, segundo relato do participante 9 (pesquisa de campo 2022): “As primeiras casas da vila cobertas com telha eram dos representantes da vila que tiraram a telha da casa e do curral que tinha no tempo do castanhal”.

As outras casas da vila no começo eram feitas de pau-a-pique, de palha, embaúba (*cecropia*), paxiba (*socratea exorrhiza*) e ubim (*genoma maxima*). Não havia casa de madeira e de barro, segundo o participante 10 (pesquisa de campo 2022). Até mesmo a primeira igreja

do povoado, de acordo com o entrevistado 9 (pesquisa de campo 2022), era cercada de palha com banquinhos feitos de palmeira-de-açaí. Com a ampliação da serraria, as casas de madeira começaram a serem feitas em Fortaleza. Segundo os participantes 9 e 10 (pesquisa de campo 2022), na época da serraria as sobras das árvores serradas, os casqueiros e as madeiras de baixa qualidade eram dadas para a população local fazer casa. A figura abaixo traz uma representação dessa vila no fim dos 1990.

Figura 5 - Croqui da vila Fortaleza e arredores em 1999



Fonte: Autor (2024)

Com a instalação da serraria, a vila recebeu mais moradores e, conforme os participantes, no início dos anos 1990 havia mais de 20 casas no lugar. Segundo a pesquisa de campo essa serraria teve três donos entre o início dos anos de 1990 e 2006, quando foi fechada. No auge da extração madeireira a serraria funcionava 24 horas com dois turnos de trabalho, o que exacerba o caráter predatório e imediatista da atividade. Conforme o entrevistado 13 (pesquisa de campo 2023), ex-trabalhador da serraria, eram em média 50 pessoas empregadas na serraria da Fortaleza no auge da extração madeireira. O quadro a seguir traz a quantidade de trabalhadores por função na serraria durante o ápice da extração madeireira.

Quadro 2 - distribuição dos trabalhadores por função na serraria da Fortaleza durante seu auge

Fonte: Entrevistado 13 (pesquisa de campo 2023)

Funções	Quantidade de trabalhador por turno
Laminador, guincheiro, bitoleiro e serrador;	1 em cada função
Prancheiro, circuleiro, posseiro, estocador e empilhador;	2 em cada função
Carregadores dos caminhões	4
Madeireiros	5 a 20
Reservas	2
Total	25

Segundo o quadro acima, na serraria existiam 11 funções de trabalho diferentes, com algumas delas exigindo apenas um trabalhador por turno, enquanto outras demandavam cinco ou mais, como era o caso dos madeireiros. Além dessas funções, havia dois trabalhadores que ficavam na reserva esperando para substituir alguém quando fosse necessário. O intuito do quadro 2, além da distribuição dos trabalhadores por função, é mostrar a demanda de trabalho na serraria da Fortaleza. Havia ainda a carvoaria que fazia carvão com os restos de madeira não aproveitados na serraria.

Para comportar essa quantidade de trabalhadores mostrada no quadro 2, a serraria da Fortaleza, segundo o participante 13 (pesquisa de campo 2023) dispunha da seguinte estrutura: “A estrutura da serraria era de madeira e coberta de telha. Os cômodos que tinham eram: a área de laminação onde o amolador amolava as fitas de serrar no fundo, de lado; a casa de motor estacionar; escritório e almoxarifado”. Segundo o entrevistado 13 (pesquisa de campo 2023) as árvores mais derrubadas e serradas na serraria eram a castanheira e a cedrarana (*cedrelinga cateniformis*). Havia o corte de outras madeiras como a tatajuba (*bagassa guianens*), ipê (*handroanthus*) e jatobá (*hymenaea courbaril*), porém em menor quantidade. Para o carregamento dessas árvores da mata para a serraria, além dos madeireiros moradores da vila, havia madeireiros que vinham de São Geraldo e São Domingos.

Além das funções de trabalho dispostas no quadro 2, outro trabalho essencial na dinâmica da extração de madeira era o de operador de motosserra, conhecido regionalmente como motoqueiro. Em Fortaleza, de acordo com as informações passadas pelo participante 5 (pesquisa de campo 2024) os motoqueiros trabalhavam de duas maneiras: por conta própria, comprando as árvores dos colonos e vendendo as toras para serraria; ou eram pagos por diária pelos madeireiros. No primeiro caso, ao comprar a árvore dos colonos e serrá-la, o motoqueiro

pagava os madeireiros para levar a tora de madeira para a serraria conforme a fala a seguir do entrevistado 5 (pesquisa de campo 2024):

Eu comprava a madeira do colono e dava uma porcentagem para os donos de caminhão madeireiro maior que a minha parte! O dono do caminhão madeireiro ficava com 60% e eu só com 40%. Da minha parte eu ainda pagava o dono da terra de onde tinha tirado a madeira.

O relato acima escancara a relação desigual entre motoqueiros e madeireiros. Os operadores de motosserra ficavam com a parte mais difícil na cadeia produtiva da extração madeireira, pois eram eles que entravam na mata, em muitos casos sem os equipamentos de segurança adequados, onde estavam sujeitos ao ataque de animais e correndo o risco de árvores ou partes delas caírem em cima dos seus corpos, o que poderia ser fatal. Segundo o participante 5 (pesquisa de campo, 2024) muitas pessoas perderam a vida nas derrubadas de motosserra como exemplo esse entrevistado citou o seu padrasto falecido numa derrubada na primeira metade da década de 1990.

Ao derrubar a árvore na mata e cortá-la em toras compatíveis com o tamanho do caminhão madeireiro que iria carregá-la até a serraria, era necessário colocar as toras em cima do caminhão. Conforme o participante 5 (pesquisa de campo 2024) havia duas maneiras de colocar as toras de madeiras em cima dos caminhões:

Uma forma era usando as levas, madeira roliça que era colocada com uma ponta em cima do caminhão e a outra embaixo da tora no chão. Feito isso, passava os cabos de aço por debaixo da tora e puxava os cabos numa catraca do outro lado do caminhão até a madeira subir.

A outra maneira de botar as toras nos caminhões era utilizando máquinas carregadeiras ou empilhadeiras. Esse meio era usado por madeireiros, fazendeiros e donos de serrarias com mais condições. No caso da Fortaleza, o carregamento dos caminhões utilizando as levas e os cabos de aço era mais comum, de acordo com a pesquisa de campo.

A extração de madeira em Fortaleza está ligada à pecuária, atividade que cresceu nesse lugar na segunda metade da década de 1990 em diante. Entretanto, ainda que em menor grau, as roças de arroz também substituíram muitas matas. A combinação entre essas três atividades foi responsável pela mudança na paisagem local, assim como de quase todo o território de São Geraldo do Araguaia e do sudeste paraense. Os dados que mostram a quantidade de madeira em tora extraída por ano trazem um panorama de como se deu o processo de desmatamento nos anos de 1990 em São Geraldo do Araguaia.

Tabela 2 - Quantidade em metros cúbicos de madeira em tora extraídas no município de São Geraldo do Araguaia/PA (1990-2006)

Ano	Quantidade de madeira extraída em tora (m³)
1990	497.134
1992	651.922
1994	400.000
1996	260.000
1999	100.000
2003	90.000
2006	75.000

Fonte: IBGE

A tabela 1 mostra que durante a primeira metade da década de 1990, o município de São Geraldo do Araguaia registra a maior quantidade de extração de madeira. Nesse período conforme citado anteriormente foi instalada a serraria em Fortaleza e as primeiras fazendas bovinas próxima a essa vila. O potencial da retirada de madeira em desmatar ultrapassa a retirada da madeira desejada e relaciona-se à vulnerabilidade da floresta desmatada ao fogo, pois as aberturas na mata para extração de madeira tornam o clima mais seco e maximizam a destruição causada pelas queimadas (Fearnside 2005).

Durante os seus mais de 15 anos de funcionamento, a principal serraria da Fortaleza foi um dos vetores da transformação pela qual passou essa área devido a associação entre a atividade madeireira, rizicultura e, principalmente, a pecuária presente no processo de integração regional do sudeste do Pará. Com seu fechamento definitivo em 2006, a serraria ficou de pé até 2010, quando sua estrutura foi derrubada para dar lugar a uma caixa d'água. Eu ainda tive a possibilidade de ir lá algumas vezes durante a infância brincar com os amigos e explorar o lugar em meio ao maquinário abandonado e o pó serrado de madeira que estava por toda parte e ainda estar lá hoje, soterrado como uma lembrança de um passado recente.

O desmatamento e as fazendas bovinas ainda se relacionam ao ato de acumulação de capital por fazendeiros através da venda de madeira em terras públicas apropriadas sem ressarcir o Estado. Esse capital é investido na própria criação de gado segundo Walker *et. al* (2009). Na situação de Fortaleza, essa apropriação da madeira na floresta começa durante o período do castanhal com a extração do mogno mencionada anteriormente e é potencializada

com a implantação da serraria quando até o prefeito de São Geraldo do Araguaia na época usou os recursos naturais ao colocar uma das primeiras fazendas bovinas próxima à vila (pesquisa de campo 2022).

O extrativismo da castanha-do-pará e da madeira, assim como a conversão das matas em roças de arroz e posteriormente pastagens, ocorridas no nosso espaço de pesquisa são dinâmicas de fronteira com as chamadas frente de expansão e frente pioneira. Nesse contexto, a frente de expansão é representada pelos castanheiros e oligarquias dos castanhais. Em muitos casos sendo Fortaleza, um exemplo disso, essa frente de expansão expulsou povos indígenas das áreas de coleta. Essa primeira frente é confrontada e suplantada com a chegada dos posseiros e posteriormente com a vinda dos pecuaristas e empresas mineradoras, por exemplo, que fazem parte da denominada frente pioneira. Na nossa área de pesquisa, essa segunda frente era formada por fazendeiros vindos, principalmente, do centro-sul do país conforme atesta a fala a seguir:

Os fazendeiros foram entrando! Foram chegando os mineiros e os goianos que foram os que mais derrubaram nessa região! Os maranhenses eram mais os colonos que chegavam e compravam uma pequena propriedade ou faziam parte de um grupo de posseiros que invadiam uma área e tirava uma terra. goianos e mineiros chegavam com mais dinheiro e compravam áreas maiores e desmatavam” (Entrevistado 5, pesquisa de campo 2022).

Esse trecho acima caracteriza e destaca que esses fazendeiros vinham de Goiás e Minas Gerais, principalmente. Tais fazendeiros já possuíam uma renda para investir na pecuária enquanto outros colonos, majoritariamente maranhenses, chegavam com poucos recursos e por isso quando não adquiriam pequenas terras se juntavam a grupo de posseiros para formar enfrentamentos e ocupar o castanhal. A fala a seguir traz um relato interessante sobre a transformação dos pequenos lotes de terra em fazendas.

Naquele tempo para fazer a abertura era muita gente que trabalhava, mas depois que abriram as aberturas maiores, os fazendeiros tomaram de conta! Aí foram comprando de outros e colocando pasto. Comprava dos pobres para crescer a terra e largava capim. Mas todo mundo mexia com uma rocinha aqui, mas aí os fazendeiros foram tomando de conta e eles tem a condição! (Entrevistado 14 2023)

O relato acima é de um morador atual de Fortaleza, que possui um pequeno lote de terra às margens do Sororozinho. A fala desse entrevistado escancara a prevalência do dinheiro na conversão dos assentamentos em fazendas bovinas, pois, além dos fazendeiros terem mais capital, segundo mencionado outrora, a maioria dos colonos não tinha assistência do governo e nem recursos financeiros, por isso não conseguiam permanecer na terra.

O aumento das derrubadas com a entrada dos fazendeiros é citado por vários participantes. Estes confirmaram que os pecuaristas foram os maiores desmatadores em Fortaleza. Nas grandes derrubadas para converter a floresta em fazendas se tornou comum a reprodução de condições de trabalho precárias relacionadas ao extrativismo da castanha-do-pará e do látex. A manutenção dessa estrutura ainda que ressignificada, preservou figuras como o “gato”, nome popular para os empreiteiros, e as condições de trabalho semelhantes à escravidão. Nesse sentido, a citação abaixo do entrevistado 5 (pesquisa de campo 2024) traz um retrato de como era essa reprodução nas grandes derrubadas:

Às vezes, o gato pegava a empreita para brocar e derrubar. Pegava de 20 a 50 alqueires com os pecuaristas aí contratava os trabalhadores e levava para um barracão no meio da mata. A situação lá na mata era precária. A água era sem tratamento! Água dos brejos cheio de larva de mosquito. A comida, geralmente, não era tão boa também! Era feito por qualquer um, o cozinheiro do barracão. Na maioria das vezes, a comida era caça mesmo. Faltava também os equipamentos de segurança como o capacete e a luva.

Na narração acima, percebe-se o cenário degradante desse serviço onde a estrutura de trabalho se vale da configuração espacial e dinâmicas oriundas da extração da castanha-do-pará onde os castanheiros bem como alguns motoqueiros nas derrubadas e extração da madeira estavam na base da atividade econômica e com isso eram explorados por não possuírem a terra e nem os meios de circulação da produção. Essa sustentação de condições de trabalhos desumanas tem seus resquícios na situação atual onde vaqueiros e peões de fazendas são os que sofrem com isso conforme abordará o capítulo final desta dissertação.

No sudeste paraense, a maior parcela do desmatamento feito para colocar fazendas é atestada por Fearnside (2005) que cita fatores como o índice de inflação e a acumulação de capital como determinantes na conversão dos assentamentos em fazendas com rebanhos bovinos. Sobre as grandes derrubadas ocorridas em Fortaleza para colocar fazendas, o participante 5 (pesquisa de campo 2022) relatou o seguinte: “De 1989 para cá aí sim! começou a aumentar o número de derrubadas, começou a crescer as derrubadas. Eu cheguei ver a 100 alqueires de derrubada!”. Esse mesmo entrevistado, ao ser perguntando sobre quem foi o primeiro pecuarista da área, reforçou que uma das primeiras terras com gado próxima a vila em questão pertencia ao prefeito de São Geraldo do Araguaia.

Eu deduzo que foi o Zezinho do Ananias (primeiro latifundiário da vila) porque já era uma pessoa que tinha dinheiro e foi dono dessa terra aí do Fabiano. Ele foi uma das primeiras fontes de renda da vila foi ele que desmatou aí no tempo que ele era prefeito (Entrevistado 5 2022).

A fala adiante exemplifica bem como o Estado não era ausente como muitos pensam. Na verdade, o governo estava atrelado à expansão capitalista, o que legitimou a exploração predatória do castanhal Fortaleza e outras partes da Amazônia brasileira. Até mesmo a lei de proteção da castanheira não foi suficiente para manter pelo menos uma parte delas em pé. Segundo citado outrora, muitas árvores morreram em pé devido às queimadas que secavam tais árvores até a morte, formando-se verdadeiros “cemitérios de castanheiras”, termo criado por Bentes, Marín e Emmi (1988). Quanto às espécies sobreviventes, tiveram sua produção diminuída devido à destruição do meio ao seu redor.

Outra medida que contribuiu para dizimar os castanhais foi a portaria 108 do IBAMA em 18 de setembro de 1997 autorizando a extração das castanheiras mortas ou desvitalizadas em São Geraldo do Araguaia e Eldorado do Carajás (Homma 2001). Entretanto, essa medida deixou espaço para a lei ser burlada, pois conforme relatos obtidos em campo, muitas castanheiras verdes (vivas) foram cortadas e colocadas para secar no pátio da serraria da Fortaleza, assim como os madeireiros colocavam produtos no tronco das árvores para que secassem e morressem. Essas ações somadas à falta de fiscalização terminaram de vez com o castanhal.

No começo dos anos 2000, além de não existir mais o castanhal, a rizicultura estava sendo suplantada pelos rebanhos bovinos e a plantação do capim, de acordo com a pesquisa de campo em muitos casos ocorriam dentro das próprias roças de arroz. “De primeiro para plantar roça não fazia pasto porque era ruim para colocar pasto nas roças aí depois o povo aprendeu a plantar o capim na muda dentro das roças de arroz. Aí foram tirando o arroz e colocando o pasto” (Entrevistado 17 pesquisa de campo 2024). Além da plantação do capim em muda, quem tinha semente plantava usando uma ferramenta denominada matraca segundo o participante 16 (pesquisa de campo 2024). “Plantava o arroz aí quando o arroz estava com 3 ou 4 meses aí plantava o capim de matraca no meio ali para quando tirar o arroz já tá ali o capim para fazer pasto!” (Entrevistado 16 pesquisa de campo 2024). Uma terceira forma de plantar capim era jogar a semente na cinza após a queimada segundo o entrevistado 5:

A plantação do capim era semeada. Queimava e jogava a semente na cinza e dava bom demais! Era manual mesmo. A cinza impossibilitava que os pássaros e outros animais comessem a semente do capim, pois, não as deixava expostas. Quando vinha as primeiras chuvas as sementes eram soterradas e o capim brotava e nascia”

Com a formação dos pastos, a criação de gado ganha impulso e toma o espaço da rizicultura. O capim mais plantado nesse princípio da pecuária em Fortaleza era o braquiário

(*brachiaria brizantha*) que começou a morrer entre o fim dos anos 1990 e começo dos anos 2000 quando passou a ser substituído pelo mombaça (*panicum maximum*). “No começo da pecuária, o pasto de braquiário aguentava muito, pois, quase não tinha praga. Aí depois, o braquiário começou a morrer em 1999 ou 2000 aí o pessoal mudou para o mombaça” (entrevistado 17 pesquisa de campo 2024).

A estrutura dessas primeiras fazendas era diferente das fazendas atuais pois, na maioria dessas terras, os currais não tinham barracão coberto, balança e o embarcador. O barracão coberto é uma construção essencial nos currais, pois, protege o rebanho e os vaqueiros do sol e da chuva na ordenha diária, no embarque dos animais para transportar e em dias de vacinação. A balança e o embarcador são estruturas indispensáveis na estrutura de uma fazenda de gado de corte, pois são os dois que possibilitam pesar os animais e embarcá-los em carretas que se direcionam para os frigoríficos da região. Uma discussão aprofundada sobre a configuração espacial das fazendas, transporte do rebanho estradas será feita no capítulo IV.

Como grande parte das primeiras fazendas próximas à Fortaleza não tinham balança e embarcador era comum no fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000, os vaqueiros montados a cavalo tocarem o gado até uma fazenda onde havia tais estruturas. Na pesquisa de campo, participantes nos informaram que chegaram a tocar rebanho por mais de 10 km de distância para fazendas onde havia balança e embarcador. Além da falta de recursos, a ausência de estradas onde transitassem carretas também ajuda a explicar o porquê de muitos currais nas terras não terem balança e embarcador em seus currais.

Em relação ao rebanho bovino nesse princípio, os entrevistados relataram tanto a criação da raça nelore voltado para o corte como de outras raças cruzadas como o girolando ligado à produção de leite. Um estímulo para aquisição de rebanhos e a estruturação das fazendas foi o programa nacional de agricultura familiar (PRONAF) criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (Brasil 1996). Apesar do aumento da compra de bovinos, muitos não tinham terra para criar os animais. Isso levou a criação bovina na meia que consiste no seguinte: quem tem gado, mas não tem pasto procurava quem tinha pasto, mas não tinha rebanho. Esse último cedia o pasto para a criação bovina de terceiros e em troca recebia metade das crias das vacas a partir do momento que elas estivessem no pasto.

Durante esse período de transição na década de 1990 com a rizicultura, extração da madeira e implantação das fazendas, a vila Fortaleza passou por mudanças em sua configuração espacial. Além da ampliação da serraria que conforme citado antes passou a funcionar 24 horas, houve ainda a construção de uma nova escola em 1994 onde ficava a antiga pista de pouso do

castanhal. Essa escola foi uma das primeiras construções de alvenaria da localidade onde as casas antes feitas de palmeiras, embaúbas etc., durante a época da serraria passaram a ser construídas com madeira. Em 2002, foi instalada energia elétrica com os primeiros postes de energia sendo feitos de madeira. Antes da energia elétrica, a forma de geração de energia no lugar se dava através de motor a diesel utilizado, principalmente, na serraria.

Este subtópico frisou a constituição da vila Fortaleza cuja estrutura nesse período de transição estava centrada na serraria, usinas de arroz e estradas. Além disso tratou da reconfiguração espacial que converteu o castanhal em roças de arroz e posteriormente em fazendas de gado. Essa transformação foi condicionada pela ampliação e abertura de estradas, assim como a chegada de uma leva de migrantes com recursos para investir na pecuária.

A introdução da pecuária bovina leva as dinâmicas sociais voltadas para criação de gado que prevalecem no uso da terra, uma exceção a essa hegemonia no uso e ocupação de terra corresponde à área pública entre a vila Fortaleza e o igarapé Sororozinho. Esse pedaço de terra durante a transição é cedido à serraria, porém, com o fechamento da serraria, a prefeitura retoma tal espaço e constrói prédios públicos, como a nova escola e o postinho de saúde, bem como compra uma pequena terra para uma associação de moradores da localidade mencionada plantarem roças e criarem suínos, assunto discutido no capítulo IV.

A paisagem da Fortaleza com a consolidação da transição foi alterada quase completamente com a predominância das pastagens e estradas, elementos da configuração espacial atual da Fortaleza e fazendas próximas que serão abordados no próximo capítulo. A reserva indígena Suruí-sororó é uma permanência das matas da época do castanhal e nessa terra indígena onde a coleta da castanha-do-pará para comercialização é feita, segundo será tratado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV – VILA FORTALEZA - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA - ATUAL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

O capítulo quatro tratará da situação atual da área de estudo, mostrando as mudanças e permanências relacionadas ao período inicial. O primeiro subtópico foca nos seguintes elementos da configuração espacial atual: fazendas de gado e estradas enquanto fruto das mudanças pela qual passou a área de estudo. O subtópico final trata do extrativismo da castanha-do-pará na terra indígena dos aikewaras, enquanto permanência na paisagem e dinâmicas sociais atuais, assim como aborda o uso e a ocupação da terra pelos moradores da vila Fortaleza, realçando os elementos que formam a configuração espacial dessa localidade, as dinâmicas sociais relacionadas à associação dos moradores e a paisagem no entorno do povoado.

4.1 Olha a poeira: fazendas de gado e estradas próximas à vila Fortaleza

Conforme citado na introdução deste capítulo, o subtópico em questão pretende tratar das fazendas de gado, próximas da vila Fortaleza e as estradas, que são elementos da configuração espacial e resultado da transformação espacial do nosso espaço de estudo. As pastagens das terras predominam na paisagem atual e a pecuária no uso e ocupação da terra. As estradas, principalmente a via ligando a localidade supracitada à BR- 153, configuram o espaço local.

Essa vila atualmente está rodeada por três fazendas de gado e uma delas tem sua sede, casa e curral, em frente a uma rua do povoado e próxima à saída para a zona rural de Marabá. Essa fazenda, segundo a pesquisa de campo, existe desde os anos 1990 e tal como a fazenda que fica a 2 km do povoado no sentido São Geraldo, esse imóvel rural também pertenceu a um prefeito de São Geraldo do Araguaia, que no caso foi o quarto gestor a governar esse município.

Além dessas três fazendas que fazem limite com a Fortaleza, existe a supracitada roça da associação de moradores e outros pequenos lotes de terra próximos à área pública da vila conforme será frisado no segundo tópico deste capítulo. Próximo à essa localidade, 3 km de distância existem dois imóveis rurais com destaque nesse espaço. A primeira fazenda já foi mencionada algumas vezes nesta pesquisa de mestrado, pois pertenceu ao segundo prefeito de São Geraldo e está situada a 2 km antes do povoado no sentido São Geraldo. A segunda fazenda faz limite com o igarapé Sororozinho e sua sede localiza-se a uns 2 km após a Fortaleza, acessada por meio da estrada em direção à Eldorado do Carajás.

A estrutura dessas fazendas nas proximidades da Fortaleza, variam de acordo com o modo de criação de gado predominante, ou seja, rebanho de corte ou produção de leite. De maneira geral, esses imóveis contam com a seguinte configuração: cercas, represas, cocheiras, pastos e a sede da fazenda onde ficam as casas dos moradores, curral com barracão coberto e embarcador, assim como os resfriadores para armazenar o leite nas terras onde há ordenha. As imagens da figura 6 mostram alguns elementos citados acima que compõem a configuração espacial da área e a estrutura das fazendas.

Figura 6 – Configuração espacial da área da Fortaleza - A: Estrada da Fortaleza, principal vicinal da área, ; B: Curral com embarcador em fazenda, ao redor da vila, na beira da estrada para o município de Marabá; C: Pastagens próximas à vila Fortaleza e D: Laticínio e caminhão tanque de leite próximo a estrada para Eldorado do Carajás



Fonte: Autor (2024)

A cadeia da produção de leite em Fortaleza ganhou força com a instalação do laticínio, mostrado na figura acima, nas proximidades da vila em 1998. Nesse começo e nos anos 2000, o leite era carregado em botijões que eram colocados nas carrocerias de caminhonetes ou motos e levados para o laticínio. Para o leite não estragar, esse transporte devia ser feito no mesmo dia

da ordenha do leite, pois ainda não havia energia elétrica em muitas fazendas próximas à localidade.

A instalação de energia elétrica nas terras da área de Fortaleza ocorreu com o programa Luz para Todos do governo federal em 2010 e 2011 que possibilitou que os resfriadores fossem instalados nas fazendas, diminuindo a urgência de levar o leite para o laticínio (pesquisa de campo, 2024). Isso levou a uma mudança nos veículos utilizados no fluxo do leite para o laticínio local. As caminhonetes e os botijões foram substituídos por caminhões tanque, estes além de manter o leite na temperatura adequada, transportam mais leite quando comparados com as caminhonetes. Além da instalação do laticínio, a melhoria das estradas e a instalação de energia elétrica reconfiguraram o espaço do lugar e foram essenciais tanto para a cadeia produtiva do leite como para a pecuária de engorda. O próximo tópico trata da produção de leite novamente, ao citar o laticínio e sua importância para a economia local.

Em relação à criação bovina, um elemento indispensável nas fazendas é o embarcador, conforme foi frisado no capítulo anterior. Nos dias atuais, segundo a pesquisa de campo, a cada 2 km na área de Fortaleza tem fazenda com curral e embarcador, o que representa uma alteração na configuração espacial relacionada ao gado de corte. No começo, segundo mencionado no capítulo III, poucos currais tinham embarcadores e, devido a isso, em muitos casos os animais eram tocados dezenas de quilômetros até uma fazenda com embarcador.

Os três maiores imóveis rurais próximos à Fortaleza possuem embarcador e curral com barracão coberto. Aliás, conforme a pesquisa de campo, desde o começo dos anos 2000 essas fazendas já possuíam embarcadores em seus currais, pois já havia estrada que permitia o trânsito de carretas até a BR- 153 nesse período, diferente de outros espaços próximos, como o P.A. Gameleira, município de Eldorado do Carajás, aonde não chegava carro.

Outro elemento da estrutura das fazendas são as cercas feitas com estacas e arame. No começo da pecuária nessa área, a madeira mais utilizada para fazer estaca era o acapu (*vouacapoua americana*) contudo, devido ao exaurimento e proibição da extração do acapu, nos últimos anos a madeira mais usada na fabricação de estacas para cercas é a sábia (*mimosa caesalpiniaefolia*) oriunda do Nordeste. “Hoje em dia as cercas são de madeira boa, as cercas são melhores, de 6 fios, não existem mais cerca de arame farpado mais nessa região, as fazendas hoje em dia são tudo cancela de ferro” (Entrevistado 17, 2024).

Além da estrutura das fazendas, houve alterações na alimentação dos rebanhos bovinos “O gado comia só pasto. Atualmente tem que dar ração no período seco, pois, o pasto não é mais suficiente para dá os nutrientes que o gado precisa, principalmente o gado de engorda”

(Entrevistado 5, pesquisa de campo, 2024). Além disso, houve uma diminuição da quantidade de animais por alqueire. “Antigamente, o pasto aguentava mais gado, o braquiário era 10 gados por alqueire! Já hoje é só metade” (Entrevistado 16, pesquisa de campo, 2024). Essa diminuição das pastagens tem relação com a diminuição das chuvas e enfraquecimento do solo, consequências do desmatamento ocorrido no sudeste paraense (Fearnside, 2022), bem como a degradação natural das pastagens que ocorre em torno de uma década no Pará e atualmente atinge quase 50% das fazendas bovinas paraenses (Dos Santos Caitano *et al.*, 2023).

A falta de chuvas também secou muitos cursos d’água naturais, com isso muitos fazendeiros fizeram represas para o gado nos pastos. Isso somado à redução dos pastos modificou a paisagem desse espaço, que se tornou mais seca, bem como segundo citado acima, alterou as dinâmicas de criação e alimentação bovinas. Com isso, houve a necessidade de mecanização nas fazendas, principalmente relacionada à recuperação da terra e trabalho com o gado, com o intuito de manter a produtividade. Essa mecanização causa novas mudanças na paisagem ao gradear o solo com tratores, por exemplo. Em relação à recuperação do solo, o participante 16 (pesquisa de campo, 2024) nos relatou algumas medidas tomadas:

A terra enfraqueceu um pouco! Muita gente tem plantado o milho e até o tal do milheto né, aí colhe ali o milho, deixa as palhas secando no solo aí já serve como adubo”. Hoje já gradeia, joga a semente aí quando nasce coloca fertilizantes e o calcário.

O gradeamento visa à correção do solo feita com calcário e outros fertilizantes. O calcário diminui a acidez do solo e neutraliza o alumínio tóxico (Dos Santos Caitano *et al.* 2023). Inclusive, na zona rural de São Geraldo do Araguaia, existe uma empresa por nome de Calmap que extrai calcário próximo à BR-153. Essa empresa autoproclama ter o melhor calcário do norte do Brasil, e segundo seu *site* atende estados das regiões Norte, centro-oeste e Nordeste. Na pesquisa de campo na vila Fortaleza no começo de 2024, nos informaram a existência de um monte de calcário próximo à escola, provavelmente um agrado do prefeito para a população e os produtores locais.

A inserção da tecnologia com o objetivo de corrigir e melhorar a terra e as pastagens destoa das chamadas “roças de tocos” e da plantação de capim na muda, ou cinza, muito utilizadas em Fortaleza, principalmente, na década de 1990 e começo dos anos 2000. Outras tecnologias que resultaram na mecanização do trabalho nas fazendas dessa área são o uso de drones e bombas mecanizadas para a contenção de pragas nas pastagens. O uso de maquinários, ao alterar a paisagem das terras, modifica a configuração espacial, a forma de uso da terra e as relações de trabalho, ou seja, as dinâmicas sociais das fazendas e da vila referida.

Essa modificação é percebida, por exemplo, na contenção de pragas nos pastos relacionada a um trabalhador existente desde o tempo da castanha e das grandes derrubadas. Trata-se dos juquireiros ou roçadores, que eram os responsáveis pelo roço da vegetação mais fina denominada “broque” na época das derrubadas, segundo mencionado no capítulo anterior. Com a implantação da pecuária, esse trabalho continuou sendo feito em pastos inutilizados onde havia vegetação secundária chamada de capoeira ou juquira. Esse tipo de vegetação era cortada geralmente com foices, com o intuito de reutilizar a área novamente ou conter as pragas. Por ser um trabalho braçal desvalorizado e realizado, em muitos casos, sob o sol e em condições análogas à escravidão, poucas pessoas se dispunham a fazer tal atividade. Na verdade, esse serviço era alvo de piadas e desdém pela população local.

De acordo com a pesquisa de campo, devido à mecanização, o serviço de roço manual praticamente não existe mais atualmente nas proximidades de Fortaleza. “Faz uns 10 anos ou mais que o roço acabou de vez. Mudou para a bombinha manual, depois veio a motorizada e hoje são os tratores” (Entrevistado 16, pesquisa de campo, 2024). Outros serviços requisitados nas fazendas são: cuidar do gado, o que é feito pelos vaqueiros; construções de cercas e currais.

A quantidade de pessoas empregadas nas fazendas atuais é ínfima. Os vaqueiros, por exemplo, segundo a pesquisa de campo, variam de 1 a 3 pessoas, dependendo do tamanho do imóvel e se o serviço é voltado para a pecuária de corte ou leite. A criação de gado de corte, segundo os participantes, é menos trabalhosa, dependendo da fazenda uma pessoa só consegue dar conta do serviço. O rebanho criado para a produção do leite exige mais tempo dos vaqueiros, pois é um serviço diário no qual a pessoa só sai se deixar outro como substituto. Outra diferença entre o rebanho de corte e leite é que este segundo é feito mais por fazendeiros pequenos e médios.

Os maiores fazendeiros dessa área, de acordo com os entrevistados, estão mais envolvidos com o rebanho voltado para a produção de carne, pois este é mais rentável. Aliás, isso é uma tônica observada no Pará onde apenas 12% dos estabelecimentos agropecuários produzem leite e entre tais fazendas, 83,4% estão no grupo da agricultura familiar (Censo agropecuário 2019).

“De primeiro numa fazenda era muita gente trabalhando aí! roçando juquira, fazendo cerca! Hoje tem o vaqueiro e umas duas pessoas para matar o capim praga!” (Entrevistado 2, pesquisa de campo, 2024). Essa última fala denota como o processo de mecanização alterou a oferta de trabalho nas fazendas próximas à Fortaleza. Atualmente, além do trabalho direto com o rebanho, outro serviço manual ainda realizado é a construção de estruturas como os currais e

as cercas, dividindo os pastos e as próprias terras. Permanece em muitas fazendas uma relação de trabalho informal e precarizada. Segundo nos relatou o participante 2 (pesquisa de campo 2024):

Os fazendeiros também não se interessam de ficar com gente assim muito tempo. Tem vez que o vaqueiro até está dando certo, mas o fazendeiro acerta com ele e manda embora para não render direito! Passa uns dias e chama de novo.

Segundo o entrevistado, essa manutenção da informalidade para não gerar direitos para o trabalhador é incentivada por advogados e contadores dos latifundiários e é uns dos itens do conjunto de práticas relacionadas ao trabalho escravo (Da Silva Lima; Pinheiro, 2016). O município de São Geraldo do Araguaia é marcado pelos altos índices de trabalho escravo na criação bovina, como demonstra a tabela 2 abaixo. Nos diálogos em campo, ninguém nos informou sobre a prática de trabalho escravo em fazendas próximas à Fortaleza.

Tabela 2 - Municípios do Pará com mais trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo em fazendas de gado (1995-2023)

Município	Número de trabalhadores
1. São Félix do Xingu	1001
2. Novo Repartimento	531
3. Marabá	500
4. Itupiranga	473
5. Pacajá	395
6. São Geraldo do Araguaia	345

Fonte: Portal da Inspeção do Trabalho (2023)

De acordo com a tabela acima, São Geraldo do Araguaia ocupa a sexta posição neste quesito no Estado do Pará. Contudo, em termos proporcionais, essa municipalidade entre as da tabela 2 é a com maior incidência de trabalhadores em situação de escravidão resgatados em fazendas. Para obter tal informação cruzamos os dados do Portal da Inspeção do Trabalho (2023) com o censo agropecuário (2019) que traz a quantidade de estabelecimentos agropecuários por município. Ao dividir o número de trabalhadores encontrados pela quantidade de estabelecimentos, chegou-se ao número alarmante de 1 trabalhador resgatado em situação de escravidão a cada 4 imóveis em São Geraldo, quase o dobro da segunda posição, ocupada por São Félix do Xingu e Itupiranga, onde a proporção foi de 1 trabalhador a cada 7 fazendas.

O trabalho escravo nesse município tem suas origens no sistema de aviação dos castanhais e irá se reproduzir nas atividades de derrubadas da mata, roço e pecuária até os dias atuais, onde muitas vezes a figura do gato, empreiteiro, citada no capítulo III intermedia a relação entre o patrão e o peão. Não é de se estranhar, a percepção da população local sobre os peões, vistos como pessoas não confiáveis e com pouca sorte. Esse imaginário acerca dos peões é fruto de uma estrutura onde tais sujeitos são explorados e estão na base.

As relações de trabalho informais e a jornada exaustiva da ordenha do leite citadas anteriormente podem ser caracterizadas como ações degradantes relacionadas às situações análogas à escravidão, pois priva o trabalhador dos seus direitos trabalhistas, seguro-desemprego e do descanso semanal (Brasil, 2003). A estruturação e produção nas fazendas condicionam, em muitos casos, relações de trabalho precarizadas, pois, muitos trabalhos não são permanentes, como a construção de cercas e a contenção de pragas; a relação de trabalho em alguns casos é mediada pelo gerente da fazenda, ou seja, não há o contato direto com o empregador.

Outros aspectos que explicam a manutenção dessas formas de trabalho são a pobreza e a condição de migrante de muitos trabalhadores conhecidos popularmente como “peões de trecho” (Da Silva Lima; Pinheiro, 2016). Peão do trecho é o trabalhador temporário que trabalha em várias fazendas, e devido à sua situação de migrante em muitos casos fica hospedado nos hotéis e pensões onde acumula uma dívida à espera do empreiteiro, gerente ou dono da fazenda para quitar sua dívida e levá-lo para trabalhar (Da Silva Lima; Pinheiro, 2016).

A permanência do trabalho escravo segundo Da Silva Lima e Pinheiro (2016) também tem relação com fatores regionais do sudeste paraense, como o isolamento de muitas fazendas onde além da floresta amazônica, as estradas geralmente são ruins, o que dificulta tanto a fiscalização como a fuga dos trabalhadores, principalmente, os migrantes. Por outro lado, tais aspectos somados à impunidade e à maior lucratividade ajudam a explicar a manutenção da escravidão contemporânea.

No caso das fazendas da Fortaleza, hoje em dia, há fatores locais vistos como barreiras para a reprodução dos aspectos mais graves do trabalho escravo, como a proximidade da vila e a rede de internet na zona rural facilitam a denúncia, bem como a melhoria das estradas e proximidade da BR- 153 que aumentam a chance de fuga e facilitam a fiscalização. Então, apesar de haver a continuação de práticas como trabalho informal e sem descanso semanal, a privação de liberdade através da dívida, principal mecanismo da escravidão contemporânea, não encontra uma configuração espacial atual ideal para sua prática.

Além de dificultar a manutenção da servidão, as estradas em melhores condições são essenciais para o escoamento da produção das fazendas, seja do leite ou gado de corte. Em relação aos bovinos de corte, a estrada com mais relevância nesse lugar é a estrada, mostrada na figura 5, que conecta essa área à BR-153. Essa estrada foi aberta entre o fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990. Na década de 1990 e começo dos anos 2000, os veículos com maior trânsito por essa estrada eram os caminhões madeireiros. A melhoria das estradas ligando à Fortaleza as municipalidades de Marabá e Eldorado do Carajás, bem como o aumento da renda, levou a população a substituir o uso de tropas por motos e carros a partir do fim da década de 1990, segundo mencionado no capítulo III.

O acesso à estrada da Fortaleza se dá pela BR-230 e BR-153 para quem sai de Marabá e de São Geraldo do Araguaia ocorre pela BR-153 conforme citado anteriormente. Próximo à entrada dessa estrada existem alguns estabelecimentos comerciais onde os viajantes, indo para São Geraldo ou Marabá, param. Dentre esses estabelecimentos há a lanchonete e restaurante do Raimundo Branco, às margens da BR. Segundo relato dos participantes, essa parada existe desde os tempos dos castanhais e o ex-dono falecido que nomeia o local conhecia muitas histórias do tempo da castanha. Após parar no Raimundo Branco ou em outro estabelecimento próximo, o viajante que quiser ir para vila Fortaleza ou outras vilas, alguma fazenda próxima ou outros lugarejos da redondeza, conhecidos informalmente pela população desse lugar como região, deverá seguir pela estrada citada acima.

Ao sair da BR-153 e virar à esquerda, no caso de quem vem de São Geraldo do Araguaia, o viajante adentra numa via bem diferente da BR pelos locais. A estrada da Fortaleza é de terra e piçarra, e impõe intempéries aos moradores locais a depender da estação do ano. No período seco há bastante poeira que sobe quando os veículos passam pela estrada e forma uma camada espessa feito neblina, com textura e cheiro de terra, que embaça a visão, suja as roupas dos motociclistas; objetos e móveis das casas próximas à estrada, bem como pode causar irritação nos olhos dos descuidados. Além disso, existem sulcos na estrada chamados localmente de “costelas de vacas” causadores de trepidação e desconforto, principalmente aos motociclistas, buracos devido à erosão do solo e pontes malfeitas podem resultar em acidentes, principalmente para motoristas menos habilidosos ou pouco acostumados com a estrada de chão.

No período de chuvas, era comum a estrada da Fortaleza cortar em trechos menos elevados onde passam cursos d’água, ocorrem enchentes e a estrada pode ficar intransitável. Na estrada citada para a BR- 153 há pelo menos dois pontos críticos onde geralmente cortavam com as chuvas mais volumosas. O primeiro ponto fica cerca de 1 km depois da vila Fortaleza e

o outro fica a 18 km próximo à vila Dois Irmãos. Na estrada em direção ao município de Eldorado, depois do laticínio e próximo ao Sororozinho, era comum a estrada cortar também quando chovia muito e o rio em questão enchia demais.

Segundo os entrevistados, essas enchentes não cortam mais a estrada atualmente, pois foram feitos aterros e colocados bueiros nos pontos mais baixos da estrada. Além das enchentes, outro problema recorrente nessas estradas no período chuvoso são os atoleiros e as ladeiras de maior declive, que costumam ficar mais lisas para subir. Trata-se de dois problemas mais complexos de resolver, pois possuem relação com o fluxo de veículos mais pesados, como as próprias carretas com bois, que afundam o solo das estradas, abrindo buracos e atoleiros.

Segundo a pesquisa de campo, a estrada da Fortaleza recebe manutenção duas vezes ao ano, antes e depois do período de chuvas. Essa manutenção consiste em passar máquinas como tratores e patrol motoniveladoras para raspar a estrada e colocar terra nos locais mais fundos. Uma melhoria definitiva nas estradas são as pontes de concretos substitutas das pontes de madeiras construídas quando a estrada foi aberta.

Essa manutenção da estrada supracitada ocorre quando as chuvas diminuem e aumenta o fluxo de transporte dos bovinos em carretas. “O período do transporte do gado, a intensidade é maior no final do inverno, nesse intervalo do meio do ano até o final do ano, todos os dias têm frete!” (entrevistado 17, 2024). Esse participante possui carreta e faz o tráfego do gado bovino, principalmente para Marabá e São Geraldo, os principais destinos dos bovinos para abate, quando os animais chegam a um peso razoável, o que leva 2 anos para os bois e entre 1 e 2 anos para as novilhas. Após o abate nessas duas cidades a carne é transportada até Belém, onde é feita a exportação. “O principal destino do gado dessas fazendas da região da Fortaleza, é Belém. Hoje o transporte é só na câmara fria, não é mais caminhão boiadeiro, transporta até São Geraldo e Marabá, abate e segue caminho para Belém” (Entrevistado 17, 2024).

Nesse fluxo de carretas para carregar os bovinos, a vila Fortaleza é um ponto de parada onde muitos carreteiros almoçam ou dormem. Ademais, acontece nessa localidade algumas festas e manifestações que acompanham a expansão agropecuária. Trata-se da cavalgada, festa do fazendeiro e vaquejada. A cavalgada é realizada desde o início dos anos 2000, quando a pecuária se tornou a atividade predominante na área. As festas dos fazendeiros e vaquejadas são manifestações mais recentes, sendo realizadas a partir dos anos de 2010.

Em relação ao comércio voltado para produtos agropecuários, na vila em questão tem apenas um estabelecimento onde vende sementes de capim e outros produtos correlatos. A base do comércio agropecuário que atende as terras próximas à Fortaleza é a cidade de São Geraldo

do Araguaia, onde, ao fazer uma caminhada pela avenida principal, observamos a existência de 15 estabelecimentos agropecuários. Além de atender à demanda do próprio município, São Geraldo vende produtos para proprietários de terras de outras municipalidades, como Piçarra e Eldorado do Carajás.

Destacou-se neste subcapítulo a configuração espacial da Fortaleza formada pelas fazendas de gado, estradas, T.I Suruí-sororó, vila Fortaleza e pequenas roças próximas. Essa configuração espacial se altera com a melhoria das estradas e a instalação de energia elétrica que possibilitou a instalação de resfriadores nas terras de bovinos leiteiros e a construção de embarcadores nos currais para colocar o rebanho de corte nas carretas que transitam tanto para um frigorífico próximo a São Geraldo como para os frigoríficos de Marabá. Na produção de leite, além das estradas e da energia elétrica, a mudança aconteceu com a implantação do laticínio em 1998, próximo à vila, e a substituição das caminhonetes e botijões por caminhões tanques no transporte do leite para o laticínio.

Com essa reconfiguração espacial, a paisagem também se altera com as últimas derrubadas sendo feitas na primeira metade dos anos 2000. Hoje em dia, além da terra indígena, os remanescentes de mata nativa se restringem a pequenas reservas situadas nas fazendas e próximas ao Sororozinho, bem como a reserva florestal de uma empresa de mineração localizada a 8 km da vila Fortaleza. Portanto, a paisagem predominante são as pastagens que se modificaram com o processo de mecanização da terra nos últimos anos. Atualmente o uso da terra nas fazendas depende do gradeamento com tratores e uso de calcário para corrigir o solo, bem como o uso de agrotóxicos para a contenção de ervas daninhas.

Essa mecanização da terra resultou em alterações nas dinâmicas sociais de uso da terra e relações de trabalho. O número de trabalhadores nas fazendas diminuiu, pois, serviços como o de roço, por exemplo, é raridade atualmente, tendo em vista o uso de bombas mecanizadas e agrotóxicos para a contenção de pragas e a diminuição da vegetação secundária denominada capoeira. O que ainda se mantém nas relações de trabalho, são as situações de trabalho degradantes e precarizadas, pois, a nosso espaço de estudo se localiza em um município com grande incidência e histórico de trabalho em condições similares à escravidão nas fazendas bovinas no Pará.

Essas relações de trabalho precarizadas e degradantes são encontradas, em serviços temporários como a construção de cercas, onde muitas vezes o trabalhador faz o serviço de maneira informal sem nenhuma garantia. No outro extremo, há os trabalhadores das fazendas de gado de leite, que em alguns casos não tiram folga semanal e não têm direito a férias, bem

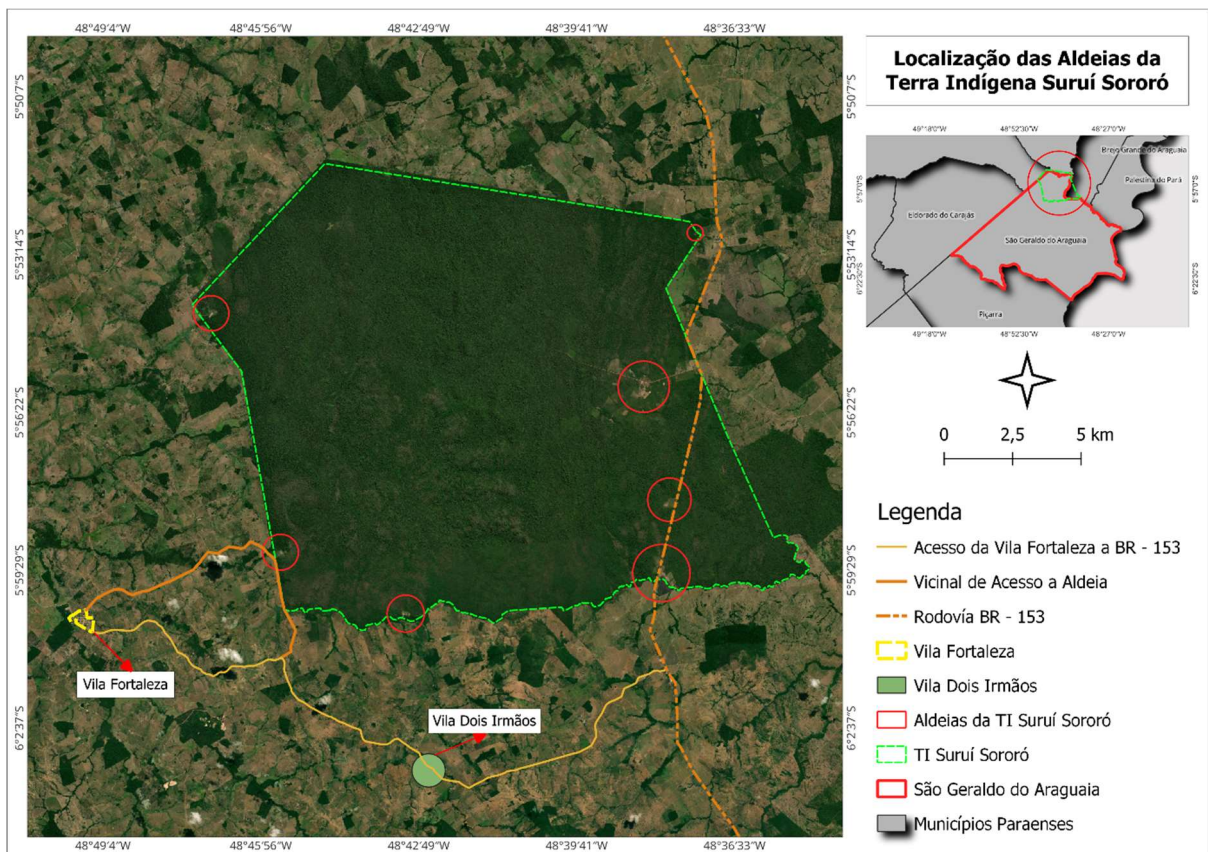
como relatado acima, existem situações em que o trabalhador é demitido pelo fazendeiro com o intuito de não garantir os direitos trabalhistas. Tais exemplos, reproduzem situações existentes desde o período do castanhal Fortaleza, onde o aviamento era o mediador das relações de trabalho. Essas relações de trabalho e o uso da terra centrado na pecuária, diminuem as outras possibilidades. Nesse sentido, o extrativismo da castanha-do-pará na terra indígena e as pequenas roças próximas à Fortaleza são permanências e formas diferentes de uso da terra abordadas nos tópicos a seguir.

4.2 O que restou! O extrativismo da castanha-do-pará pelos aikewaras

Os olhares dos mais atentos que transitam pela estrada da Fortaleza conseguem ver uma ou outra castanheira próxima à estrada. O pé de castanha, como também é chamado pelos moradores locais, não passa despercebido. Ainda mais na paisagem atual, onde prevalecem as pastagens e babaqueiros em meio aos bovinos. Entretanto, quem deseja ver uma castanheira na mata, próximo à vila Fortaleza, terá essa possibilidade na T.I. Suruí- Sororó; na área preservada de uma empresa de mineração a 8 km do povoado citado, e em algumas fazendas onde se conservou um pouco de mata, sendo esse o caso da reserva da fazenda que faz limite com o Sororozinho próximo à roça da associação dos moradores da vila. Entretanto, atualmente, o extrativismo da castanha-do-pará com intuito de comercialização é exercido, principalmente, pelos indígenas da T.I. Suruí-Sororó.

A terra indígena Suruí-sororó tem uma extensão de 26 000 hectares e conta com uma população de 385 habitantes do povo autodenominados aikewaras. Essa área indígena cuja localização é mostrada na figura abaixo fazia parte do castanhal Fortaleza antes de ser criada através do decreto nº 88.648, de 30 de agosto de 1983 (Nossa 2012). A demarcação de terras indígenas como a Suruí-sororó é uma forma eficaz de conter o desmatamento em muitas partes da Amazônia brasileira, segundo Yamane (2019).

Figura 7 - Localização da TI Suruí – Sororó próxima à vila Fortaleza



Fonte: Autor (2024)

Essa terra abrange os territórios de Brejo Grande do Araguaia, Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, porém mais de 75% da área situa-se no último município citado (Instituto socioambiental 2024). A T.I. está a 9 km da vila Fortaleza e 50 km da sede municipal de São Geraldo cujo acesso é pela BR- 153 que atravessa a terra indígena. Na pesquisa de campo, fizemos uma visita à terra indígena Suruí Sororó, onde acompanhamos um indígena morador dessa terra numa manhã de coleta e corte dos ouriços da castanha. Saímos da margem da BR-153 entre São Geraldo e São Domingos e entramos numa trilha na mata à procura da castanheira mais próxima, onde coletamos alguns ouriços cortados ali mesmo e as castanhas retiradas foram colocadas no bagageiro da moto. Após a coleta ainda na mata, o indígena que nos recebeu explicou como é feita a divisão dos castanhais na terra deles:

Todas as aldeias coletam a castanha e todo mundo tem o seu castanhal! Esse aqui é da minha cunhada, tem outro ali que é da minha mulher e tem outro ali do irmão dela! Esse castanhal aqui tem mais de 10 castanheiras. O castanhal é passado de geração para geração! Foram os mais velhos que dividiram (entrevistado 19 2024).

Além de falar sobre a divisão das áreas de coleta, o participante acima nos afirmou que a terra indígena Suruí-sororó é formada por 7 aldeias. São 4 aldeias na parte leste da T.I., próximo à BR – 153 e 3 aldeias do lado oeste, com 1 localizada ao norte e 2 ao sul. Todas as aldeias ficam na beira ou na boca da mata próximas às estradas, segundo mostra a figura anterior, ou seja, não existem indígenas isolados nessa terra indígena. A vila Fortaleza encontra-se cerca de 9 km de uma aldeia no sul da T.I.

Segundo o entrevistado, os indígenas coletam castanha para vender desde os anos 1970, quando a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) era a intermediadora desse comércio feito principalmente com os Mutrans em Marabá e compradores de Belém. A safra da castanha nessa T.I, agora, começa em novembro e vai até abril (entrevistado 19, 2024). No passado, quando havia muita área de mata, a safra começava em outubro. Esse início tardio nos dias atuais tem relação com a diminuição das chuvas e as queimadas que diminuem a frutificação. “As castanheiras, antigamente, produziam mais, só que agora, cada ano que passa, tem diminuído! Há uns 10 anos atrás aqui nesse castanhal dava dois sacos, só que hoje dá só um! A mudança do clima tem afetado a produção” (entrevistado 19, 2024).

A mudança climática, ao alterar a produção das castanheiras, influenciou até a dinâmica dos preços. Em relação ao preço da castanha, o indígena participante nos afirmou o seguinte: “O preço da castanha começa alto, cai e depois sobe. Começa alto porque tem pouca castanha ainda, aí quando aumentam as castanhas o preço diminui, aí quando estão acabando as castanhas, o preço sobe novamente” (entrevistado 19, 2024). A comercialização da castanha pelos indígenas segue as leis de preço do mercado e lembra as fases da coleta da castanha ocorridas no castanhal Fortaleza, onde havia o grosso e a catação, conforme mencionado no capítulo II. A catação era a fase final da coleta, onde havia menos castanhas, e o grosso, a parte inicial, quando havia mais castanhas. Hoje em dia na terra indígena ocorre o processo inverso, pois a safra começa com poucas castanhas, e depois vai aumentando. Ainda em relação à venda da castanha, o participante 19 (2024) nos relatou o seguinte: “O preço da castanha é por lata, que vai de 50 a 100 reais a lata! A medição é feita na lata! 1 saco de castanha dá 200 reais e corta em um dia! Não tem diária melhor!”

Ademais, os meios de transporte no fluxo da castanha dentro da terra indígena também mudaram. Segundo o entrevistado 19 (2024) “Até 2010, o transporte da castanha dentro da mata era feito de tropa. As motos só chegaram de 2010 para frente”. Igual a circulação dentro da mata, o fluxo de venda mudou e se ampliou para outros estados como Goiás e Tocantins. Muitos indígenas ficam na beira da BR- 153 e vendem o fruto da castanheira para quem passa na

rodovia. O que mudou pouco foram as ferramentas utilizadas na coleta, os indígenas assim como os castanheiros de Fortaleza utilizam os paneiros ou sacos para armazenar as castanhas coletadas e o corte é feito com facão. A figura abaixo traz alguns elementos citados relacionados ao uso da terra pelos indígenas.

Figura 8 – Usos da Terra pelos aikewaras - A: Castanheira frutífera na terra indígena; B: Trecho da BR-153 dentro da TI Suruí Sororó; C: Bananeiras em roça dentro da TI; D: Área de roça desmatada



Fonte: Autor (2024)

Segundo o participante 19 (2024), além da castanha-do-pará, principal fonte de renda, os aikewaras ainda trabalham no serviço público, bem como tiram o sustento da mata, roças (mostradas na figura acima), criação de galinhas e patos. Em relação às caças, as mais consumidas são a cotia (*dasyprocta azarae*) e o caititu (*pecari tajacu*) caçados na mata onde também colhem frutos como o açaí (*euterpe oleracea*), a bacaba (*oenocarpus bacaba*) e o cupuaçu (*theobroma grandiflorum*). Os peixes mais pescados são o mandi (*pimelodus maculatus*), o cará (*geophagus brasiliensis*) e a traíra (*hoplias malabaricus*). Uma técnica

utilizada para pegar peixe quando os igarapés estão mais rasos é bater o cipó timbó (*derris elliptica guianensis*) na água, o que tira o oxigênio do curso d'água, logo, os peixes nadam para cima e são mortos com facão. Nas roças eles plantam principalmente a mandioca e a banana.

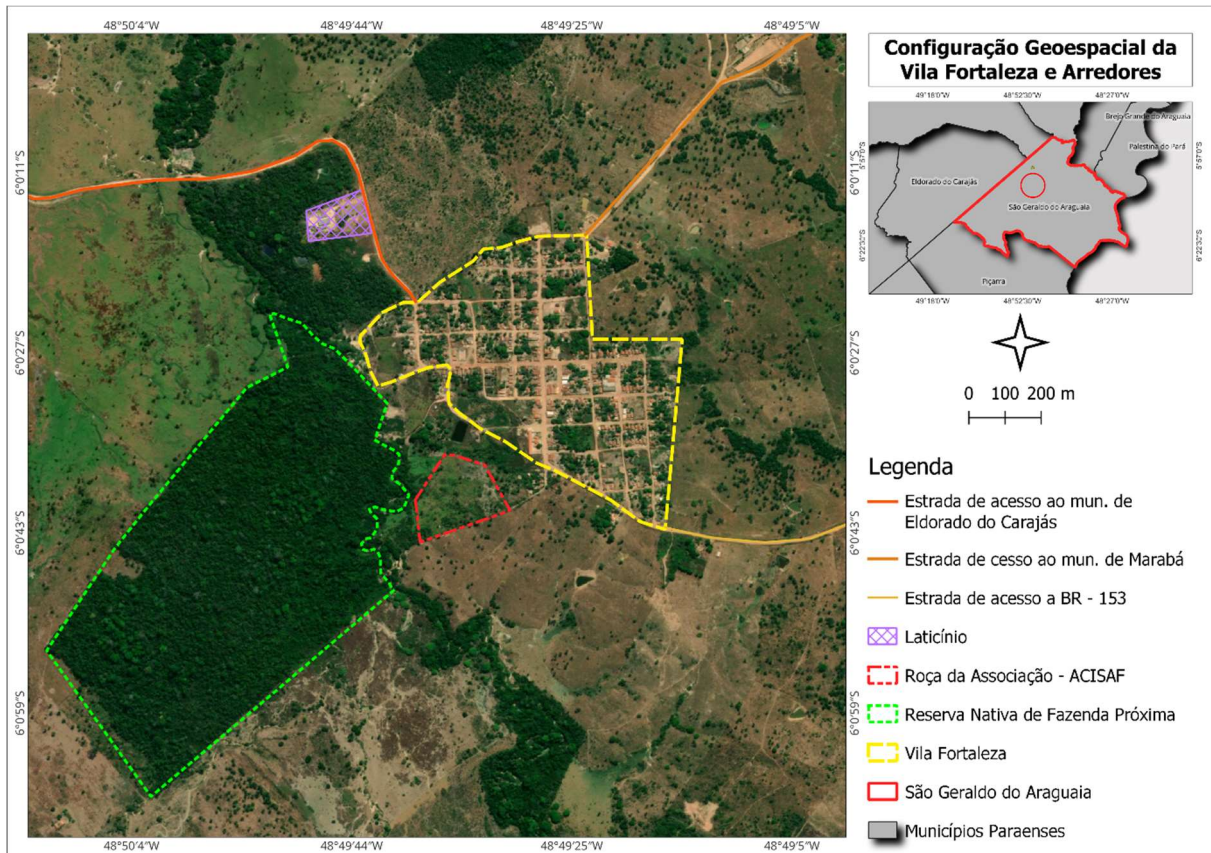
Na pesquisa de campo observamos uma roça (mostrada na figura 8) próxima à trilha por onde passamos. Além das bananeiras, existe nessa roça uma vegetação secundária e remanescentes da mata, bem como um paiol para guardar as ferramentas, descansar na hora do almoço e se abrigar das chuvas. O cultivo das roças e o extrativismo da castanha-do-pará pelos aikewaras representa um uso da terra diferente da pecuária predominante nessa área. Nos castanhais dos indígenas não existe aviamento como havia no castanhal Fortaleza, pois ao contrário dos castanheiros desse castanhal, os indígenas são donos da terra e não estão isolados, pois sua terra é cortada pela rodovia e fica próximo às cidades de São Geraldo, São Domingos e Marabá, assim como, existem vilas próximas como a Fortaleza.

A configuração espacial da terra indígena é centrada em estradas, incluindo a BR-153 mostrada na figura 6, pois todas as aldeias ficam na boca da mata próximas às estradas. No espaço onde fizemos a pesquisa de campo, tem uma trilha no meio da mata por onde circulam as motos em direção às castanheiras e as roças. A paisagem dessa T.I, composta pela vegetação nativa amazônica, é uma permanência da época do castanhal Fortaleza. As dinâmicas sociais de uso da terra são pautadas pela utilização da floresta em pé e o cultivo de roças, mostrado nas imagens da figura 8, que ainda será tratado no tópico a seguir onde se discute a situação atual da vila Fortaleza.

4.3 Além do gado: uso e ocupação da terra pelos moradores da vila Fortaleza

Conforme o capítulo II na situação inicial – SG1 – já existiam alguns pastos e roças no castanhal Fortaleza cultivados pelos trabalhadores permanentes. Além disso, o capítulo citado aborda também como esses trabalhadores dos castanhais se apropriavam da floresta, não se limitando à extração da castanha-do-pará. Neste item mostraremos o que permaneceu desse passado no uso e ocupação da terra atual dos moradores da vila Fortaleza, cuja configuração espacial é mostrada na figura abaixo. Essa localidade situa-se onde era a sede do castanhal homônimo em São Geraldo do Araguaia.

Figura 9 - Configuração espacial da Fortaleza - São Geraldo do Araguaia/PA



Fonte: Autor (2024)

Fortaleza fica a 72 km da sede municipal e 150 km de Marabá, cujo acesso é feito pela estrada homônima BR-153 e BR-230. Por estar situada próxima à tríplice divisa dos municípios de São Geraldo, Eldorado e Marabá, a vila referida é um ponto de cruzamento de estradas vicinais de áreas rurais dessas municipalidades. No caso de São Geraldo, destaca-se o P.A Lagoa Bonita e o Gorgulho. Em relação à Marabá, a estrada que sai de Fortaleza dá acesso às seguintes áreas: Capoeiras, Jatobá e Patauá. A estrada em direção ao município de Eldorado leva as terras da Figura no P.A Gameleira.

Essa localização próxima às divisas de município, torna Fortaleza, nos dias de hoje, uma zona intermunicipal, pois devido às escolas locais, colégio eleitoral e comércio local, por exemplo, habitantes de Eldorado e Marabá estudam, votam e fazem compras nessa vila devido à proximidade. Esse povoado atualmente possui uma área pública descontínua onde estão os espaços e prédios públicos do lugar. No maior espaço público, situa-se a escola municipal de ensino fundamental Otávio Cesário, a unidade básica de saúde e o posto da polícia militar. Essa área citada anteriormente era onde ficava a serraria e situa-se próximo à roça da associação de

moradores, do igarapé Sororozinho e outras pequenas roças particulares. Nos outros espaços públicos menores, ficam a praça pública, a escola municipal de ensino fundamental Martim Afonso de Sousa, o campo de futebol e a quadra poliesportiva. Além desses espaços citados, outro espaço de lazer é o Sororozinho.

Em relação à infraestrutura, essa vila foi contemplada com energia elétrica em 2002, antes disso a geração de energia era no motor a diesel. Contudo, a energia nesse lugar é deficitária, pois falta bastante, segundo os moradores. Na pesquisa de campo, nos informaram a falta de energia por até 2 ou 3 dias seguidos, principalmente no período de chuvas. Os moradores alegam que essa energia deficiente tem relação com a falta de manutenção da concessionária de energia pois, além de ser zona rural, Fortaleza situa-se próxima à divisa de municípios. Com a inauguração da subestação de energia de São Geraldo do Araguaia em 2022, a população da localidade referida e proximidades anseiam por uma melhora no fornecimento.

Além da energia elétrica, esse povoado conta com asfaltamento e rede de água encanada. O asfalto se limita às principais ruas e foi feito em 2018, com uma ampliação em 2024. A pavimentação asfáltica era uma demanda antiga da população local, pois antes do asfalto os moradores sofriam com o excesso de poeira dispersada pelos veículos em circulação dentro da vila. Havia tanta poeira que, na época mais seca, era comum ter um caminhão pipa jogando água nas ruas do povoado para amenizar a situação. O fornecimento de água encanada também era um problema recorrente em Fortaleza. Entretanto, segundo os moradores, deu uma melhorada nos últimos anos. Desde 2017, uma empresa de saneamento e fornecimento de água atua nesse povoado, onde perfurou 2 poços. Ademais, havia antes disso outros poços artesianos utilizados de maneira comum pela população local.

Em relação à renda da população dessa vila, as principais fontes de emprego são: o funcionalismo público, principalmente, com a escola e a unidade básica de saúde; o comércio local; o laticínio e as fazendas. No serviço público, segundo a pesquisa de campo (2024), a escola Otávio Cesário tem 36 funcionários, 200 alunos e funciona em 2 turnos, manhã e tarde. Na unidade básica de saúde, são 12 funcionários, incluindo 7 agentes de saúde, 1 motorista de ambulância e 1 médico.

O comércio nesse povoado conta com alguns estabelecimentos como: 2 postos de gasolina, 1 loja de eletrodomésticos, 2 farmácias, 4 mercados, 1 loja de materiais de construção, 1 loja de produtos agropecuários etc. Dentre esses estabelecimentos o que emprega mais pessoas é a loja de eletrodomésticos. Os outros estabelecimentos empregam no máximo 2 pessoas, quando não é o próprio dono e família que trabalham.

O laticínio local, fica próximo ao Sororozinho na saída para a zona rural de Eldorado, recebe, em média, 35 a 40 mil litros de leite por dia e possui 30 funcionários que fabricam os queijos muçarela e manteiga. Além do laticínio, a pecuária emprega pessoas diretamente nas fazendas. No caso dos moradores da vila, esses serviços realizados nas fazendas geralmente são empreitadas relacionadas à serviços temporários, como a construção de cercas e currais, bem como a dispersão de agrotóxicos nos pastos e gradeamento do solo com tratores. Conforme citado no subtópico anterior, alguns desses trabalhos temporários propiciam as condições para a manutenção de relações de trabalho degradantes e informais, relacionando-se às situações de trabalho escravo.

Ademais, outras maneiras dos habitantes dessa localidade viverem relacionam-se aos outros usos da terra, diferentes da pecuária bovina, conforme representado pelas imagens da figura 10. Entre tais usos destacam-se a pesca e a caça; o cultivo de roças; a criação de suínos e a extração do coco babaçu. A pesca é realizada principalmente no igarapé Sororozinho, enquanto a caça é feita as margens desse rio e na reserva nativa próxima à vila. Segundo o entrevistado 2 (2024) os peixes mais encontrados no Sororozinho são o surubim (*pseudoplatystoma corruscans*), curimatã (*prochilodus lineatus*) e o piauí (*leporinus obtusidens*). “O pessoal gosta de pescar quando a água tá baixando para pegar o surubim! em abril ou maio” (Entrevistado 2 pesquisa de campo 2024).

Além dos peixes, o Sororozinho mostrado acima atrai para suas margens animais da reserva situada próxima a esse rio. De acordo com o participante 2 (2024) o animal mais caçado na beira do Sororozinho é a capivara (*hydrochoerus hydrochaeris*). Segundo ele, frequentemente as pessoas matam capivaras nas margens desse rio. “O sororó é tipo uma mãe! Vem aí garça, aqueles bichos do pescoço. É tanto bicho dentro desse corgo aí oh! Teve um ano aí que a gente matou uns 30 patos d’água! (Entrevistado 2 pesquisa de campo 2024).

Entretanto, com a diminuição das chuvas, essa mãe está falecendo devido ao assoreamento causado pelo desmatamento e à seca do leite. “As chuvas diminuiram! Estamos em janeiro e o corgo (Sororozinho) até agora não deu uma enchente. Esse ano o Sororozinho cortou uns 15 dias!” (Entrevistado 2 pesquisa de campo 2024). No ano dessa pesquisa de campo, 2024, esse rio só foi encher em fevereiro. Próximo ao Sororozinho, além da reserva nativa, localiza-se a roça da associação de moradores da vila representada pela imagem A da figura 8 a seguir.

Figura 10 - Usos da terra na vila Fortaleza - A: Plantação de milho na roça da associação; B: Chiqueiro com porcos próximo à roça; C: Igarapé Sororozinho próximo à roça, espaço de banho, pesca e caça; D: Cocos babaçus amontoados para serem quebrados para extração



Fonte: Autor (2024)

O participante 2 (pesquisa de campo 2024) disse o seguinte sobre essa roça: “A associação tem aproximadamente 11 membros aqui da vila Fortaleza. Plantamos milho, banana, feijão, mandioca, cana e açaí. A roça é dentro do patrimônio da vila (área pública), mas não faz parte”. Conforme esse entrevistado, a roça tem 2 alqueires e foi comprada pelo quarto prefeito de São Geraldo do Araguaia e cedida à associação de moradores. “É uma roça em um terreno pequeno, mas que gera muito lucro para Fortaleza”. (Entrevistado 2 pesquisa de campo 2024).

Essa associação ligada à roça comunitária foi criada pelos membros da igreja Assembleia de Deus em 2007 com o nome de ACISAF - Associação comunitária de integração social e apoio à agricultura familiar do P.A Lagoa Bonita. Além dos membros dessa igreja, há pessoas com pedaço de roça que não são membros. De acordo com o participante 20 (pesquisa de campo 2024) ex-presidente dessa associação, no início a terra da ACISAF era alugada para uma fazenda próxima, pois era pasto. Havia pouca coisa plantada, restrita aos membros da

diretoria da associação. Em 2016, o prefeito de São Geraldo cedeu o maquinário para gradear essa terra. Com isso, foi feita a correção do solo com calcário e a terra foi dividida entre os associados (Entrevistado 20, pesquisa de campo 2024). “Foi entregue uma linha de terra para cada associado, mas nem todos receberam, pois alguns já tinham terra e não quiseram” (Entrevistado 20 pesquisa de campo 2024).

Nessa área também ficam os chiqueiros dos porcos criados pelos habitantes do povoado. A alimentação desses animais provém da própria roça, de onde os donos tiram o milho e a mandioca para alimentá-los. Até os restos de comida dos moradores da vila e o soro do leite do laticínio servem de alimentos para os suínos. De acordo com o participante 20 (pesquisa de campo 2024):

50% da alimentação dos porcos é retirada da roça mesmo. Quem tem poucos porcos igual eu! 4 no máximo, ou seja, criação só para subsistência não precisa comprar alimento para eles! Agora quem cria seus 10 porcos aí para revender aí precisa complementar a alimentação com ração.

Com essa disponibilidade de comida, a criação de porcos é feita até dentro da localidade nos quintais de muitos moradores, conforme relatos da pesquisa de campo (2024) e observação pessoal. Esse tipo de criação, devido ao mau odor e aos perigos para a saúde humana, é proibido em muitas cidades e vilas, inclusive no Dois Irmãos, situado a 18 km da Fortaleza segundo informação dos participantes.

Além da venda dos porcos, segundo o entrevistado 20 (pesquisa de campo 2024). O pessoal vende a banana de fritar e a banana-maçã para os comerciantes locais, há ainda um associado que vende o caldo de cana. Em relação aos outros alimentos, como a macaxeira, milho e o feijão, são mais para o consumo próprio e dos animais. Os associados da roça vendem esses produtos quando alguém da vila procura.

Outro uso da terra verificado nessa localidade é a utilização do coco babaçu para extrair o óleo. Essa atividade é menosprezada pela população local devido sua relação com os maranhenses, por isso foram encontradas apenas 2 quebradeiras de cocos no povoado. Segundo a entrevistada 18, os cocos são recolhidos em duas fazendas próximas à vila. Uma das quebradeiras nos relatou que pagam alguém para recolher e trazer os cocos até a sua residência. Essa participante (pesquisa de campo 2024) nos informou o seguinte sobre o processo de quebra e extração do óleo do coco babaçu:

O coco depois que tira ele, coloca no sol alguns dias e depois pinica ele bem miudinho, torra e pisa no pilão aí que vai para o fogo tirar o óleo. Depois de torrado, coloca e leva ao fogo para poder apurar é o dia todinho! O processo é demorado! Para tirar 5 litros de azeite a gente quebra coco, uma semana! É 3 kg de coco para 1 litro de azeite!

Segundo a entrevistada 18, a extração do óleo do babaçu é uma atividade rentável, pois há demanda e muitas vezes é feita sob encomenda. O valor do litro desse óleo quando fizemos essa pesquisa era de 45 reais. Entretanto, essa participante, devido a problemas de saúde, não consegue mais extrair o azeite do babaçu. “O negócio é que não posso mais. Eu sinto saudade! Ajuda nós aqui em casa, muito. Tenho problema na coluna e tomo remédio muito forte” (Entrevistada 18 pesquisa de campo 2024).

A extração do óleo do coco babaçu é uma atividade subaproveitada na nossa área de estudo. Se houvesse investimentos e incentivos, tal atividade poderia ser alavancada e tornar-se uma possibilidade de renda para mais pessoas. Ademais, outras opções de utilização do babaçu são: fazer carvão, triturar para fazer ração e colocar em fornalhas para fabricação de tijolos em cerâmicas. Em relação ao extrativismo da castanha em caráter comercial, restringe-se a T.I Suruí-sororó, conforme frisado no tópico anterior.

As dinâmicas sociais de uso da terra na vila Fortaleza, consubstanciadas pela roça comunitária, são um exemplo de agricultura familiar nesse espaço. O cultivo nessa roça comunitária foi condicionado pela mecanização do meio rural, diferentemente da agricultura familiar da época do castanhal e da rizicultura, que era rudimentar e manual. Percebe-se uma relação de dependência entre os elementos da configuração espacial local no processo de uso da terra pelos moradores da vila.

A roça, por ser anteriormente uma de pasto degradado, passa pelo processo de mecanização e correção do solo, ou seja, se insere nas dinâmicas de uso da terra presentes nas fazendas bovinas. A criação de suínos depende tanto dos alimentos da roça, principalmente o milho e a macaxeira, como do soro de leite do laticínio. A extração do óleo do babaçu é propiciada pelos babaçueiros existentes nas terras próximas. É comum nessa área, muitos fazendeiros derrubarem os babaçueiros ou colocarem veneno no tronco, causando seu perecimento.

Em relação ao período da castanha, as permanências na paisagem ao redor da vila são o igarapé Sororozinho, a mata nativa na margem esquerda desse rio e mais distante, cerca de 9 km dessa localidade, há a terra indígena. Nesses três espaços, as atividades existentes desde a época do castanhal são: a caça e a pesca; o cultivo de roças e o extrativismo da castanha-do-pará. O cultivo das roças difere entre si sendo a roça observada na T.I mais parecida com os cultivos do tempo do castanhal e das derrubadas, pois as plantações na terra indígena, pelo menos a que observamos pessoalmente, como mostra a figura 9, lembram as roças de toco durante a transição.

A conversão do castanhal e sua sede para as fazendas de gado e vila Fortaleza, conforme analisado nesta dissertação, resultou de múltiplos acontecimentos. Entre os tais, frisou-se a implantação da pecuária bovina como fator principal, pois modificou o padrão de uso e ocupação da terra. Além da introdução da pecuária, outros acontecimentos que explicam ela são: a abertura de estradas; a organização dos posseiros, ocupação e conflitos; a demarcação da Fortaleza e a divisão do P.A Lagoa Bonita; Formação da vila, implantação da serraria e extração de madeira; rizicultura e a pecuária bovina.

Cada acontecimento mencionado acima, seja de alcance local ou numa escala maior, influenciou o desenrolar da transição, segundo esta pesquisa de mestrado. Esses fenômenos estão ligados, portanto é essencial compreendê-los de maneira unificada para entender a mudança acontecida na vila em questão. Essa transição pode ser atestada com base em elementos do passado que permaneceram e são a memória viva da gênese da Fortaleza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tratou da transição ocorrida no espaço da vila Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia, sudeste do Pará. Para demonstrar essa mudança ocorrida nesse lugar foi utilizado os conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais. Esses conceitos são indissociáveis e traçam uma explicação da formação espacial da nossa área de pesquisa. Foram escolhidos alguns elementos referentes aos conceitos citados com o intuito de analisar essa mudança. Em relação à configuração espacial, destacaram-se as estradas, estrutura do lugar desde quando era sede do castanhal homônimo até o povoado atual, assim como se discutiu a organização do nosso espaço de pesquisa.

Na parte da paisagem foram realçadas as pastagens, as roças e a mata nativa, esta última diminuiu e as outras duas aumentaram com as derrubadas, o que ocasionou uma alteração sem precedentes na paisagem local para a criação bovina. Por isso, as dinâmicas sociais levaram em conta o uso da terra e as relações de trabalho, pautados inicialmente pelo extrativismo da castanha-do-pará antes da transição; pela extração de madeira, derrubadas para colocar roças e fazendas durante a transição; e hoje em dia, a pecuária bovina, sendo a pequena roça comunitária da vila Fortaleza e o extrativismo da castanha na T.I, formas diversas de uso das terras atuais.

Enquanto ex-morador desse lugar, a escolha da vila referida, em São Geraldo do Araguaia/PA, como área dessa pesquisa de mestrado justifica-se pela vontade de conhecer um pouco mais sobre o passado dessa vila. Em novembro de 2017, durante o SIALAT (Seminário

Internacional da América Latina e Caribe) em Belém/PA tive acesso a um artigo do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) sobre a extração da castanha-do-pará na região de Marabá. Através desse artigo, percebi que o lugar onde eu morava estava dentro do espaço citado no artigo.

A partir disso, fiz uma revisão bibliográfica sobre o tema e dialoguei com as pessoas mais velhas sobre o assunto, e confirmei que a vila Fortaleza tinha sido uma sede de castanhal. A primeira pesquisa acadêmica sobre essa localidade feita por mim foi o trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Geografia no ano de 2018. Quatro anos depois da conclusão da graduação, após a elaboração do pré-projeto, veio esta pesquisa de pós-graduação.

A realização desta pesquisa de mestrado talvez seja a primeira ao nível de pós-graduação sobre a formação de um lugar em São Geraldo do Araguaia/PA. Existem outras pesquisas citando o castanhal Fortaleza ao tratar dos conflitos de terra no sudeste paraense, bem como, o livro de Nossa (2012) sobre a guerrilha do Araguaia onde o esse autor cita tanto o castanhal referido como o foreiro Almir Moraes, que segundo o autor tomou as terras de Fortaleza dos indígenas suruí e foi um dos colaboradores do exército durante a guerrilha.

Entretanto, nesta dissertação, Fortaleza é o centro da pesquisa, diferindo dos outros trabalhos relacionados a temáticas mais abrangentes como a guerrilha do Araguaia e conflitos por terra no sudeste paraense. Tais pesquisas citam Fortaleza por conta da sua localização dentro do espaço de abrangência da guerrilha e dos conflitos de terra mais sangrentos. Além disso, essa dissertação, por ser uma pesquisa geográfica, teve a necessidade de sair do presente rumo ao passado do lugar. Esta pesquisa não é somente sobre o castanhal no passado, mas também sobre a vila Fortaleza e fazendas bovinas atuais, enfatizando as mudanças e permanências como parte do processo de mudança.

A pesquisa de campo realizada com os moradores da Fortaleza foi essencial para a construção desta dissertação. Espera-se que este trabalho chegue a novas gerações dessa vila ao ponto de alguns perceberem que houve uma Fortaleza diferente e a realidade atual poderia ser diferente, pois não é a única via possível. Uma maneira de fazer esta pesquisa de pós-graduação ser conhecida pela comunidade local é a elaboração de um projeto interdisciplinar na escola do povoado em parceria com a gestão da escola, professores de Geografia, História e Estudos Amazônicos. Uma ideia seria criar um material didático como um jogo de tabuleiro ou uma linha temporal narrando a formação da vila Fortaleza e proximidades.

A realização desta dissertação de mestrado, além dos diálogos tecidos com os moradores da vila mencionados acima, contou com um caminho metodológico baseado nas noções de

transição e situação geográfica. Com isso, dividiu-se a constituição do lugar em três fases: situação inicial – SG1; transição e situação atual – SG2. Cada fase dessa se constitui com base na junção da configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais existentes. A transição é o acontecimento que muda os rumos do lugar, sendo no caso da Fortaleza, as derrubadas e o início das fazendas bovinas como uma nova forma de uso e ocupação da terra.

Essa metodologia foi percorrida para alcançar os objetivos propostos na introdução desta dissertação. De modo geral, esta pesquisa de mestrado teve por escopo analisar as dinâmicas espaciais da vila Fortaleza. Em relação aos objetivos específicos, o primeiro objetivo era compreender como se deu a transição do castanhal para a vila Fortaleza e fazendas de gado; o segundo objetivo era trazer os elementos da paisagem e da configuração espacial que indicam a transição do castanhal para o povoado e a pecuária.

Além da metodologia, focando na SG1-Transição-SG2, segundo mencionado no início destas considerações finais, os conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais juntamente com suas respectivas variáveis explicaram como ocorreu essa transição, bem como houve a identificação dos componentes da paisagem e configuração espacial que indicam essa mudança como a terra indígena Suruí-Sororó e o igarapé Sororozinho.

A transição na nossa área de pesquisa é antecedida pela chegada dos posseiros que ocupam esse castanhal e enfrentam o domínio do foreiro. Essa nova dinâmica social ocasiona conflitos pela terra e leva a uma nova forma de uso e ocupação da terra centrada em atividades agropecuárias com a instalação do Projeto de Assentamento (P.A.) Lagoa Bonita e a divisão desse espaço em lotes de terra. Entretanto, a configuração espacial criada com o P.A Lagoa Bonita não propiciou as condições para a maioria dos assentados permanecer nas terras, principalmente devido à pobreza e falta de políticas públicas.

A criação do P.A Lagoa Bonita ocorreu após a formação da vila Fortaleza, cuja estrutura nesse período de transição estava centrada na serraria, usinas de arroz e estradas. A formação dessa localidade e do P.A possibilitaram a transformação das matas em roças de arroz e fazendas de gado graças à extração de madeira, derrubadas e queimadas. A conversão do castanhal Fortaleza em roças e estabelecimentos bovinos foi condicionada pela ampliação e abertura de estradas, bem como pela chegada de migrantes com dinheiro para aplicar em rebanhos bovinos. Nesse contexto, as dinâmicas sociais de uso da terra ficam centradas na pecuária, sendo uma exceção a isso a área pública entre a vila e o igarapé Sororozinho.

A configuração espacial da Fortaleza é formada hoje pelas fazendas de gado, estradas, T.I Suruí-Sororó, vila Fortaleza e pequenas roças próximas. Essa configuração espacial atual

resulta da ampliação das estradas, inauguração do laticínio e a instalação de energia elétrica nas fazendas nos anos 2010, levando a instalação de resfriadores para armazenar o leite, mudança no fluxo de transporte do leite e a construção de embarcadores nos currais para colocar o rebanho de corte nas carretas e levá-los tanto para São Geraldo como para Marabá.

A paisagem local com a implantação das fazendas foi alterada quase completamente com a predominância das pastagens e estradas, elementos da configuração espacial atual da vila Fortaleza e terras próximas. As últimas derrubadas foram feitas na primeira metade dos anos 2000 e atualmente, além da terra indígena, as matas nativas se restringem às pequenas reservas nos imóveis rurais, sendo esse o caso de uma área na margem esquerda do Sororozinho, bem como, a reserva florestal de uma empresa de mineração situada a 8 km da localidade em questão.

O elemento predominante na paisagem são as pastagens que estão sob influência do processo de mecanização da terra nos últimos anos. A mecanização da terra resultou em alterações nas dinâmicas sociais de uso da terra e relações de trabalho. Atualmente, o uso da terra nas fazendas depende do uso de agrotóxicos para a contenção das pragas, gradeamento com tratores e a utilização de calcário para correção do solo.

Em relação às relações de trabalho, as fazendas atuais empregam menos pessoas, com a diminuição de serviços como o de roço, por exemplo, devido ao uso de bombas mecanizadas e agrotóxicos para a contenção de pragas e a diminuição da vegetação secundária denominada capoeira. Uma permanência nas relações de trabalho atuais são as situações de trabalho degradantes e precarizadas relacionadas a serviços temporários, como a construção de cercas e a ordenha do rebanho leiteiro, onde os trabalhadores em algumas situações não tiram folga semanal e não têm direito a férias. Essas relações de trabalho e o uso da terra centrado na pecuária diminuem as outras possibilidades. Nesse sentido, o extrativismo da castanha-do-pará na terra indígena e as pequenas roças próximas à Fortaleza, são permanências e formas diferentes de uso da terra.

A configuração espacial da terra indígena é centrada em estradas, pois as aldeias ficam próximas às estradas e as dinâmicas de uso da terra são pautadas pela utilização da floresta através do extrativismo, caça, assim como o cultivo de roças. A paisagem da T.I é composta pela vegetação nativa amazônica, sendo uma permanência da época do castanhal. Na vila Fortaleza, as dinâmicas de uso da terra concretizam-se na roça comunitária da associação, criação de suínos, extração do óleo do coco babaçu, caça e pesca no Sororozinho. O cultivo na

roça comunitária foi condicionado pela mecanização do meio rural, diferentemente da agricultura familiar da época do castanhal e da rizicultura, que era rudimentar e manual.

As permanências do tempo da castanha-do-pará na paisagem ao redor da vila Fortaleza são o igarapé Sororozinho e a mata nativa próxima a esse rio. A 9 km desse povoado fica a terra indígena também composta pela vegetação original. Nesses três espaços, as atividades existentes desde a época do castanhal são: a caça e a pesca; o cultivo de roças e o extrativismo da castanha-do-pará.

Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo para obter as informações mencionadas nos últimos parágrafos foram: entrevistas abertas e roteiro de campo. Esses instrumentos propiciaram o bom andamento dos diálogos, pois permitiram uma maior flexibilidade da coleta de dados, o que deixou tanto o pesquisador como os entrevistados mais à vontade para dialogarem.

Em relação às limitações desta pesquisa e possibilidades futuras, salientam-se alguns direcionamentos relacionados ao trabalho em situação de escravidão e a conversão do castanhal para as fazendas. Sobre as situações de trabalho análogo à escravidão, conforme frisado no último capítulo desta dissertação, os dados sobre o número de trabalhadores em média resgatados em situação de escravidão na pecuária de São Geraldo são apenas uma estimativa e não dados oficiais. Entretanto, servem como parâmetro para frisar a perpetuação de relações de trabalho análogas à escravidão nesse município.

Essa é uma temática a ser discutida de maneira mais aprofundada em outra pesquisa. De antemão, percebe-se uma série de fatores que podem auxiliar na explicação dessa realidade, como o histórico do município como área de castanhal como o Fortaleza; a guerrilha do Araguaia; latifúndios como resultado da concentração de terras e a própria localização da municipalidade em divisa de Estados é um aspecto a ser considerado.

Referente à transição ocorrida nesse lugar, uma pesquisa futura analisando essa mudança com foco no território, pode deslocar essa mudança da implantação das fazendas bovinas para a ocupação dos posseiros e os conflitos de terra. Do ponto de vista territorial, a ocupação do castanhal pelos posseiros e as disputas pela terra representam uma quebra de poder, pois questionaram o domínio das oligarquias, conforme abordado, brevemente, nesta dissertação.

Há outros pontos discutidos que podem ser alvo de uma pesquisa posterior, como o extrativismo da castanha-do-pará na T.I Suruí-Sororó e outros usos da terra nas fazendas próximas à Fortaleza, além da pecuária bovina, pois as mudanças são contínuas e as

permanências são um pouco do passado no presente conforme mostrado nesta dissertação de mestrado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Jonas. **Do extrativismo à domesticação: as possibilidades da Castanha-do-Pará**. 2015. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, USP, São Paulo, 2015.

BARREIROS, Rogger Mathaus Magalhães; FERNANDES, Danilo Araújo; ANDRADE, Renata Almeida de. A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de

1920 e 1980. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói. 2017. p. 29.

BENTES, Rosineide da Silva.; MARÍN, Rosa Acevedo; EMMI, Marília Ferreira. Os cemitérios das castanheiras do Tocantins. **Pará Desenvolvimento**, n.23, p.18-23. 1988.

BRASIL. Decreto nº 1106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/6/1970, p. 4521.

BRASIL. Constituição (1980). Decreto nº 1767, de 1 de fevereiro de 1980. Cria grupo executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão. **Diário Oficial da União** - Seção 1. 01/02/1980. p. 2035

BRASIL. Constituição (1991). Decreto nº 316, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Kayapó, no Estado do Pará. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 30/10/1991, p. 24058

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jun. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 108, de 18 de setembro de 1997. **Portaria Nº 108**, de 18 de setembro de 1997

BRASIL. Constituição (1998). Decreto n.º 2486, de 2 de fevereiro de 1998. Cria a Floresta Nacional de Carajás, no Estado do Pará. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 3/2/1998, p. 4

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2011). Decreto Legislativo n.º 136, de 2011. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do inciso XV do art. 49 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 27/5/2011, p. 77

BRASIL. Universidade Federal do sul e sudeste do Pará. **UNIFESSPA: conquista da nação brasileira**. 2013. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/historico>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTUR. **MAPA DO TURISMO 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 16 dez. 2022

BRITO, Eliseu Pereira de; SILVA, Samuel Santos. Por entre os castanhais: sujeitos e lugares no povoado Fortaleza em São Geraldo do Araguaia, Pará. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, 2020. p. 415-428.

CORMINEIRO, Olívia Macedo; MEDEIROS, Euclides Antunes. “O universo dos trabalhadores dos castanhais: cotidiano e exploração no Vale do Tocantins (1890-1940)”. **Revista Mundos do Trabalho**, v.5, n.9, p.283-305, 2013.

DIAS, Catarina Vergolino. Aspectos Geográficos do Comércio da Castanha no Médio Tocantins. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, p.517-533, 1959. Trimestral

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed Belém: UFPA/NAEA, 1999.

EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a Indústria Extrativa no Pará até a década de 1960. **Paper do NAEA**, 166. Belém: UFPA, 2002.

EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Acevedo. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará (Paper 104). **Papers do NAEA**, v. 7, n. 1, 1998.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Desmatamento na Amazônia brasileira**: história, índices e consequências. *Destruição e Conservação da Floresta Amazônica*, v. 1, p. 7-19, 2005

FEARNSIDE, Philip Martin. Questões de posse da terra como fatores na destruição ambiental na Amazônia brasileira: O caso do sul do Pará. **World Development**, v. 29, n. 8, p. 1361-1372, 2010

G1. Plebiscito no Pará: veja fotos, vídeos e notícias da votação sobre a possível divisão do estado. **G1**. Rio de Janeiro/RJ. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/plebiscito-para/cobertura/>. Acesso em: 16 dez. 2022

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. A Marcha do Trabalhador do Campo Rumo à Cidadania Domínio da Terra e Estrutura Social no Pará. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, p. 2, 1997.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. 2004.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **As políticas públicas como indutoras da “morte anunciada” dos castanhais no sudeste paraense**. Belém: EMBRAPA, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades – Regic 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020

IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Pará). **Estudo reforça ligação entre estradas e desmatamento na Amazônia**. 2014. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/estudo-reforca-ligacao-entre-estradas-e-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: 08 dez. 1996

INCRA - Instituto nacional de colonização e reforma agrária. **Relatório de Assentamentos Geral**: superintendência regional Marabá. Marabá/PA, 2015. 1 p

LOPES, Ionete Moraes. **Dinâmicas culturais no sudeste do Pará**: um estudo de narrativas orais de migrantes castanheiros. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras, Faculdade de Letras / Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, UFMG, Belo Horizonte, 2015.

MARTINS, José de Souza. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia Legal. 1980.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. USP/São Paulo. v. 8, n. 1, p. 25-70, 11. 1996

MAZUTTI, Amarildo José. **Acumulação por desapossamento**: O caso do Polígono dos castanhais, Amazônia brasileira. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia - PDTSA, UNIFESSPA, Marabá/PA, 2019.

MIRANDA, Rogério Rego. A organização da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331213, 27 nov. 2023.

NAHUM, João Santos. Elementos de uma teoria social do Espaço: convite ao pensamento de Milton Santos. **Boletim gaúcho de Geografia**, Porto Alegre/RS. V. 46, Nº 1/2. 2019.

NOSSA, Leonencio. **Mata!** Editora Companhia das Letras, 2012.

O ECO. **Mapa**: Relação entre estradas e desmatamento na Amazônia. 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/27183-mapa-relacao-entre-estradas-e-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

PARÁ (Estado). Constituição (1982). Lei Estadual nº 5028, de 13 de maio de 1982. Cria os municípios de Redenção e Xinguara. **Diário oficial do estado do Pará**. Belém/PA. 1982.

PARÁ (Estado). Constituição (1988). Lei Ordinária nº 5443, de 10 de maio de 1988. Cria o município de Parauapebas e São Geraldo do Araguaia. **Diário oficial do estado do Pará**. Belém/PA, 1988.

PARÁ. Lei Ordinária nº 5982, de 25 de julho de 1996. Cria o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas. **Diário oficial do estado do Pará**. Belém/PA, 1996.

PEIXOTO, Rodrigo Correa. Memória, verdade e justiça: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do Papagaio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo; OLIVEIRA, Wesley. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009

ROCHA, Gilberto Miranda. A dinâmica territorial da malha político-administrativa municipal da região norte do Brasil (1988–2010). **Novos cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, 2013.

SAMPAIO, Sandra Maria Neiva; WATRIN, Orlando dos Santos; VENTURIERI, Adriano. **Dinâmica da cobertura vegetal e do uso da terra do " polígono dos castanhais" no sudeste paraense.** 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 4ª Edição. 10 reimpressão São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2020.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2020.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** São Paulo: EDUSP, 2021.

SILVA, Samuel Santos; RODRIGUES, Emerson.; PEREIRA, Aires José. O papel do rio Araguaia e da pecuária para a ocupação e emancipação do município de São Geraldo do Araguaia-PA. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 8, n. 14, p. 45-57, 2019.

_____; MENDES, Maurício Ferreira; RAMOS, Alexander Webber Perlandim. Análise da Dinâmica Temporal da Paisagem do Município Amazônico de São Geraldo do Araguaia-PA, Brasil. **Espaço Aberto**, v. 11, n. 1, p. 27- 42, 10 maio 2021.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 21-28, 1999.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **A Amazônia oriental brasileira: processos de territorialização e perspectivas de fragmentação política do espaço.**

WALKER, Robert *et al.* **A expansão da agricultura intensiva e pecuária na Amazônia brasileira.** Acesso em, v. 5, 2009.